

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E  
GOVERNANÇA PÚBLICA

PEDRO BRAGA CARNEIRO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O DIREITO À CIDADE E À  
HABITAÇÃO: UM OLHAR DA PERIFERIA**

DISSERTAÇÃO

CURITIBA  
2019

PEDRO BRAGA CARNEIRO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O DIREITO À CIDADE E À  
HABITAÇÃO: UM OLHAR DA PERIFERIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Governança Pública. Área de Concentração: Planejamento Público e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Aparecida Polli.

CURITIBA  
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

---

Carneiro, Pedro Braga

Representações sociais sobre o direito à cidade e à habitação: um olhar da periferia / Pedro Braga Carneiro.-- 2019.

1 arquivo texto (144 f.): PDF; 2,40 MB.

Modo de acesso: World Wide Web.

Título extraído da tela de título (visualizado em 25 out. 2019).

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública, Curitiba, 2019

Bibliografia: f. 132-141

1. Administração pública - Dissertações. 2. Representações sociais - Curitiba (PR). 3. Habitação popular - Curitiba (PR). 4. Representações sociais - Cidade Industrial de Curitiba. 5. Habitações - Curitiba (PR). 6. Segregação urbana - Curitiba (PR). 7. Renda - Distribuição - Aspectos sociais - Curitiba (PR). I. Polli, Simone Aparecida. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública. III. Título.

CDD: Ed. 23 – 351

---

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba  
Bibliotecário: Adriano Lopes CRB-9/1429



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

### TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO N° 91

A Dissertação de Mestrado intitulada **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O DIREITO À CIDADE E À HABITAÇÃO: UM OLHAR DA PERIFERIA**, defendida em sessão pública pelo(a) mestrando(a) **Pedro Braga Carneiro**, no dia 28 de agosto de 2019, foi julgada para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Governança Pública, área de concentração Planejamento e Políticas Públicas, e aprovada em sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública.

BANCA EXAMINADORA:

**Prof.a Dr.a Simone Aparecida Polli – UTFPR (Presidente)**  
**Prof.a Dr.a Maria Luisa Carvalho – UTFPR**  
**Prof.a Dr.a Márcia Ferreira Prestes – UTFPR**  
**Prof. Dr. Danilo Volochko (UFPR)**  
**Prof.a Dr.a Débora Pinto Follador (UP)**

A via original deste documento encontra-se arquivada na Secretaria do Programa, contendo a assinatura da Coordenação após a entrega da versão corrigida do trabalho.

Curitiba, 28 de agosto de 2019

Carimbo e Assinatura do(a) Coordenador (a) do Programa

Dedico este trabalho a todas as pessoas que fazem da sua vida uma luta diária, em diversas frentes, por uma sociedade mais justa, humana e solidária. Em especial às pessoas que lutam pelo direito à moradia e à cidade, por melhores condições de vida para si e para todos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Tecnológica Federal do Paraná pela oportunidade de realizar este mestrado. À coordenação e ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, em especial ao Professor Ricardo Torres pela cordialidade e solicitude. Também às funcionárias da coordenação, sempre prestativas e competentes. E a todas e todos que lutam pela pesquisa, pela ciência, pela universidade, pela educação engajada socialmente, mesmo em tempos de tanta adversidade.

Agradeço à orientadora, Professora Simone Polli, por sua coragem e generosidade. Coragem em aceitar orientar um psicólogo que tão pouco compreendia (e continua muito pouco compreendendo) das questões urbanas. E generosidade em me apresentar tantos conceitos, tantos debates, tantas autoras e autores, e pelo acolhimento e incentivo nos momentos mais difíceis dessa produção. Nunca mais vou ver a cidade como via antes. Muito obrigado!

Agradeço aos membros da banca: Professora Débora Follador pelas contribuições nos primeiros passos do projeto; Professora Maria Luisa Carvalho e Professora Márcia Prestes pelos apontamentos na qualificação que tanto ajudaram no aprimoramento do trabalho; e ao Professor Danilo Volochko, além do apoio tão relevante na qualificação, também por possibilitar o contato com as moradoras e moradores das ocupações.

Agradeço à minha família, minha mãe Cíntia e meu pai Renato, que, além de lidarem com a distância nesse período, possibilitaram minha educação formal e humana. Às amigas e aos amigos de tantos lugares: da turma do PGP/UTFPR pelas partilhas, apoios e por dividirem comigo esse desafio; do DEDS/Cohapar que me incentivaram no início do projeto, e da DEAS/Rede Marista de Solidariedade que me permitiram concluí-lo; do Movimento É Tempo de Diálogo por tanto aprendizado e inspiração; e àquelas e àqueles mais próximos, do coração, por compreenderem minha falta em tantos momentos. Também às e aos estudantes do Projeto Ocupações Urbanas/UFPR e do Laboratório de Urbanismo e Paisagismo – LUPA/UTFPR, em especial à Aline Holanda e Giovanna Simokado, que me acompanharam em grande parte dessa pesquisa, obrigado pela acolhida, pelas trocas e construções conjuntas.

À Lilian, minha companheira, agradecer não basta. Eu nem sei como expressar “mais do que gratidão”. Muito obrigado pelo apoio, pela compreensão, por segurar tantas barras para que eu pudesse realizar essa pesquisa, esse projeto de vida que nos foi tão caro e que tem mais sentido com você.

Por fim, meu profundo agradecimento às moradoras e aos moradores das ocupações Dona Cida, 29 de março, Nova Primavera e Tiradentes, que tão bem me receberam e com quem pude conviver durante quase um ano. Aprendi muito com cada uma e cada um de vocês. Obrigado por dividirem comigo tão genuinamente seus olhares, suas lutas e, assim, tornarem esse trabalho possível.

“A expressão ‘sobreviver na adversidade’ não tem nada a ver com as estratégias de sobrevivência de que tratam os estudos sobre pobreza. Muito pelo contrário, é uma expressão que circula no ‘mundo bandido’. Mas, ao que parece, todos os moradores das periferias da cidade sabem muito bem o que isso quer dizer: saber transitar entre fronteiras diversas, deter-se quando é preciso, avançar quando é possível, fazer o bom uso da palavra certa no momento certo, calar-se quando é o caso. E, sobretudo, saber jogar com as diversas identidades que remetem a esses diversos universos superpostos e embaralhados nas coisas da vida. Em outros termos, como passadores que são entre as fronteiras do mundo social, saber transformar esses diversos territórios em recursos de vida, vias incertas de construção de outros possíveis que lhes permitam escapar seja da morte matada, seja da pobreza extrema”  
(TELLES in: RIZEK e OLIVEIRA, 2007, p. 216).

Vera da Silva Telles, em *A Era da Indeterminação* (2007).

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Bola de neve .....	20
Figura 2: Localização da Cidade Industrial de Curitiba .....	33
Figura 3: Ocupações em Curitiba.....	36
Figura 4: Produção habitacional – Cohab-CT .....	41
Figura 5: Produção Habitacional Cohab-CT por Regional 1970-2015 .....	42
Figura 6: Produção habitacional Cohab-CT e Ocupações .....	44
Figura 7: Número médio de moradores por domicílio .....	46
Figura 8: Crescimento populacional 2000-2010.....	47
Figura 9: Renda por regional no município de Curitiba .....	48
Figura 10: Renda por setor censitário .....	49
Figura 11: Renda por setor censitário na regional CIC .....	50
Figura 12: Planta Genérica de Valores 2017.....	51
Figura 13: Localização das ocupações .....	62
Figura 14: Protestos por moradia.....	63
Figura 15: Equipamentos públicos no entorno .....	65
Figura 16: Adensamento na ocupação 29 de março.....	66
Figura 17: Moradias na ocupação Dona Cida .....	66
Figura 18: Espaços comunitários na ocupação Dona Cida.....	67
Figura 19: Acesso às ocupações .....	68
Figura 20: Comércio local .....	69
Figura 21: Área da tentativa de ampliação da ocupação 29 de março .....	70
Figura 22: Reunião de moradores.....	70
Figura 23: Incêndio na ocupação 29 de março .....	71
Figura 24: Reconstrução .....	72
Figura 25: Dimensões de sentido.....	103

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Atualização: Produção habitacional do Município por regional e por período .....	45
--	----



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACP – Associação Comercial do Paraná  
BNH – Banco Nacional da Habitação  
CASLA – Casa Latino-Americana  
CEFURIA – Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo  
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos  
CIC – Cidade Industrial de Curitiba  
COHAB-CT – Companhia de Habitação Popular de Curitiba  
COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba  
MPM – Movimento Popular por Moradia  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto  
ONG – Organização Não-Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
SINDUSCON-PR – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná  
TLEC – Termo de Livre e Esclarecido Consentimento  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UPA – Unidade de Pronto Atendimento  
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## RESUMO

CARNEIRO, Pedro Braga. **Representações Sociais sobre o direito à cidade e à habitação: um olhar da periferia**. 2019. 144 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGGP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Curitiba, 2019.

Esta pesquisa de caráter exploratório e abordagem qualitativa tem como objetivo compreender as representações sociais de moradores de ocupações urbanas em relação ao direito à cidade e à habitação, considerando a moradia como necessidade básica e sua importância para a constituição subjetiva dos indivíduos e grupos. A Teoria das Representações Sociais é utilizada como referencial uma vez que propõe a superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade. Deste modo, permite compreensão de um conjunto de saberes socialmente elaborado de maneira processual e dialógica. Para alcançar estas compreensões, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores de ocupações localizadas na região do Sabará, na Cidade Industrial de Curitiba – CIC, a fim de verificar a trajetória residencial, as relações sociais em torno da questão da moradia e as aspirações dos sujeitos em relação à habitação e à cidade. Estas ocupações se destacam pela quantidade de manifestações em reivindicação ao direito à moradia. A região concentra grande parte das moradias irregulares e da produção habitacional por parte do poder público em Curitiba, e sua história revela o caráter segregacionista da produção do espaço na cidade. A área é caracterizada pela precariedade das condições de habitação, infraestrutura e saneamento, como também pela carência de serviços e equipamentos públicos. Com a análise do conteúdo das entrevistas, distinguiram-se como dimensões de sentido para as representações sociais: a experiência de morar, a lógica da necessidade, moradia digna, percepções quanto ao centro da cidade, perspectivas sobre a desigualdade, poder e convivência, vínculos sociais, preconceitos e estigmas. Para contribuir com a análise, também foi realizada pesquisa teórica sobre os conceitos de produção do espaço e direito à cidade na obra de Henri Lefebvre, bem como as definições de inclusão precária e exclusão na sociedade capitalista. Como conclusão, verificou-se que os moradores percebem sua condição de pobreza e a desigualdade em relação a outras áreas da cidade, mas essa segregação é muitas vezes naturalizada, não se percebendo a atuação dos agentes sociais para a produção desigual do espaço. Contudo, também se notou a mobilização e organização dos moradores para a gestão dos tempos e espaços na dinâmica das ocupações. Sendo assim, percebe-se a coexistência de manifestações de conformismo e resistência, carências e potencialidades no cotidiano dos entrevistados.

**Palavras-chave:** Representações Sociais, Habitação, Ocupações Urbanas, Segregação, Resistência.

## ABSTRACT

CARNEIRO, Pedro Braga. **Social Representations about the right to the city and housing: a view from periphery**. 2019. 144 p. Dissertation (Master in Planning and Public Governance) - Postgraduate Program in Planning and Public Governance, Federal Technological University of Paraná (UTFPR), Curitiba, 2019.

This exploratory and qualitative research aims to understand the social representations of urban occupations residents in relation to the right to the city and housing, considering housing as a basic need and its importance for individuals and groups subjective constitution. The Social Representations Theory is used as a reference as it proposes to overcome the dichotomy between individual and society. Thus, it allows understanding of a set of knowledge socially elaborated in a processual and dialogical manner. To reach these understandings, semi-structured interviews were conducted with residents of occupations located in the Sabará region, in the Industrial City of Curitiba - CIC, in order to verify the residential trajectories, social relations around the housing issue and their aspirations in relation to housing and the city. These occupations stand out for the number of manifestations in claim to the right to housing. The region concentrates most of the irregular housing and housing production by the public power in Curitiba, and its history reveals the segregationist character of space production in the city. The area is characterized by precarious housing, infrastructure and sanitation conditions, as well as the lack of public services and equipment. By analyzing the content of the interviews, the following dimensions of meaning were distinguished for social representations: the experience of living, the logic of need, decent housing, perceptions of the city center, perspectives on inequality, power and coexistence, social bonds, prejudices and stigmas. To contribute with the analysis, theoretical research was also conducted on the concepts of space production and the right to the city in Henri Lefebvre's work, as well as the definitions of precarious inclusion and exclusion in capitalist society. In conclusion, it was found that residents perceive their poverty condition and their inequality in relation to other city areas, but this segregation is often naturalized, not realizing the role of social agents acting for the unequal production of space. However, it was also noted the mobilization and organization of residents to manage the times and spaces in the dynamics of occupations. Thus, we can see the coexistence of conformity and resistance manifestations, needs and potentialities in the daily lives of the interviewees.

**Key-words:** Social Representations, Housing, Urban Occupations, Segregation, Resistance.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 OBJETIVO GERAL.....	14
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
1.3 HIPÓTESE.....	14
1.4 JUSTIFICATIVA.....	15
1.5 METODOLOGIA .....	18
1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	22
<b>2 UM OLHAR PARA A CIDADE A PARTIR DA PSICOLOGIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....</b>	<b>24</b>
<b>3 DIREITO À CIDADE E À MORADIA NAS OCUPAÇÕES NA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA/SABARÁ .....</b>	<b>32</b>
3.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO CIC E AS DINÂMICAS DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	33
<b>4 OCUPAÇÕES NA REGIÃO DO SABARÁ: CARACTERIZAÇÃO E ENTREVISTAS .....</b>	<b>62</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES: NOVA PRIMAVERA, 29 DE MARÇO, TIRADENTES E DONA CIDA.....	62
4.2 BREVES TRAJETÓRIAS DE VIDA E MORADIA NAS OCUPAÇÕES ...	74
4.2.1 Idália: “aqui eu descobri o que é família” .....	75
4.2.2 Guilherme: “aqui ninguém vai me achar” .....	78
4.2.3 Irineu: “sou mais das coisas espirituais” .....	81
4.2.4 Vera: “tudo é um começo, a gente vai melhorar” .....	84
4.2.5 Ingrid: “poderia estar em outro lugar, mas larguei mão” .....	90
4.2.6 Gisele: “todos que estamos aqui não estamos por optar” .....	93
4.2.7 Brenda: “a gente tem vontade de ter uma moradia digna” .....	95
4.2.8 Benício: “onde Deus me der um lugar eu tô indo” .....	100
4.3 ANÁLISE DO CONTEÚDO: DIMENSÕES DE SENTIDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....	103
4.3.1 A experiência de morar .....	105
4.3.2 O lugar da moradia a partir da <i>lógica da necessidade</i> .....	106
4.3.3 Moradia digna: percepções sobre as condições básicas de habitação .....	109
4.3.4 Centro: o outro lugar .....	111
4.3.5 A desigualdade a partir de uma perspectiva individual .....	113
4.3.6 Poder e convivência: entre o <i>legal</i> e o <i>ilegal</i> .....	115

4.3.7 Vínculos Sociais: isolamento e aproximações .....	118
4.3.8 Preconceito e estigmas: sentimento de inferiorização pelos <i>lá de fora</i> .....	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	124
REFERÊNCIAS.....	132
APÊNDICE 1 .....	142

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa, como tantos outros, nasce de uma inquietação. Aos primeiros estudos de Planejamento Urbano e Regional, durante o curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Governança Pública da UTFPR, em 2017, ficou flagrante a imensa discrepância das condições de moradia em diferentes áreas da cidade. Por um lado, populações de mais alta renda acessam áreas residenciais bem servidas por infraestrutura, empregos, espaços públicos e privados de lazer, consumo e serviços. De outro, camadas pobres da população comumente se encontram segregadas de tais recursos, à margem do acesso a serviços essenciais e das condições básicas de cidadania.

Tal desigualdade parece profundamente arraigada no modo de vida das populações urbanas no Brasil. Do ponto de vista dos direitos humanos, universais e indivisíveis para a promoção da dignidade, essa realidade não faz (ou não deveria fazer) o menor sentido. Sendo assim, ressaltam-se os questionamentos: por que a cidade se produz de maneira tão desigual? Por que algumas pessoas possuem condições de vida tão diferentes das outras? Como as pessoas afetadas de forma mais prejudicial por tamanha desigualdade a compreendem?

A questão de pesquisa evoluiu ao longo do processo. Se as primeiras indagações versavam sobre possibilidades e desafios para a implantação de programas públicos de habitação nas áreas urbanas centrais, logo os debates se aprofundaram. Percebeu-se que a segregação não se restringe a uma questão de oferta ou acesso a políticas habitacionais, mas trata-se de um fenômeno que se acentua em decorrência dos processos econômicos, no contexto da produção do espaço por diversos agentes sociais, tais como: o Estado, o setor privado – indústrias, construtoras, mercado imobiliário, a população residente nas ocupações, os movimentos sociais.

Este cenário de segregação é analisado pelo sociólogo Francisco de Oliveira<sup>1</sup> à luz de um dos principais contos do escritor tcheco Franz Kafka, *A Metamorfose*. Oliveira (in: CABANES et al., 2011) percebe que, na ordem capitalista das cidades, é como se as pessoas fossem sendo desumanizadas, transformadas em insetos. Afinal, como já alertava Nelson Mandela, quando direitos humanos são negados, é a própria humanidade do sujeito que é posta em questão.

Diante desse contexto, o ponto de partida são constructos da Psicologia Social, uma ciência que favorece o diálogo entre as áreas do conhecimento, a fim de se aprofundar o entendimento sobre problemas complexos (STREY et al.,

---

<sup>1</sup> Francisco de Oliveira apresenta esta reflexão no prefácio do livro *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo* (2011), organizado por Robert Cabanes, Isabel Georges, Cibele Rizek e Vera da Silva Telles.

1998). Dentro do arcabouço da Psicologia Social, a Teoria das Representações Sociais, do psicólogo romeno Serge Moscovici, se destaca como referencial e instrumental profícuo, pois sustenta a pertinência de se tomar o saber popular como ponto de partida para a percepção da realidade. Desta forma, o estudo das Representações Sociais propicia trazer o olhar da periferia para o diálogo com o conhecimento acadêmico, a fim de se construir novas compreensões dos fenômenos.

Parte-se então para o estudo dos processos de produção do espaço e segregação socioespacial a partir do histórico de consolidação da Cidade Industrial de Curitiba – CIC, considerando as ocupações<sup>2</sup> que ali se instalaram, a produção habitacional por parte do poder público e dados demográficos e socioeconômicos que caracterizam a região.

Para melhor compreensão destes processos, também são observados conceitos como as dimensões da produção do espaço (concebido, percebido e vivido) e o direito à cidade na concepção do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre. Ainda neste sentido, de subsidiar teoricamente as análises, são debatidas as noções de exclusão (SAWAIA, 2008) e de inclusão precária (MARTINS, 1997).

Realizadas estas considerações teóricas, segue-se a caracterização das ocupações da região do Sabará/CIC, nas quais foi desenvolvida esta pesquisa. A escolha se deu pelo grande número de pessoas residentes em situação precária nesta localidade, com elevados indicadores de problemas sociais.

Não obstante, pelas peculiaridades na consolidação desta região, que explicitam de maneira contundente as desigualdades que perpassam a cidade como um todo. Ademais, porque se destacam em número as manifestações desta população pelo direito à moradia (FARIA et al., 2017). Estas reivindicações se constituem como marca importante das ocupações nesta região, como foi evidenciado em pesquisa do Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba (POLLI et al., 2019).

A partir da análise do conjunto de entrevistas com moradores destas ocupações, procura-se compreender seu olhar para as desigualdades que afetam suas condições habitacionais, seu entendimento sobre aspectos do direito à habitação e à cidade, e o modo que estes direitos se efetivam (ou não) em seu cotidiano.

---

<sup>2</sup> O conceito de *ocupações* se refere, neste trabalho, a “assentamentos urbanos constituídos a partir da ocupação coletiva não consentida” (LELIS, 2016, p. 429), especialmente no que se trata de ações organizadas em conjunto com movimentos sociais, com vistas à utilização de terrenos urbanos vazios para fins de moradia de famílias de baixa renda. O termo é utilizado e aceito pelos moradores entrevistados, pois carrega consigo a dimensão da luta pela moradia enquanto direito, em contraposição aos conceitos de favela ou de invasão, que reforçam estigmas de marginalidade e ilegalidade.

## 1.1 OBJETIVO GERAL

Compreender as representações sociais de moradores de ocupações da região do Sabará – CIC sobre suas condições de moradia, suas aspirações quanto à habitação e a forma com que as desigualdades impactam em seu cotidiano.

## 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Descrever como o modo de produção do espaço urbano marcado pelas dinâmicas de segregação impacta na não efetivação do direito à cidade.

Reconhecer no processo histórico de consolidação das ocupações da CIC os fatores que contribuem para aprofundar as dinâmicas de segregação socioespacial.

Identificar e analisar as Representações Sociais de moradores das ocupações sobre moradia digna e direito à cidade.

Demonstrar como as dinâmicas de segregação socioespacial atravessam a experiência habitacional dos moradores das ocupações e como tais experiências convergem em Representações Sociais sobre moradia.

## 1.3 HIPÓTESE

As dinâmicas de produção e acumulação da sociedade capitalista permeiam a forma com que o espaço urbano é produzido, em especial nas grandes cidades. Os processos de segregação espacial que se evidenciam neste contexto se contrapõem ao direito à cidade enquanto direito a uma vida urbana transformada e renovada (LEFEBVRE, 2001), afetando de maneira mais contundente as camadas mais pobres da população.

Em Curitiba, assim como em tantas outras metrópoles latino-americanas, o processo histórico de produção do espaço é marcado pela segregação socioespacial. Apesar do mito de cidade modelo (OLIVEIRA, 2000), inúmeros são os fatores que apontam para as desigualdades das condições habitacionais na capital do Paraná. A concentração de ocupações na CIC configura-se como uma das manifestações deste cenário.

É nesse contexto material e histórico que são constituídas as representações sociais das pessoas que residem nestas ocupações em relação à questão habitacional e as desigualdades que a atravessam. A hipótese é que



estas representações sociais construídas contribuem de maneira significativa para o modo que esta população reivindica e promove (ou deixa de reivindicar e promover) a efetivação do direito à cidade.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA

A justificativa desse trabalho se fundamenta em três reflexões principais, além de uma perspectiva empírica.

A primeira reflexão decorre dos seguintes questionamentos: por que o debate sobre o direito à cidade e, dentro de todas as suas expressões, por que o destaque à questão habitacional?

Justifica-se a pertinência deste debate porque a habitação tem uma importância significativa na constituição do sujeito. É a referência de lugar em que se fundamenta o ser humano (GONÇALVES, 2009). Segundo Certeau (1996), a moradia revela a personalidade de seu habitante. É o território privado onde “se dá forma humana à sucessão dos dias e à presença do outro” (CERTEAU, GIARD e MAYOL, 1996, p. 205).

Cabe ressaltar que tal compreensão sobre moradia como espaço privado, individual se inscreve em um contexto de sociedade ocidental, marcada pelo modo de produção e acumulação capitalista. Em outros tempos, lugares e modos de vida se estabelecem outras formas de morar (coletivas, transitórias).

Sendo assim, neste modelo de sociedade ocidental, Kowarick (2009) observa que a casa se inscreve no espaço da cidade, que se configura, portanto, como outro elemento fundamental para a reprodução da vida. E a forma com que o espaço é produzido historicamente nas cidades, sob a influência da racionalidade do modo de produção e acumulação capitalista (DAMIANI, CARLOS e SEABRA, 1999), faz com que diferentes classes sociais experimentem condições de vida muito diversas. Segundo Damiani (1991), é como se vivessem em tempos históricos distintos, relegando-se à população mais pobre condições de sobrevivência degradantes.

Se esta é uma realidade que atinge de forma contundente grande parte das cidades brasileiras, cabe, portanto, a segunda reflexão: por que tomar Curitiba, e especificamente as ocupações do Sabará/CIC como recorte para análise?

Pilotto (2010) observa que a configuração do espaço urbano em Curitiba contribui para a acentuação da estratificação social, o que a torna um campo de estudo interessante para o debate sobre moradia e desigualdade. A cidade se desenvolveu historicamente sob um modelo de expansão periférica (ALBUQUERQUE, 2007; FORTUNATO, 2014), que privilegia a formação de

espaços informais de moradia (SILVA, 2012) e atenta contra a qualidade de vida da população mais pobre (POLLI, 2006).

Neste contexto, a CIC tornou-se uma região de grande concentração das ocupações em Curitiba (ALBUQUERQUE, 2007). Lima (2009) aponta para os graves problemas sociais enfrentados por boa parte de seus habitantes, tais como riscos ambientais, índices de acidentes e violência urbana.

Além disso, especificamente as ocupações da região do Sabará denominadas Nova Primavera, 29 de março, Tiradentes e Dona Cida, que surgiram a partir da organização de movimentos sociais por moradia, chamam a atenção pela quantidade de manifestações, conflitos em reivindicação ao direito à habitação (FARIA et al., 2017). Desta forma, valorizam-se os conflitos como ferramentas para a leitura das cidades (VAINER apud GONÇALVES et al., 2017).

Estas ocupações também têm se destacado no cenário local pela sucessão de acontecimentos recentes marcantes para o debate sobre o direito à moradia. Em 2018, a região passou por tentativa de ampliação e repressão policial, processo de reintegração de posse, novos conflitos com a polícia, e, por fim, um incêndio de grandes proporções que alterou significativamente as interações sociais e as dinâmicas do cotidiano de seus moradores (MIGUEL, 2018; PICHETTI, 2018; FREITAS, 2019).

Diante deste cenário, de tantas expressões da questão habitacional e da produção do espaço urbano que atravessam os modos de vida e a subjetividade dos cidadãos, emerge a terceira reflexão: por que lançar mão dos constructos e métodos da Psicologia Social e, especificamente, da Teoria das Representações Sociais para o debate sobre a moradia, cidade e desigualdades?

Atualmente, a Psicologia Social insurge no Brasil como uma ciência crítica, comprometida politicamente com a transformação de uma realidade de desigualdades e opressões (PAULA e KODATO, 2016). Para tanto, ela rompe com a falsa dicotomia entre indivíduo e sociedade (GUARESCHI, 2000; JURBERG, 2000) possibilitando uma melhor compreensão das relações sociais e a produção de conhecimento a partir do cotidiano (GONZÁLEZ REY, 2016).

No âmbito da Psicologia Social, a Teoria das Representações Sociais surge como uma vertente estimulante (STREY et al., 1998) e prolífica (GONZÁLEZ REY, 2016). Trata-se de uma teoria que possibilita partir do *senso comum*<sup>3</sup> para a compreensão das dinâmicas da vida social de um grupo

---

<sup>3</sup> Moscovici, em sua obra *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social* (2004), refere-se ao *senso comum* como um campo de pensamentos legítimos, circunscritos no meio social dos sujeitos. Não se trata, portanto, de uma conotação pejorativa ou reducionista quanto ao termo. O autor observa que as “representações sociais diariamente e espontaneamente se tornam senso comum, enquanto representações do senso comum se transformam em representações científicas e autônomas” (Moscovici, 2004, p. 200). Assim, afirma que nunca nos desvencilhamos do senso comum. Mesmo especialistas em suas áreas científicas recorreriam a estes conceitos herdados e apropriados quando lhes faltam recursos para construir novas ideias.

(JOVCHELOVITCH, 1999). Guareschi (2000) ressalta que a investigação das Representações Sociais, enquanto práticas populares, pode ajudar a refletir e levar à superação de situações que revelem injustiças, consolidar novas práticas, novas formas de pensar e agir em sociedade.

Souza (2008, p. 37) refere-se a este processo como “interrogar o não interrogado”, fazendo referência a populações marginalizadas, que geralmente não têm seus conhecimentos e percepções registrados nas produções técnicas e acadêmicas. “Como se as aspirações e necessidades destes homens e mulheres concretos devessem ser definidas por outros que não eles mesmos” (SOUZA, 2008, p. 37), afirma.

Vargas (2006) também considera que pouco se conhece, no contexto da produção científica, sobre os sujeitos de segmentos sociais com menor acesso às arenas públicas, cuja trajetória é permeada por despossessões. Trata-se, portanto, de uma população a qual se deve descobrir, e cujo registro da história oral oferece novas perspectivas para o estudo dos processos de mudança social. Na mesma direção, Jurberg (2000) considera que a percepção de diferentes pontos de vista contribui para a criação e difusão de novas ideias, alternativas aos modelos sociais estabelecidos

Por fim, o aspecto empírico desta justificativa refere-se à implicação do autor com o tema a partir da experiência profissional. Atuando entre 2015 e 2017 como *analista de desenvolvimento social*<sup>4</sup> na empresa pública responsável pela política habitacional em âmbito estadual, foi possível constatar que as ofertas do que se insistia em denominar “soluções habitacionais” restringia-se basicamente à reprodução de programas federais, cuja tônica era a produção de unidades novas, a serem comercializadas de maneira subsidiada a população de baixa renda (mas, quase sempre, com renda formal, ou pelo menos fixa).

A companhia estatal anunciava politicamente que a construção de grandes empreendimentos habitacionais resolveria o problema de moradia do público atendido, evocando o jargão da “conquista do sonho da casa própria”. Contudo, a localização e as condições de acesso aos conjuntos, geralmente estandardizados para que os custos de produção fossem menores, com baixa qualidade arquitetônica e construtiva, distantes da malha urbana (FERREIRA, 2012), usualmente se tornavam empecilhos para a integração dos moradores às dinâmicas urbanas, impedindo-os de acessar serviços públicos e alternativas de geração de renda. Mais do que isso, dificultando os encontros, as atividades culturais e de lazer, enfim, o usufruto da cidade.

---

<sup>4</sup> Das nomenclaturas de cargos públicos que não refletem a prática: uma denominação que remete ao paradigma do desenvolvimento, ao mesmo tempo que fundamenta o fazer profissional no aspecto técnico, analítico, mas que, em suma, não traduz as expectativas e atribuições da função.

Sendo assim, despertou-se o interesse em compreender uma dimensão mais profunda da vida urbana do que a obtenção de uma unidade residencial. Da mesma forma, mostrou-se necessária a ampliação das reflexões sobre as dinâmicas sociais e o modo de produção da cidade capitalista, que cresce reproduzindo as desigualdades socioespaciais.

## 1.5 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa exploratória e qualitativa, uma vez que sua principal finalidade está no desenvolvimento primário de conceitos, os quais poderão se converter posteriormente na formulação de hipóteses mais precisas. Observa-se a adequação desta modalidade de investigação no estudo de indivíduos e grupos visando a compreensão de vários aspectos da sociedade (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 189).

Gil (2010) defende a validade deste tipo de pesquisa como aproximação inicial ao tema. Ressalta-se o potencial gerador de novas questões, ao passo que se aumenta a familiaridade do pesquisador as questões, modificando e elucidando conceitos (MARCONI e LAKATOS, 2003; GIL, 2010).

O percurso exploratório na pesquisa sobre trajetórias de famílias e indivíduos socialmente marginalizadas constitui-se como um meio interessante para se perceber as transformações e modulações do mundo urbano, interrogando-se as dinâmicas da sociedade a partir das narrativas dos sujeitos (TELLES, 2010).

A forma escolhida para se tomar contato com estas narrativas foi a técnica das entrevistas. Considerando as diretrizes éticas nacionais para pesquisas científicas envolvendo seres humanos, estabelecidas pela Resolução n.º 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde e complementares, a realização de tais entrevistas foi submetida à análise e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos - CEP da UTFPR, a fim de salvaguardar os direitos, a dignidade, a segurança e o bem-estar dos envolvidos. A participação dos entrevistados ocorreu mediante a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, após a explicação do entrevistador sobre os objetivos da pesquisa.

Marconi e Lakatos (2003) consideram o procedimento das entrevistas como a estratégia mais adequada para a investigação social. Vargas (2006) ressalta o potencial da entrevista para a apreensão da história oral, elucidando os aspectos subjetivos dos fenômenos sociais. Desta forma, oportuniza-se aos indivíduos pertencentes a segmentos sociais comumente excluídos da história oficial o registro de sua visão de mundo (LUCCA, 2008).

Elegeu-se o formato das entrevistas individuais para que as narrativas ganhassem em profundidade, a partir de uma relação de confiança e segurança

que se estabelece na relação do entrevistador com o entrevistado (BAUER e GASKELL, 2002).

O modelo de entrevistas utilizado é o semiestruturado, em que há uma indicação prévia de perguntas-chaves a serem abordadas, mas no decorrer do procedimento é conferida liberdade ao entrevistado para se aprofundar em aspectos específicos que lhe sejam mais significativos (MANZINI, 2004).

Esta natureza de entrevistas, com número reduzido de perguntas, mais abertas e abrangente, permite ao entrevistado escolher os caminhos pelos quais construirá às respostas, partindo, portanto, de suas experiências de vida para elaborá-las (MARONI, 2006). O eventual risco da não padronização das entrevistas não empobrece dados obtidos, uma vez que a provável diversidade nos relatos favorece o aparecimento dos temas e posições próprias do universo representacional do grupo no qual os entrevistados estão inseridos (TOMAINIK et al., 2008). Assim, justifica-se a utilização de um roteiro simples (Apêndice 1), apenas para estimular que os relatos saiam da superficialidade.

Ressalta-se que a definição das perguntas só foi possível a partir de uma fundamentação teórica prévia do objeto de estudo, que precede o trabalho em campo (CRUZ NETO, 2002). Para tanto, empregou-se como método a pesquisa bibliográfica (LAKATOS e MARCONI, 2003), a fim de se avançar em conceitos como habitação, direito à moradia, direito à cidade, segregação, bem como os fundamentos da Teoria das Representações Sociais, além de informações disponíveis em jornais e outras mídias eletrônicas para caracterização da área investigada.

Os entrevistados foram definidos através da metodologia não probabilística de cadeias de referências denominada *bola de neve*<sup>5</sup>, em que se vai construindo uma rede sucessiva de indicações (VINUTO, 2014), como pode-se observar na Figura 1 – Bola de Neve. Tal método permite a realização de entrevistas de forma fluida, a partir da construção de redes de confiabilidade (BECKER, 1993; LUCCA, 2008).

Ressalta-se que as primeiras indicações partiram de lideranças comunitárias, cujo reconhecimento se constitui como importante fator para o desenvolvimento deste trabalho (TELLES, 2010). A partir deste método, as pessoas indicadas podem aceitar o convite e se tornarem entrevistadas, indicarem outras pessoas para a pesquisa, tornando-se *sementes*<sup>6</sup>, ou recusar a participação sem qualquer constrangimento (VINUTO, 2014).

Ainda sobre os entrevistados, destaca-se que nem todos autorizaram a divulgação de seus nomes verdadeiros. Sendo assim, optou-se por preservar a identidade de todos. Contudo, as escolhas de nomes não foram aleatórias.

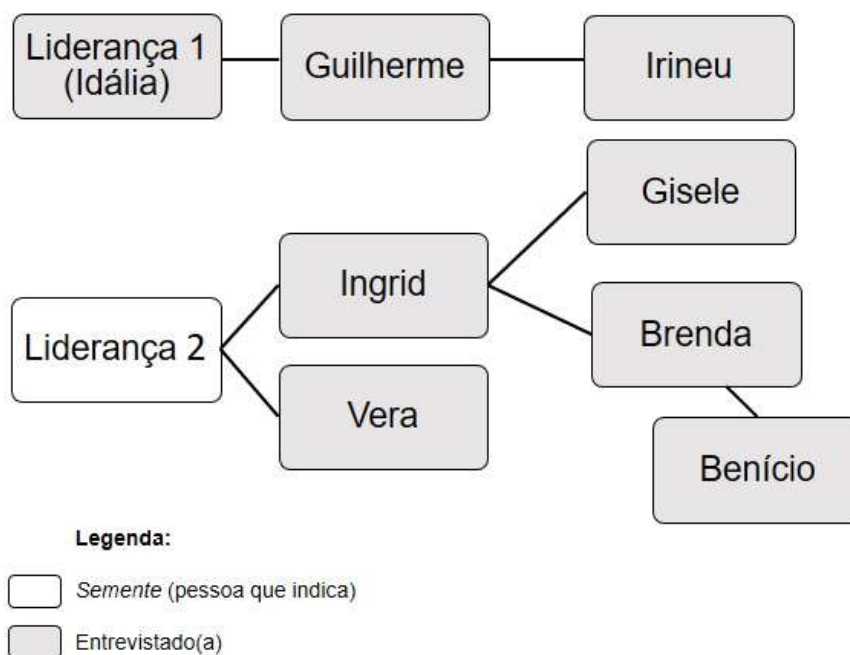
---

<sup>5</sup> Tradução que Juliana Vinuto apresenta para “*snowball sampling*”, no artigo: A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: um debate em aberto (2014).

<sup>6</sup> Uma das lideranças consultadas, além de indicar outras pessoas para a entrevista, também respondeu às questões. Por isso foi identificada na Figura 1 como *entrevistada*, ficando a condição de *semente* apenas para a segunda liderança, que somente indicou outros entrevistados e não quis responder às perguntas.

Buscou-se similaridades fonéticas, de origem e/ou significados convergentes com traços de personalidade aparentes e aspectos das trajetórias dos sujeitos. Por exemplo, o nome Idália significa “mulher trabalhadora, sobrevivente”; Guilherme refere-se ao “protetor destemido”; enquanto Irineu quer dizer “homem pacífico”; Ingrid relaciona-se à maternidade e Brenda à liderança.

**Figura 1 - Bola de Neve**



Fonte: Elaboração do autor.

O critério para o encerramento das entrevistas é o que Bauer e Gaskell (2002) definem como *saturação*: o momento em que a inclusão de novos sujeitos na pesquisa deixa de acrescentar novos elementos significativos para a análise. Sendo assim, foram entrevistadas oito pessoas.

Dado o caráter qualitativo deste trabalho, abordagem voltada para as interpretações das realidades sociais (BAUER e GASKELL, 2002), reconhece-se um limite de um pequeno número de entrevistados, especialmente se comparado aos parâmetros de amostras probabilísticas, considerando a necessidade de aprofundar as análises sobre as informações coletadas.

Destaca-se que o grupo foi bastante heterogêneo. Foram cinco mulheres e três homens entrevistados, com idades entre 30 e 88 anos (cinco pessoas com idades entre 30 e 50 e três com 60 anos ou mais). Quanto ao tempo de residência nas ocupações: duas pessoas moravam ali há aproximadamente um ano, três pessoas entre dois e três anos, e outras três pessoas residem no local desde o início das ocupações, há quatro anos. Apesar da heterogeneidade, não se identificou a influência destes fatores (sexo, idade, tempo de residência) nos discursos.

O conteúdo das entrevistas é apresentado inicialmente na forma de cenas descritivas<sup>7</sup>. Tais cenas consistem na exposição dos aspectos mais relevantes das histórias (ou trajetórias) de cada entrevistado, permitindo identificar proximidades e contrastes com os demais sujeitos para a elucidação de elementos comuns à realidade social (TELLES, 2010).

Em seguida, procurou-se compreender Representações Sociais dos moradores das ocupações pesquisadas relacionadas ao direito à cidade e à habitação. Ressalta-se o enfoque neste trabalho para os efeitos das Representações Sociais, e não nos processos pelos quais estas representações são constituídas.

Sendo assim, as entrevistas transcritas foram examinadas a partir do método da análise de conteúdo. Trata-se de uma técnica para inferir expressões dos sujeitos para seu contexto social de maneira objetivada, focalizando frequências e repetições (BAUER e GASKELL, 2002), empregada largamente em pesquisas no campo da Psicologia Social (STREY et al., 1998).

Ainda no que se refere às contribuições da Psicologia Social para a metodologia da pesquisa: a Teoria das Representações Sociais permite romper com a oposição entre pessoal e social, individual e coletivo (GUARESCHI, 2000). Em uma dimensão dialética, se reconhece que “o social é coletivamente edificado e o ser humano é construído através do social” (STREY et al., 1998, p. 111).

Portanto, admite-se que, embora as experiências narradas nas entrevistas sejam individuais, suas representações se dão a partir de processos sociais (BAUER e GASKELL, 2012). Deste modo, reivindica-se “a importância do singular como fonte de produção do conhecimento” (GONZÁLEZ REY, 2016, p. 143).

Para tanto, faz-se necessária para o pesquisador a percepção dos contextos sociais dos entrevistados para além do momento das entrevistas. É preciso articular o que se absorveu das entrevistas com impressões e observações em campo para um melhor entendimento dos fenômenos (BAUER e GASKELL, 2002). Sendo assim, reconhece-se a aproximação entre pesquisador-pesquisado como fator inerente ao processo investigatório (STREY et al., 1998).

Neste sentido, destaca-se a importância da aproximação gradual ao campo, a fim de se garantir o respeito necessário ao público para efetividade das interações (CRUZ NETO, 2002). Neste caso, a interação do pesquisador com a população investigada se deu por meio da colaboração com o Projeto Ocupações Urbanas, do Laboratório de Dinâmicas Metropolitanas, vinculado ao curso de Geografia da Universidade Federal do Paraná, que desenvolve ações

---

<sup>7</sup> As cenas descritivas correspondem ao formato no qual Vera da Silva Telles apresenta os relatos dos entrevistados sobre suas trajetórias, práticas, mediações e conexões, buscando um fio condutor que articule suas narrativas de maneira fluida. Inspiradas nos *personagens sociais* de Deleuze e Guattari, tais cenas apresentam histórias cujos fatos e cenários possibilitam a reflexão sobre as tramas sociais que as permeiam (TELLES, 2010).

de apoio e desenvolvimento junto à população local. O acompanhamento às visitas dos componentes do projeto contribuiu significativamente para familiarização com as dinâmicas das ocupações.

## 1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O presente trabalho se estrutura em quatro partes. Na primeira são apresentadas discussões sobre as contribuições da Psicologia Social para compreensão dos fenômenos pesquisados, fundamentadas principalmente nos trabalhos de Fernando Luis González Rey (2012) e Marlene Neves Strey (1998). A Teoria das Representações Sociais é conceituada a partir de seu autor, Serge Moscovici (2004), com contribuições de autores brasileiros como Pedrinho A. Guareschi (1999, 2000, 2008) e Sandra Jovchelovitch (1999).

Na segunda parte do trabalho analisa-se o contexto histórico da produção urbana em Curitiba, com ênfase na CIC. Toma-se por base o trabalho de autoras como Madianita Nunes da Silva (2012) e os trabalhos dissertativos de Aline Albuquerque (2007) e Ângela Seixas Pilotto (2010) - com atualização de dados recolhidos junto ao IPPUC e Cohab-CT. O contexto da Cidade Industrial de Curitiba é construído principalmente a partir da tese de Paulo Rolando de Lima (2009).

Este capítulo ainda percorre os conceitos de direito à cidade e de produção do espaço de Henri Lefebvre (2001, 2006). Colaboram para sua compreensão trabalhos de autoras como Amélia Luisa Damiani (1991, 1999) e Ana Fani Alessandri Carlos (1990, 1999, 2012). Os trabalhos do arquiteto e urbanista Flávio Villaça (1986, 1998, 2011) contribuem para a análise das dinâmicas sociais de segregação, indispensáveis à reflexão sobre a vida nas cidades. Neste contexto, a discussão sobre inclusão precária, em contraposição ao conceito de exclusão, toma por base conceitos do sociólogo José de Souza Martins (1997).

O capítulo seguinte apresenta uma caracterização das ocupações que se configuram como objeto específico deste trabalho. Para tanto, são utilizadas informações coletadas de notícias, especialmente de jornais locais disponíveis em mídias eletrônicas, e trabalho acadêmico (HOLANDA, 2018).

Em seguida, expõe-se o conteúdo das entrevistas realizadas com moradores, nas quais procurou-se levantar informações sobre trajetória habitacional, percepções quanto ao cotidiano nas ocupações e os acessos à cidade, e perspectivas de moradia.

A forma com que as narrativas das entrevistas são apresentadas tem inspiração nos trabalhos Vera da Silva Telles, em coautoria com Cibele S. Rizek e Francisco de Oliveira (2007, 2010), os quais também encontram convergências



e pontos de diálogo com análise dos conteúdos. Ainda, na análise colaboram significativamente os trabalhos de Kowarik (2009) e Villaça (1986, 1998 e 2011).

A quarta e última parte destina-se às considerações finais, quando são retomados debates dos três capítulos anteriores e abrem-se novas questões de pesquisa a partir de discussões sobre o cotidiano dos moradores das ocupações.

## **2 UM OLHAR PARA A CIDADE A PARTIR DA PSICOLOGIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

A Psicologia Social pode ser considerada como “uma área do conhecimento psicológico que trouxe grandes contribuições para a compreensão dos problemas da vida em sociedade, no estudo dos fenômenos subjacentes aos grupos e às instituições” (PAULA e KODATO, 2016, p. 200).

É objeto desta pesquisa o olhar para questões da cidade à luz de constructos da Psicologia Social. Isto porque, a partir da Psicologia Social, consegue-se estabelecer um diálogo com outras áreas do conhecimento, compreendendo a necessidade mútua entre teoria e prática como premissa para se olhar para realidades complexas. Além disso, ao assumir o pressuposto da não neutralidade científica, a Psicologia Social permite a incorporação de questões políticas à produção do conhecimento, tornando-se uma abordagem congruente à pesquisa qualitativa (STREY et al., 1998).

Contudo, é preciso recuperar alguns aspectos históricos para compreender como esta área do conhecimento alcançou tal condição. Ao ser institucionalizada como disciplina aplicada nos Estados Unidos na década de 1920, a Psicologia Social se concentrava na interação entre indivíduos e sociedade, tratando-os como duas instâncias distintas, em uma perspectiva dualista (STREY et al, 1998).

Nesta lógica dicotômica entre indivíduo e sociedade, pesquisadores focavam seus estudos no comportamento humano, do qual o indivíduo era tido como agente, e não como sujeito (GONZÁLEZ REY, 2016). Como método, restringiam-se à análise de variáveis ambientais passíveis de observação e controle, tais como inventários de avaliação do comportamento individual, fazendo com que os problemas sociais fossem apenas parcialmente apreciados. Tratava-se, portanto, de um momento de predomínio do saber positivista, pragmático e experimental (PAULA e KODATO, 2016).

Avanços para a superação deste paradigma puderam ser percebidos nas décadas seguintes a partir das contribuições de pesquisadores europeus, como Adorno, Fromm e, principalmente, Vygotsky. Ao voltarem suas atenções para a interiorização do simbólico na construção do psiquismo e observarem o papel da linguagem na interação simbólica entre as pessoas, foi possível romper com a dicotomia indivíduo-sociedade, passando-se a considerar suas mútuas interações: “um é parte constituinte da produção de sentido no outro” (GONZÁLEZ REY, 2016, p. 105).

É neste contexto que se verifica a construção de uma psicologia social crítica na América Latina, especialmente a partir da década de 1980 (STREY et al, 1998). Em um cenário social marcado pela desigualdade, pelas situações de sofrimento, humilhação e injustiça (PAULA e KODATO, 2016), fez-se urgente o desenvolvimento de uma psicologia capaz de recuperar o homem enquanto

sujeito de sua história. E, para tanto, era fundamental romper com a falsa polaridade entre o individual e o coletivo, pessoal e social (CAMPOS e GUARESCHI, 2000).

Guareschi e Arruda (1998) também destacam a contribuição da Psicologia Social para a superação da noção do indivíduo como ser isolado, uno, e também da visão do ser humano como peça de uma engrenagem, em uma concepção totalitária. Sendo assim, passa-se a entender a pessoa como resultado de suas diversas relações estabelecidas ao longo de sua existência, com suas singularidades e subjetividades<sup>8</sup>.

Nesse sentido, González Rey (2016, p. 142) ressalta a contribuição de autores como Martín-Baró para a compreensão da subjetividade enquanto expressão da “história pessoal-social” do sujeito. Desta forma, valorizam-se as trajetórias pessoais como experiências concretas para a percepção de aspectos relevantes da vida social. Nas palavras do autor:

O histórico pessoal é precisamente o ponto que serve de limite entre a subjetividade individual e a social, na medida em que o histórico mencionado, na subjetividade individual, refere-se à história impossível de se repetir, de um sujeito concreto, que passou por uma determinada experiência social de uma maneira única, e que, portanto, na especificidade de seus processos de subjetivação, nos permite opções de interpretação sobre o contexto social que as experiências coletivas dos indivíduos que compartilharam esses espaço social muitas vezes não nos permitem (GONZÁLEZ REY, 2016, p. 142).

Desta forma, efetiva-se a dimensão crítica e política da Psicologia Social, comprometida com a transformação social, ao romper-se com a noção naturalizada e individualizada de homem, desmascarando mecanismos de alienação e dominação nas relações sociais (PAULA e KODATO, 2016). Assim, reconhece-se a importância do saber popular na construção do conhecimento, que passa a ser produzido na interação entre o pesquisador e os sujeitos da investigação (CAMPOS et al., 1996). Portanto, recusa-se o postulado de distanciamento entre sujeito e objeto de pesquisa, assumindo-se o princípio ético de que a produção do conhecimento científico pressupõe a participação efetiva da população pesquisada (STREY et al., 1998).

---

<sup>8</sup> A partir de uma perspectiva dialética e construcionista, González Rey (2016, p. 137) conceitua subjetividade como um processo de produção de sentidos a partir de sistemas simbólicos e emoções que “expressam de forma diferenciada o encontro de histórias singulares de instâncias sociais e sujeitos individuais, com contextos sociais e culturais multidimensionais”. Segundo o autor, deve ser considerada como “um sistema aberto, que se expressa de forma permanente através da ação, seja a de sujeitos individuais ou a das diferentes instância e instituições sociais” (GOZÁLEZ REY, 2016, p. 133). Isso significa admitir seu caráter processual, histórico e atrelado ao contexto, não sendo, portanto, uma instância estática ou essencial que determinaria comportamentos de indivíduos.

## 2.1 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Teoria das Representações Sociais, fundada pelo psicólogo social romeno Serge Moscovici (1925-2014), constitui-se como uma significativa contribuição para a virada<sup>9</sup> da Psicologia Social (ARRUDA, 1998) de um modelo positivista para uma concepção dialógica. Strey et al. (1998) definem o estudo das representações sociais como uma das temáticas mais estimulantes na área da Psicologia Social, enquanto Gonzáles Rey (2016) destaca as diversas possibilidades de atividades, contextos e cenários sociais passíveis de análise a partir desta teoria.

Também Guareschi (2000) ressalta a relevância do trabalho de Moscovici para a superação da dicotomia indivíduo-sociedade (interno-externo), uma vez que as representações sociais, ao mesmo tempo que existem para o sujeito, perpassam o grupo social. Ainda, Marková (2006, p. 208) ressalta a relevância desta teoria por se preocupar “com a realidade social em que as pessoas vivem”, e Jovchelovitch (1999, p. 64) defende a validade deste referencial para a análise de conjuntura da América Latina, ao passo que “estamos atravessados pela violência concreta das relações sociais desiguais”.

A obra original de Moscovici que marca a inauguração da Teoria das Representações Sociais é o livro *La Psychanalyse, son image, son public*<sup>10</sup> (1961), na qual o autor procurou entender como a população parisiense compreendia e resignificava a psicanálise em seu cotidiano (STREY et al., 1998). Neste exercício, enfatizou-se o senso comum como uma forma de conhecimento prático e um possível objeto de análise social, considerando a subjetividade em sua dimensão processual e dialógica (PAULA e KODATO, 2016).

Cabe destacar que a Teoria das Representações Sociais reúne referências da teoria do desenvolvimento humano de Jean Piaget, da antropologia de Lévy-Bruhl e da sociologia de Émile Durkheim (PAULA e KODATO, 2016). Contudo, Guareschi (1999) destaca uma diferença fundamental entre os trabalhos de Durkheim e Moscovici, uma vez que o primeiro compreendia representações individuais e coletivas como fenômenos distintos, e o segundo reconhecia as duas dimensões como indissociáveis. Sendo assim, Moscovici (2004) criticava a perspectiva dualista de Durkheim entre indivíduo e sociedade, bem como entre corpo e mente na natureza humana.

Após o trabalho original de Moscovici, diversas autoras e autores analisaram as representações sociais em variados contextos, como a

---

<sup>9</sup> PAULA e KODATO (2016) afirmam que a teoria de Moscovici despontou como uma oposição ao modelo individualista, hegemônico nas primeiras décadas da Psicologia Social, pois seu trabalho buscava contemplar a dimensão processual e dialógica da subjetividade.

<sup>10</sup> *A Psicanálise, sua imagem e seu público*, em tradução livre.

compreensão de grupos sociais em relação à loucura, compreensões relativas à AIDS, conceitos sobre a velhice, entre outros (SÁ, 1996).

Entretanto, mesmo com tantos trabalhos realizados sobre representações sociais, defini-las continua um desafio. Moscovici (2004) afirma que a realidade das representações sociais é mais facilmente compreendida do que seu conceito. Strey et al. (1998) observam que, tal como uma utopia, o conceito de Representações Sociais nunca é definitivo. Sendo assim, Neri (2016, p. 72) aponta que “primeiro passo para a compreensão profunda do que significa uma representação social é considera-la como um fenômeno e não como um conceito”.

Deste modo, o estudo das Representações Sociais precisa de um objeto concreto. No presente estudo, observam-se os processos de produção do espaço urbano em Curitiba e sua relação com o direito a cidade e à moradia.

Em uma primeira aproximação conceitual, entende-se representações sociais como “um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana do curso das comunicações interpessoais” (MOSCOVICI apud STREY et al., 1998, p. 106). Segundo Moscovici (2004):

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através de uma palavra, de um gesto, ou de uma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos” (Moscovici, 2004, p. 10).

Jodelet (apud STREY et al., 1998) contribui para a compreensão das representações sociais ao defini-las como uma forma de conhecimento prático socialmente elaborada, concorrendo para a construção de uma visão de mundo comum a um conjunto social, compartilhada por meio da linguagem. Jovchelovitch (in: ARRUDA, 1998, p. 80) e Deschamps e Moliner (2009) também destacam que as representações sociais são forjadas nas relações entre os sujeitos, constituindo-se como um sistema de saberes que contribui para conformar um sentido de identidade no grupo que dele partilha.

Markorvá (2006) ressalva que, mesmo que as representações sociais sejam compartilhadas por grupos específicos, isso não significa que os conteúdos sejam assumidos por todos de maneira idêntica. A autora concebe que existe um núcleo central das representações, aquelas que são mais compartilhadas pelos indivíduos do grupo, enquanto elementos periféricos são menos compartilhadas e garantem o dinamismo às representações (MARKOVÁ, 2006).

Sá (1996) também observa representações sociais não precisam ser consensuais entre todas as pessoas de um grupo, uma vez que estas se organizam em um núcleo central de conteúdos mais estáveis entre o grupo, mas que comportam um sistema periférico de expressões mais particularizadas. Esta compreensão é importante para que as investigações acerca das

representações sociais não encubram diferentes experiências sobre o objeto da pesquisa.

Em relação às finalidades das representações sociais, Moscovici (2004) aponta para um duplo propósito: avaliar os fenômenos como se apresentam e decidir como agir sobre eles. Sá (1996) amplia a compreensão das funcionalidades: compreender a realidade, definir a identidade de um grupo, orientar práticas, justificar comportamentos.

No que se refere à forma com que as representações sociais operam no aparelho psíquico, Moscovici (apud SÁ, 1996) destaca os processos de ancoragem e objetivação. Por ancoragem, entende-se uma ação cognitiva de nomear uma figura não-familiar a partir de um saber anterior, um exercício de classificação e denominação (SÁ, 1996; ARRUDA; 1998; STREY et al., 1998; PAULA e KODATO, 2016). Já a objetivação pode ser compreendida como o mecanismo de ligação entre o conhecimento abstrato, uma imagem ou figura, a um objeto concreto (PAULA e KODATO, 2016). É a reprodução de um contexto em uma imagem (MOSCOVICI apud SÁ, 1996). Strey et al. (1998) trazem como exemplo deste processo a personificação de Deus (desconhecido, abstrato) na figura do pai (conhecido, concreto).

Moscovici (2004) observa que o fato de classificar e nominar os objetos possibilita ao sujeito (e ao grupo) perceber, inferir, compreender e dar sentido aos fatos, tornando viável a comunicação em sociedade. Neste contexto, explica que “categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele” (MOSCOVICI, 2004, p. 63). Em suas palavras:

“Cada experiência é somada a uma realidade predeterminada por convenções (...). Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos de acordo com um sistema que está condicionado tanto por nossas representações quanto por nossa cultura”. (Moscovici, 2004, p. 35).

Deschamps e Moliner (2009) também analisam a prevalência de esquemas classificatórios na operação das representações sociais, que, segundo o autor, dão margem a categorizações, estereótipos e discriminações baseadas nos sentimentos de semelhança e diferença.

Jodelet (2008) contribui para o aprofundamento da análise ao discorrer sobre a formação de estereótipos na regulação das relações entre grupos. Segundo a autora, os seres humanos apresentam uma disposição para o sentido de pertencimento social, fazendo com que os sujeitos busquem fatores de identificação e diferenciação para se categorizarem em grupos. Deste modo, criam-se preconceitos que desumanizam o outro, num processo definido como “estereótipos de deslegitimação”, que justificariam o desprezo e o distanciamento, inclusive com manifestações de violência.

Para exemplificar esta situação: quando Kowarick (2009) observa que há, em sociedade, um senso comum que aproxima a imagem da favela à ideia de violência urbana, trata-se de uma associação *convencionalizada* por meio de representações sociais. No mesmo sentido, Bonduki e Rolnik (1979, p. 85) observam o quanto a ocupação de regiões periféricas confere o “estigma da marginalidade” a seus moradores, ao passo que o desígnio “favela” carrega uma conotação de ilegalidade por desafiar a organização do território sob a dinâmica capitalista da propriedade privada. Sendo assim, é possível que os moradores das ocupações estabeleçam representações sociais autodepreciativas, interiorizando uma autoimagem negativa por meio de sentimentos como insegurança e inferioridade (JODELET, 2008, p. 63).

Desta forma, tomar contato com as representações de moradores de ocupações sobre sua experiência de moradia e de segregação socioespacial é relevante para a compreensão de suas aspirações quanto à habitação – e, conseqüentemente, de suas ações para promoção ou reivindicação de melhores condições de moradia. Trata-se, portanto, de um estudo voltado aos efeitos das representações sociais, como analisam Strey et al. (1998) no trecho a seguir:

É fundamental dar-mo-nos conta que, na maioria das vezes, nós praticamos determinadas ações, como por exemplo comprar e votar, não por razões lógicas, racionais ou cognitivas, mas por razões principalmente afetivas, simbólicas, míticas, religiosas, etc. A teoria das RS chama a atenção a essa realidade e tenta mostrar a importância de se conhecer essas representações para compreender o comportamento das pessoas (STREY et al., 1998, p. 107).

Moscovici (2004) ainda destaca como instituições, como igrejas, movimentos sociais, famílias, enfim, círculos de convivência, influenciam nesses comportamentos, ao passo que comunicam simbolicamente sentidos e obrigações para os indivíduos, que incorporam tais compromissos em suas ações cotidianas. No contexto da produção do espaço e das ocupações urbanas, observa-se como uma série de agentes sociais<sup>11</sup> interferem na forma com que os moradores se relacionam com a área, entre si e com a cidade de maneira geral.

Tamanhas influências podem se converter em processos de poder e/ou de dominação. Guareschi (in: CAMPOS et al., 1996) difere estes dois conceitos, referindo-se ao poder como a capacidade que pessoas e grupos têm para desempenharem uma ação qualquer, não sendo necessariamente uma relação negativa para alguma das partes. Já a dominação, uma das formas de manifestação do poder, pressupõe uma relação assimétrica, desigual, em que

---

<sup>11</sup> Conforme definição no capítulo 2, agentes sociais podem ser considerados como sujeitos “concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (CARLOS, SOUZA e SPOSITO, 2012, p. 43). São exemplos de agentes influentes na produção do espaço nas ocupações: o Estado, mercado imobiliário, movimentos sociais, organizações não governamentais e, por óbvio, os moradores que ali se estabelecem.

uma das partes de apropria do poder das outras. Pode se manifestar pela forma econômica, política ou cultural – aquelas mais difíceis de se detectar, cristalizadas e sedimentadas nas relações como se fossem naturalizadas.

Para que surjam e se mantenham tais relações de dominação, utiliza-se da ideologia, ou seja, o emprego de formas simbólicas para sustentar e reproduzir significados e sentidos. Desta forma, criam-se estereótipos, associações valorativas entre pessoas e características, que, “quando negativos, criam e sustentam as relações de dominação” (GUARESCHI in: CAMPOS et al., 1996, p. 91).

Cabe salientar que, para Moscovici (2004), a ideologia seria algo cristalizado, de difícil modificação, enquanto as Representações Sociais podem ser transformadas cotidianamente, mesmo que resguarde alguns traços mais duradouros (GUARESCHI, 2000). Contudo, Strey et. al. (1998, p. 111) não consideram a ideologia como algo tão pronto, acabado – usam a definição de Thompson (1995) para entendê-la simplesmente como “o uso das formas simbólicas para criar ou manter relações de dominação”. Sendo assim, acreditam que as Representações Sociais possam ter uma finalidade ideológica.

A despeito desta possibilidade, é preciso observar que, para Moscovici, as Representações Sociais possuem um caráter prescritivo, mas não determinante. Jovchelovitch (1999, p. 64) também afirma que a Teoria das Representações Sociais não perde de vista “a capacidade criativa e transformadora dos sujeitos sociais”, uma vez que estes indivíduos são autores de suas construções mentais e, portanto, contam com o poder de transformá-las. Segundo Silva (2001, p. 21), trata-se da possibilidade de se separar “o que nos é dado daquilo que nos apossamos”. Esta é mais uma dimensão importante de análise das entrevistas com moradores de ocupações: como eles ressignificam a utilização do espaço para reprodução da vida? Quais as possibilidades de apropriação do espaço, de transformação frente aos recursos escassos, tanto financeiros quanto de infraestrutura e serviços?

Segundo Moscovici (2004, p. 35) ao se tomar consciência das convenções sobre a realidade, pode-se “escapar de algumas exigências que elas impõem em nossas percepções e pensamentos”. Nesta direção, Guareschi (1999) admite as representações como uma referência para o indivíduo no percurso de suas compreensões sobre a realidade que lhe cerca, mas afirma que o sujeito tem a capacidade de reinterpretá-las. Desta forma, os conteúdos provenientes das interações sociais fazem parte da pessoa, mas não as definem.

Campos et al. (1996, p. 172) também olham para a dimensão dialética do fenômeno: “não são apenas as representações sociais que orientam a conduta humana, mas esta mesma conduta é que contribui para construir as representações”, afirmam. González Rey (2016, p. 105) ressalta o papel protagonista do sujeito na transformação permanente das representações sociais. Neste sentido, Jovchelovitch (1999, p. 82) observa como as representações se manifestam em um processo que “desafia e reproduz, repete



e supera, que é formado, mas que também forma a vida social de uma comunidade”.

Ainda, vale destacar que as representações sociais têm sua concretude, mas não podem ser identificadas, delimitadas, traduzidas em sua totalidade (GUARESCHI, 2000). O autor convida, portanto, à humildade para se pesquisar o tema: “todo fenômeno é sempre inacabado, imensurável” (GUARESCHI, 2000, p. 265).

Sendo assim, reafirma-se que, para fins dessa dissertação, Representações Sociais são entendidas como conjuntos de conceitos originados da vida cotidiana e das comunicações interpessoais, que se impregnam na forma com que os grupos estabelecem relações e que estão em constante transformação (MOSCOVICI, 2004). Deste modo, o trabalho de pesquisa que se estabelece é a análise de entrevistas individuais para se perceber o que existe de comum entre as narrativas, que conceitos e visões de mundo são evidenciados na linguagem, nas expressões e no senso comum dos moradores das ocupações.

### 3 DIREITO À CIDADE E À MORADIA NAS OCUPAÇÕES NA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA/SABARÁ

Este capítulo tem como objetivo discutir o histórico de produção do espaço na Cidade Industrial de Curitiba – CIC, identificando as dinâmicas de segregação socioespacial implicadas neste processo. Deste modo, se buscará demonstrar como a segregação socioespacial impacta na não efetivação do direito à cidade.

Para tanto, as análises sobre a CIC serão permeadas por uma breve revisão conceitual quanto à produção do espaço a partir da obra de Lefebvre (2006), como também por reflexões sobre os conceitos de segregação, direito à moradia e à cidade.

A escolha da CIC como objeto de pesquisa é emblemática, pois evidencia muitos dos problemas habitacionais existentes em Curitiba. Apesar da divulgação nacional e internacional, por parte de sucessivas administrações municipais, da imagem de Curitiba como uma cidade modelo no que se refere ao planejamento e gestão urbana (OLIVEIRA, 2000; ALBUQUERQUE, 2007; SILVA, 2012), este mito de cidade planejada se sustenta na minimização dos problemas urbanos e na exacerbação das experiências positivas (SOUZA, 2008).

O historiador Dennison de Oliveira, no livro *Curitiba e o Mito da Cidade Modelo* (2000), oferece uma visão bastante crítica ao planejamento urbano, ao “projeto de cidade” que sustentaria o referido mito. O autor credita a pretensa ideia de sucesso a uma relativa centralidade e continuidade política no planejamento e na execução de projetos urbanos, enquanto a experiência brasileira em geral é caracterizada pela falta de coordenação central e fragmentação das ações. Oliveira (2000) também questiona a associação entre interesses do Estado e interesses privados, tido como principal responsável na estabilidade e consolidação do mito de Curitiba como “cidade modelo”. Contudo, Albuquerque (2007) e Milano e Bonadio (2013) ressaltam que a pretensa idealização de cidade modelo ignora totalmente os problemas habitacionais no discurso do planejamento.

Ao se observar o processo histórico de produção do espaço urbano, em especial no que tange à questão da moradia, verifica-se uma conjuntura de profundas desigualdades socioespaciais, que são percebidas no histórico da CIC. Sendo assim, verifica-se a segregação socioespacial a partir de três fatores: (i) o grande número de ocupações irregulares na região do CIC; (ii) a concentração da produção habitacional por parte do poder público nesta área<sup>12</sup>; e (iii) os indicadores demográficos e socioeconômicos em comparação às demais regiões de Curitiba. Após a análise destes fatores, seguem considerações sobre o direito à cidade e outros conceitos subsidiários à análise.

---

<sup>12</sup> Considerando que a produção habitacional pública é voltada para população de baixa renda, conforme dever do Estado na promoção de moradia para “atendimento das necessidades habitacionais daqueles que não podem garanti-las pelos próprios meios” (VASCO, 2018, p. 27).

### 3.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO CIC E AS DINÂMICAS DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

O espaço pode ser considerado como produto, condição e meio de toda a atividade humana (CARLOS, 1990; CARLOS, SOUZA e SPOSITO, 2012). Nesse sentido, entende-se o homem como agente de transformação do espaço em um processo dialético. Sendo assim, contrapõe-se radicalmente a “pura e simples apreensão do espaço enquanto localização dos fenômenos ou palco da atividade do homem”. (CARLOS, 1990, p. 15).

Segundo a obra de Lefebvre, a produção do espaço não se reduz à produção material do mundo, mas abarca também a dimensão das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da vida em sociedade (CARLOS, SOUZA e SPOSITO, 2012). Neste sentido, dialoga-se com a análise de Damiani, Carlos e Seabra (1999), que identificam no trabalho de Lefebvre dois sentidos, intrinsecamente relacionados, para o termo *produção*: o que chamam de um sentido *stricto sensu*, e outro *latu sensu*.

Para as autoras, o sentido *stricto sensu* refere-se à produção de bens e mercadorias, à indústria da construção, ao ambiente construído, à rede urbana, com os conhecimentos de arquitetura e urbanismo e as normas criadas pelo Estado. Já o *latu sensu* se liga à ideia de que o que se produz também são relações sociais, ideologias, culturas, valores e costumes (DAMIANI, CARLOS e SEABRA, 1999).

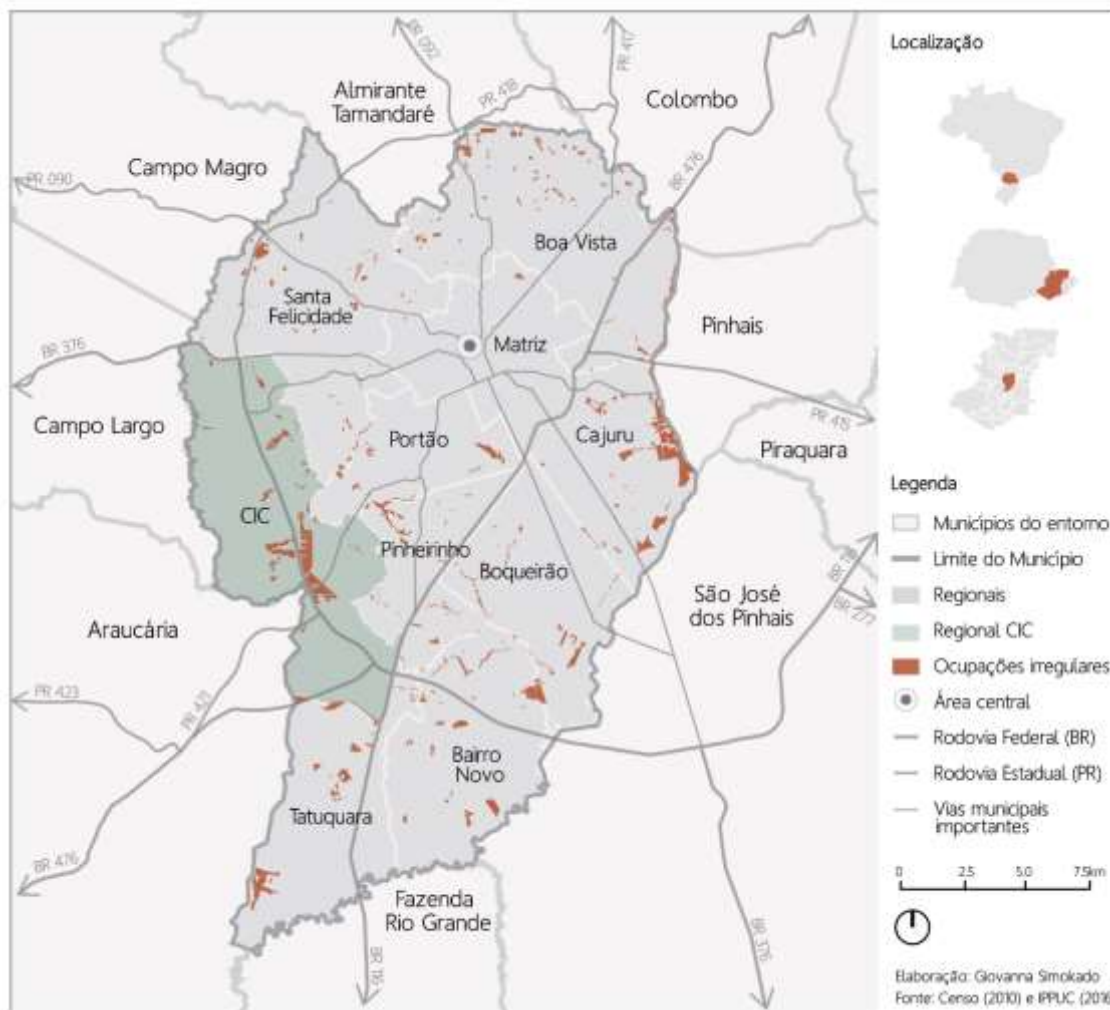
A produção o espaço se assenta em um momento histórico e nas características da sociedade que o produz (CARLOS, SOUZA E SPOSITO, 2012). Sendo assim, observa-se a criação da Cidade Industrial de Curitiba - CIC no contexto de acentuada urbanização e metropolização pelo qual a capital paranaense passou durante a segunda metade do século XX. A CIC é entendida como parte da produção do espaço da cidade de Curitiba e de um planejamento, que neste momento, aliado ao Plano Preliminar de Urbanismo (1966) consolidou os eixos estruturais norte-sul, leste-oeste, contribuindo posteriormente para a consolidação das classes sociais em determinadas porções da cidade.

De acordo com Lima (2009, p. 175), o bairro CIC, cuja localização está indicada na Figura 2, “corresponde à área destinada pelo planejamento urbano para concentrar os estabelecimentos industriais em uma espécie de distrito industrial (...) ainda no início dos anos 70”. A criação deste bairro é apontada como uma das mais importantes transformações do aspecto estrutural da cidade (PILOTTO, 2010; SILVA, 2012; FORTUNATO, 2014).

Pilotto (2010) identifica a implantação da Cidade Industrial por meio da Lei Municipal n.º 4.773/1974, pela qual se desapropriou uma área de 4.370 hectares na região sudoeste de Curitiba. Segundo a autora, esta medida deslocou a atividade industrial, que até então se concentrava em regiões próximas às linhas férreas, em porções mais centrais da cidade.

Ressalta-se o momento de euforia desenvolvimentista vivenciado no Brasil neste período (LIMA, 2009). Muitos municípios do país buscavam criar distritos industriais na perspectiva da geração de empregos e geração de impostos, além do aspecto simbólico da busca pelo desenvolvimento e pela modernidade. Singer (1998) aponta para a criação destes distritos como estratégia de aglomeração espacial das atividades, uma forma de aproximar produção e consumo, reduzindo custos em favor do modo de produção capitalista.

**Figura 2 - Localização da Cidade Industrial de Curitiba**



Fonte: Elaboração Giovanna Simokado, com dados Censo (2010) e IPPUC (2016).

Sendo assim, Oliveira (2000) destaca a criação da CIC como parte de uma política agressiva de atração de investimentos industriais. O autor considera a implantação do bairro como “autêntica aliança entre profissionais do urbanismo local com os grandes interesses privados” (OLIVEIRA, 2000, p. 106), ressaltando a participação das elites dirigentes locais neste processo.

Para que indústrias nacionais e multinacionais se instalassem em novos polos, eram comuns iniciativas das administrações públicas como a doação de terrenos para a iniciativa privada, ofertas de benfeitorias e isenções fiscais.

Afinal, Singer (1998) observa que as indústrias buscavam se instalar em cidades que já apresentassem relativa expressão urbana. Para além destes benefícios, a Prefeitura empenhou-se em propagandear nacionalmente o potencial da cidade na formação de mercado consumidor e na oferta de mão de obra qualificada baseada em bons serviços educacionais (LIMA, 2009). Neste sentido, o relativo êxito na atração e instalação de indústrias confere à CIC uma representação de sucesso do ponto de vista econômico.

Contudo, há de se observar uma série de problemas que surgiram no processo de criação do distrito. Segundo Oliveira (2000), as imperfeições nos processos de despejo provocaram a instauração de inúmeras ações judiciais contra o poder público. Além disso, a ocupação da área gerou impactos ambientais, dos quais decorrem problemas de saúde pública. Por fim, o autor aponta a grande quantidade de loteamentos clandestinos e irregulares que se estabeleceram na região (OLIVEIRA, 2000).

Pilotto (2010) também destaca o deslocamento de inúmeros conjuntos habitacionais, loteamentos populares e ocupações irregulares para a região da CIC. Lima (2009) afirma que esta grande quantidade de habitantes, seja em residências regulares ou ocupações, contraria o planejamento original do bairro, que teria uso predominantemente industrial. Nas palavras do autor:

No bairro CIC se encontra implantado e em funcionamento um projeto de organização territorial de forte influência modernista, originalmente proposto para dar suporte ao uso e ocupação industriais e, em conjunto com outras estratégias de atração de investimentos, viabilizar a realização do projeto de modernização da economia paranaense e da capital em curso nos anos 70. Subvertendo a proposta oficial, por força da dinâmica social e econômica da cidade, instalou-se nos limites do bairro CIC uma população que, a rigor, não estava prevista nos planos originais e cuja presença parece não ter motivado alterações suficientes para compatibilizar o suporte físico da zona industrial proposta com o novo quadro de necessidades e conveniências deste novo contingente, especialmente no tocante a mobilidade urbana (Lima, 2009, p. 14).

Segundo Lima (2009), tal contrariedade se deve, em parte, a fatores econômicos como a inflação e recessão gritantes na década de 1980, que fizeram com que se buscasse alternativas residenciais em áreas menos valorizadas da cidade. Nota-se a permissividade do poder público na ocupação desta região, o que não ocorre da mesma forma em outras regiões valorizadas da cidade, especialmente nos bairros adjacentes à região central. O autor ainda menciona que o bairro CIC acomodaria um décimo de todos os domicílios particulares permanentes de Curitiba.

Deste modo, reconhece-se a atuação de diversos *agentes sociais* na produção do espaço da CIC. Carlos, Souza e Sposito (2012, p. 43) definem agentes sociais como sujeitos “concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”. Como exemplos, citam os proprietários de meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado, bancos, companhias

de seguros, empreiteiras, firmas sociais e de serviços, indivíduos com investimentos e grupos sociais “excluídos”<sup>13</sup>.

Ainda sobre os agentes sociais, Damiani, Carlos e Seabra (1999) destacam que, para Lefebvre, o Estado se sobressairia como um importante agente de intervenção no espaço, uma vez que intervém na promoção de infraestrutura, equipamentos e serviços em determinadas áreas, em detrimento de outras, aguçando as desigualdades entre as regiões da cidade.

No caso específico da CIC, percebe-se a atuação do poder público, seja através das instâncias de decisão política e de planejamento, ou das políticas de habitação, do setor privado (construção civil e indústrias), e da população que acabou ocupando a região por falta de condições de moradia em outras regiões da cidade.

### 3.1.1 Ocupações irregulares e a segregação socioespacial

O processo de urbanização do CIC, com a permissividade das ocupações irregulares por parte do Estado em detrimento de outras regiões da cidade é uma das expressões da segregação socioespacial na cidade. Atualmente a presença de um grande número de ocupações na região do CIC é uma característica relevante deste território, em contraponto ao que previa o planejamento. O crescimento do número de ocupações, especialmente entre as décadas de 1970 e 1990 (PILOTTO, 2010), sem infraestrutura, faz com que esta área seja reconhecida como um lugar habitado por pessoas de menor poder econômico.

Albuquerque (2007) observa que a região sul da cidade concentra grande parte das ocupações<sup>14</sup> irregulares do município. De acordo com a Figura 3, nota-se que havia 85 registros de ocupações na regional<sup>15</sup> CIC em 2016 (IPPUC, 2016), o que correspondia a 23,7% do total de Curitiba (FARIA et al., 2017).

Lima (2009) verifica que esta grande concentração das ocupações se justifica pela ação do poder público. Ao passo que as áreas centrais, melhor providas de infraestrutura urbana e, portanto, mais valorizadas, são alvo de forte

---

<sup>13</sup> No capítulo 2.2 serão retomados os conceitos de exclusão (WANDERLEY, 2008) e inclusão precária (MARTINS, 1997).

<sup>14</sup> Justifica-se o uso da nomenclatura *ocupações* para designar favelas e loteamentos clandestinos por ser este o termo utilizado de forma recorrente pelos moradores das áreas pesquisadas.

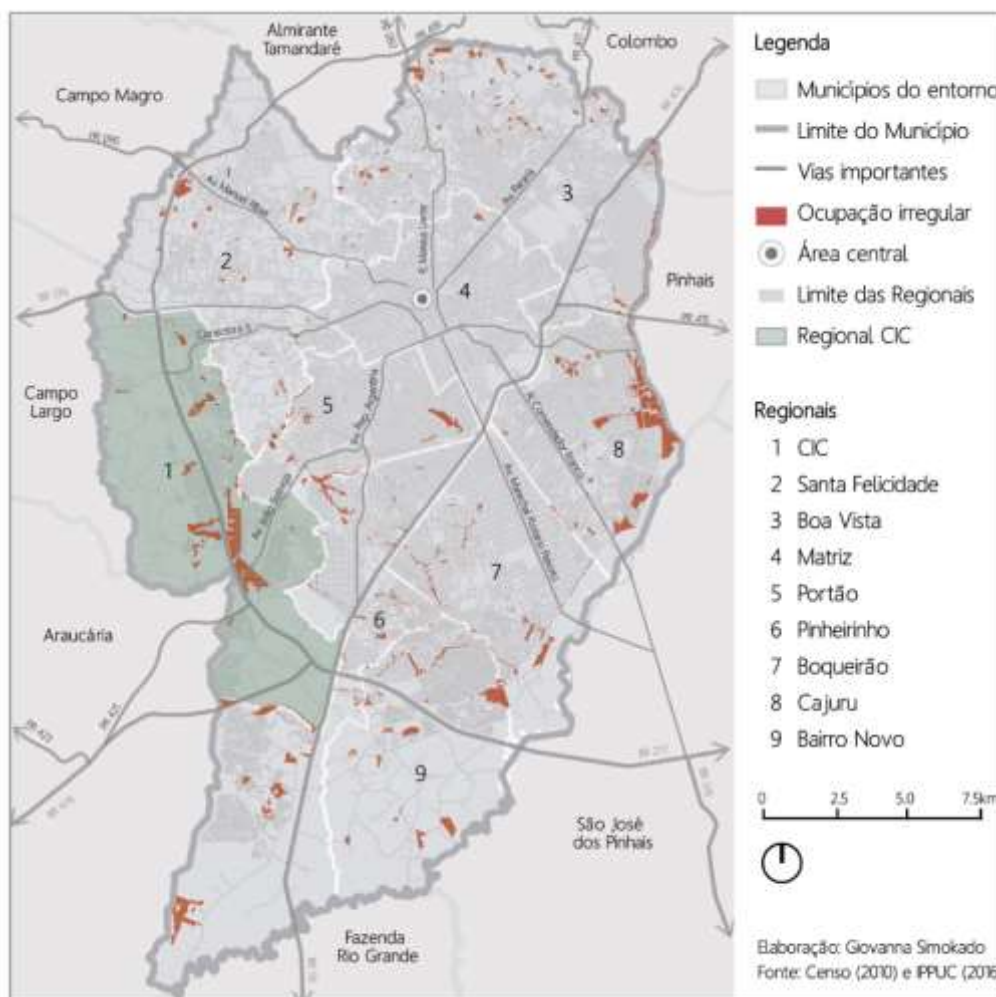
<sup>15</sup> A Prefeitura Municipal estabelece uma divisão administrativa do território de Curitiba em dez regionais, entre as quais se dividem os setenta e cinco bairros da cidade. A regional CIC, além do bairro de mesmo nome, comporta os bairros Augusta, São Miguel e Riviera. Cabe destacar que a décima regional, do Tatuquara, criada em novembro de 2015 como desmembramento da regional do Pinheirinho, no extremo sul da cidade, não aparece nos dados censitários, do IPPUC e COHAB. Portanto, considerou-se a divisão administrativa de Curitiba anterior à implantação desta regional. Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/o-que-sao-administracoes-regionais/80>.

fiscalização e repressão para coibir a ocupação irregular, o mesmo rigor não se verifica nos setores periféricos em Curitiba.

Também se percebe que a insuficiência das ofertas habitacionais públicas para grande parte da população – como pessoas migrantes do interior do estado, que usualmente não se enquadram nos critérios de atendimento dos programas municipais – contribuíram para o adensamento populacional na região do CIC (LIMA, 2009).

Deste modo, percebe-se que a atuação governamental corrobora com a segregação socioespacial na cidade. Villaça (1998, p. 142) define segregação como o “processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da cidade”. O autor a considera como “a mais importante manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade” (VILLAÇA, 2011, p. 37).

**Figura 3 - Ocupações em Curitiba**



Fonte: Elaboração Giovanna Simokado (2019), com dados Censo (2010) e IPPUC (2016).

Lefebvre (2001) distingue três aspectos da segregação, ora simultâneos, ora sucessivos, segundo o autor. São eles: a segregação *espontânea*, proveniente da aquisição dos espaços na cidade a partir das diferentes rendas;

a *voluntária*, que aponta para a escolha de espaços separados pelas pessoas com maior poder aquisitivo; e a *programada*, que se manifesta sob o pretexto do planejamento urbano. Ainda, observa que a segregação expulsa a população mais pobre (que ele identifica, como classe operária) das áreas urbanizadas, destruindo morfologicamente a cidade e impossibilitando a vida urbana em seu sentido político (LEFEBVRE, 2001).

No caso das ocupações, percebe-se que não se trata de uma opção, de uma segregação voluntária. Trata-se de ocupar os espaços residuais, nos quais há permissividade do poder público a partir do planejamento urbano e da legislação urbanística (VILLAÇA, 2011). Ribeiro (2005) observa que, compelidos a residirem em regiões desprovidas dos serviços e espaços necessários para as atividades do cotidiano, a pessoas mais pobres empenham tempo e recursos preciosos em longos deslocamentos, o que impacta seriamente na qualidade de vida.

Destaca-se que todo esse processo se fundamenta na a importância da propriedade privada<sup>16</sup> na produção do espaço na sociedade capitalista. Carlos, Souza e Sposito (2012) analisam este panorama como a prevalência do valor de troca sobre o valor de uso do espaço<sup>17</sup>.

Neste sentido, Silva (2012) aponta para a rigidez na implantação do zoneamento de Curitiba, como forma de proteção à propriedade privada e isolamento da população mais pobre, como fator decisivo para a expansão da mancha urbana e ocupação da periferia e das cidades do entorno (Região Metropolitana). Essa é a forma como o espaço se produz em Curitiba, reproduzindo as desigualdades.

Sobre este processo, Albuquerque (2007, p. 55) afirma que “se a matriz<sup>18</sup> ficou resguardada do crescimento das áreas de ocupação irregular, outros bairros da cidade, em contrapartida, se tornaram lugar privilegiado para seu desenvolvimento e consolidação”. Vale ressaltar que a matriz é onde se concentram “as camadas de mais alta renda da cidade” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 53). A autora ainda destaca a forte concentração do que chama de *domicílios irregulares* na região sul da cidade, na qual se encontra o CIC.

---

<sup>16</sup> Segundo Carlos (1990, p. 19), “a propriedade privada assegura o direito de quem pode pagar”. Sendo assim, o espaço se torna *raridade*, não pela falta de terrenos disponíveis ou pelo crescimento demográfico, mas em razão da conversão do espaço em produto, inacessível a quem não tem dinheiro para pagá-lo (DAMIANI, CARLOS e SEABRA, 1999).

<sup>17</sup> O valor de uso se refere ao acesso necessário ao espaço para realização da vida. Contudo, no modo de produção capitalista este valor de uso é destituído ao passo que os espaços são privatizados, fragmentados para venda e acumulação de capital, tomados como mercadoria (CARLOS, SOUZA e SPOSITO, 2012).

<sup>18</sup> A autora ao se referir a “matriz” está falando dos bairros centrais ou adjacentes ao centro que concentram a população de mais alta renda. Mas se considerarmos a Regional Matriz administrativamente é composta pelos bairros: Ahú, Alto da Glória, Alto da XV, Batel, Bigorriho Bom Retiro, Cabral, Centro, Centro Cívico, Cristo Rei, Hugo Lange, Jardim Botânico, Jardim Social, Juvevê, Mercês, Prado Velho, Rebouças e São Francisco, que também podem ser considerados como bairros com boa infraestrutura urbana e onde se concentram moradias de pessoas com renda mais alta.



Este cenário reproduz o que Villaça (1998) identifica como um padrão de segregação centro-periferia comum nas metrópoles brasileiras, em que o centro é dotado da maioria dos serviços e ocupado pelas classes de renda mais alta, enquanto a periferia é subequipada e longínqua.

Cabe ressaltar que a relação entre centro e periferia<sup>19</sup> não se limita ao dualismo, ou à círculos concêntricos. Em várias cidades (grandes, médias e metrópoles), existem áreas mais bem servidas de serviços e acessos por toda malha urbana, assim como verificam-se áreas desvalorizadas espalhadas pela cidade (VILLAÇA, 2011). Damiani, Carlos e Seabra (1999) também observam várias centralidades e diferentes periferias de densidades múltiplas na trama urbana. Para as autoras, não há limites objetivamente definidos, ainda mais se considerando o caráter provisório<sup>20</sup> das periferias e centralidades na história das cidades (DAMIANI, CARLOS e SEABRA, 1999).

Sendo assim, Carlos, Souza e Sposito (2012) classificam como centros, ou subcentros, as áreas da cidade de fácil acesso e circulação, onde se aglomeram atividades terciárias, como comércio e serviços. Os autores ainda observam na obra de Lefebvre que a centralidade é mais do que uma funcionalidade econômica, é também uma referência política e social da vida cotidiana, tornando-se, portanto, alvos da valorização espacial, na lógica do espaço como mercadoria (CARLOS, SOUZA e SPOSITO, 2012).

Pereira e Silva (2011, p. 128) afirmam que, na região sul de Curitiba, “predominam: menores preços imobiliários, crescimento populacional acelerado e maior proporção de domicílios inadequados, localizados em ocupações irregulares”. Mais do que isso, verificam que há uma tendência de expansão das ocupações nas regiões sul e sudoeste da cidade. Em relação à região do CIC, preocupam-se especialmente com a degradação ambiental, uma vez que a área se encontra próxima à bacia do Rio Barigüi.

Silva (2012) analisa a dinâmica das ocupações em Curitiba, as quais denomina *assentamentos informais*, verificando que é característica da cidade a concentração de tais moradias nos limites do território. A autora verifica que, em geral, estas áreas periféricas<sup>21</sup> são marcadas pela precariedade das habitações, geralmente autoconstruídas, bem como pela escassez (ou inexistência) de infraestrutura e serviços urbanos. Ainda, observa as condições sociais das famílias residentes nestes espaços, identificando como características

---

<sup>19</sup> Bolaffi (1979, p. 77) caracteriza como periferia os “setores da cidade precariamente atendidos por serviços públicos, nos quais os valores imobiliários são suficientemente reduzidos para serem suportados pelas populações de baixa renda”. Na mesma direção, Moura e Ultramari (1994, p. 37) caracterizam as regiões periféricas da cidade como “áreas de concentração de moradia de população de baixa renda, carentes dos serviços básicos essenciais e sofrendo os efeitos de longos deslocamentos para o trabalho, o consumo e o lazer”.

<sup>20</sup> As autoras observam que, nas cidades brasileiras, é recorrente o movimento de valorização (financeira, imobiliária) das áreas centrais devido a seus acessos e serviços. Contudo, notam que, sob as dinâmicas de mercado, também é comum a alternância entre fases de saturação, desvalorização e nova valorização destas áreas (CARLOS, SOUZA e SPOSITO, 2012).

<sup>21</sup> Referindo-se ao padrão centro-periferia característico das grandes cidades da América Latina (Silva, 2012).

predominantes: a baixa escolaridade, baixa renda e trabalho informal – o que reforça a noção da segregação socioespacial.

Os dados apresentados pelos autores demonstram como a porção da CIC historicamente foi autoproduzida pelos moradores. Ainda, é importante enfatizar o papel do Estado que, segundo Ferreira (2012), utilizando-se da estratégia da produção habitacional por meio de unidades novas, especialmente dos grandes conjuntos habitacionais, ao mesmo tempo que construía casas produzia cidades<sup>22</sup>.

### 3.1.2 Produção Habitacional em Curitiba e na regional CIC

Além da questão das ocupações de áreas ociosas, observa-se a ação direta do poder público para que a região da CIC passasse a contar com mais áreas residenciais do que se havia planejado.

Mesmo antes da criação da CIC, a região já era destino de famílias removidas de favelas nas áreas mais centrais da cidade. Fortunato (2014, p. 175) denomina este modelo de remoção das famílias em situação irregular de moradia nas áreas centrais para regiões mais afastadas como “*periferização da pobreza*”.

Milano e Bonadio (2013) observam que a concentração das moradias produzidas por meio de programas de habitação popular nas áreas periféricas da cidade, como pode-se constatar em Curitiba, segue um padrão de políticas federais. A ausência de soluções habitacionais em regiões centrais da cidade contribui para tornar o centro uma região inacessível para moradia das pessoas mais pobres e, portanto, acentuam a segregação socioespacial.

Polli (2006) observa que este modelo de expansão periférica, comum no Brasil e repetido em Curitiba deflagra, um cenário de desigualdades que atenta contra a qualidade de vida da população de menor renda. Segundo a autora:

“A expansão das periferias comprova as desigualdades, agregando, além da distância física, a distância social no que concerne à qualidade de vida. A história de 40 anos de planejamento urbano de Curitiba repete o modelo da elite brasileira, os ranços históricos do privilégio concentrado nas mãos de poucos, produzindo e reproduzindo a desigualdade de forma perversa (POLLI, 2006, p. 17).

Oliveira (2000) salienta o papel determinante das elites econômicas para a consolidação deste modelo de estruturação urbana voltado aos interesses da acumulação capitalista. Segundo o autor, a elaboração da legislação referente ao uso do solo urbano contou com a influência de entidades representativas do

---

<sup>22</sup> Ferreira (2012) ressalta que a produção habitacional em grandes conjuntos não só produziu moradias, mas também criou verdadeiras cidades, tamanhas as complexidades das relações que ali se estabeleciam, geralmente em regiões periféricas do Brasil.

empresariado, tais como a Associação Comercial do Paraná – ACP e o Sindicato da Indústria da Construção Civil – Sinduscon – PR (OLIVEIRA, 2000).

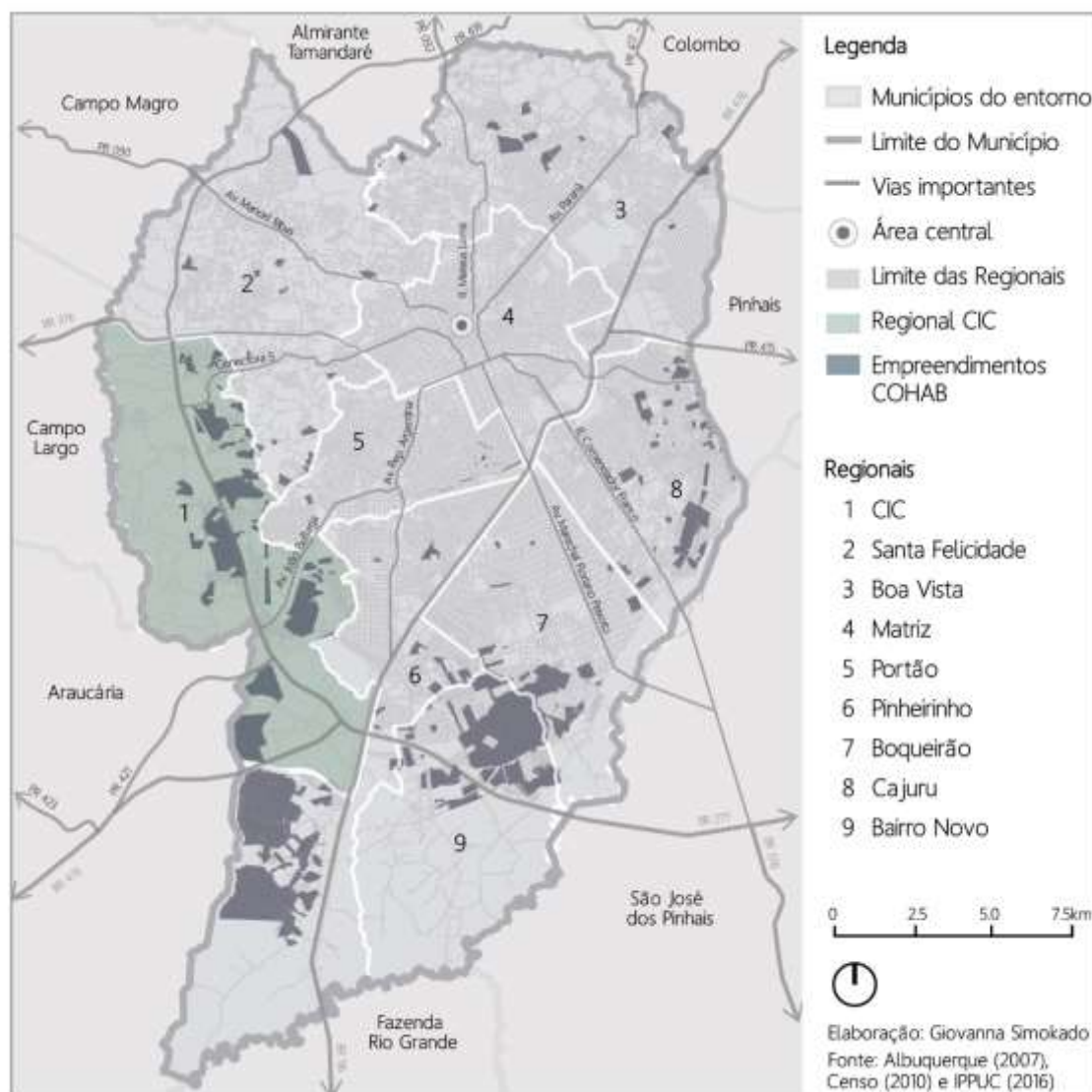
Um caso emblemático que evidencia a dinâmica de segregação em Curitiba foi o Conjunto Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, primeiro conjunto habitacional construído pela Cohab-CT, em 1967, com recursos do Banco Nacional da Habitação – BNH. Tratava-se de uma área então distante da malha urbana, que hoje corresponde à regional CIC, para a qual mais de duas mil famílias foram levadas (ALBUQUERQUE, 2007).

Lima (2009, p. 14) expõe a utilização da região industrial pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba – Cohab-CT, premida por movimentos populares por moradia, como “alternativa para localização de programas de habitação de interesse social”.

Albuquerque (2007) destaca a precariedade das chamadas *soluções habitacionais* por parte do poder público em Curitiba. Em que se pesem as diferentes fases de operação da Cohab-CT, nas quais diferentes estratégias foram adotadas, observa-se a prevalência do loteamento periférico, da lógica da casa própria e da autoconstrução como características marcantes de sua atuação.

Na Figura 4, pode-se observar a localização exata de cada um dos empreendimentos da Cohab-CT desde a década de 1970. Percebe-se que a maior parte das ações foram realizadas nas regionais CIC, Pinheirinho e Bairro Novo – todas na porção sul da cidade. Já nas regionais Matriz, Portão e na porção norte da cidade (Santa Felicidade e Boa Vista), nota-se uma quantidade muito pequena de intervenções. Além disso, é flagrante a concentração dos empreendimentos, especialmente nas regionais da porção sul. Grandes parcelas de terra foram dedicadas a ações do poder público nestes locais. Isso demonstra o quanto não se promove habitação de forma integrada à malha urbana, o que se constitui como uma grande crítica às políticas habitacionais no Brasil.

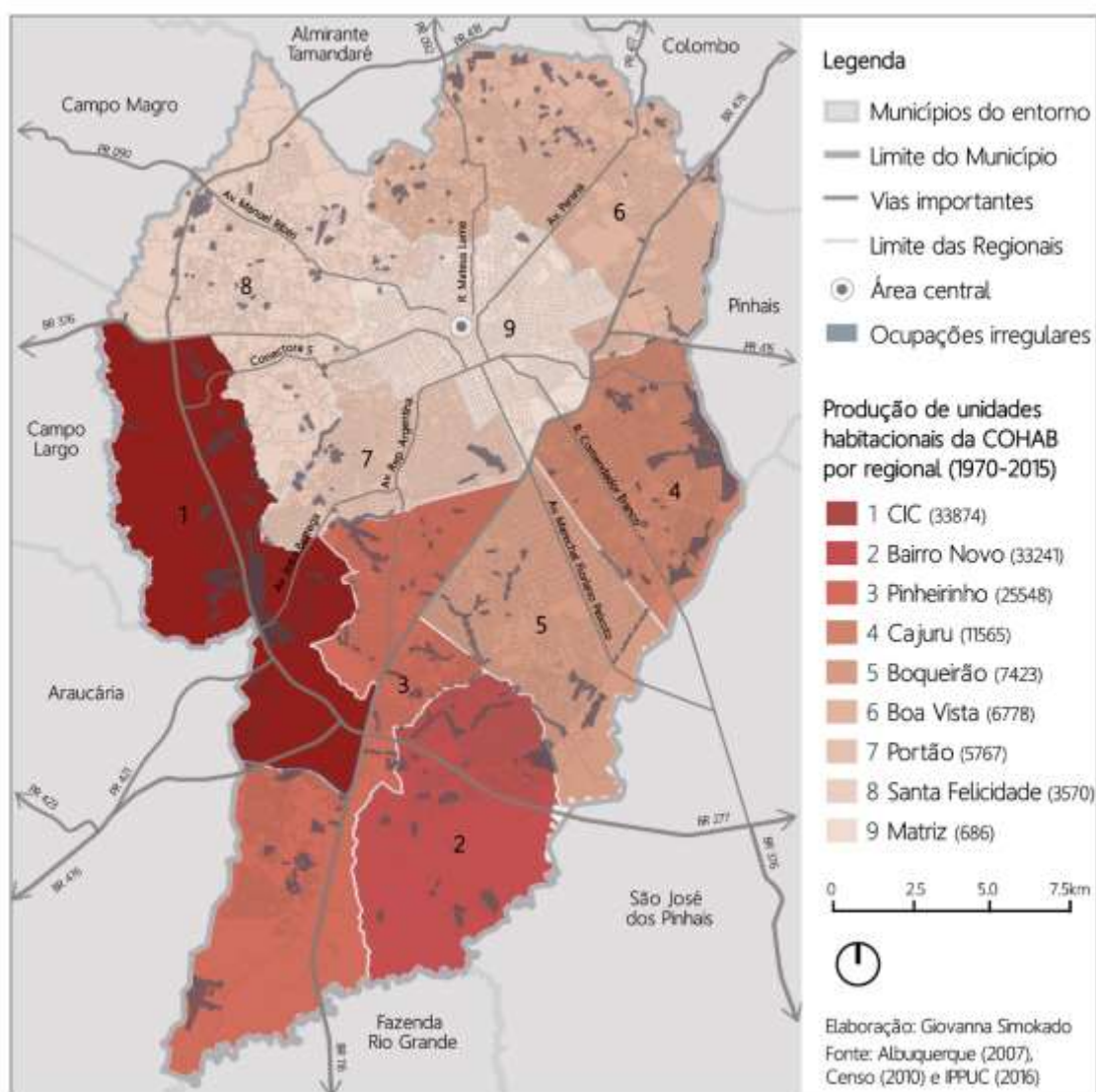
**Figura 4 - Produção habitacional – Cohab-CT**



Fonte: Elaboração Giovanna Simokado (2019), com dados de Albuquerque (2007), Censo (2010) e IPPUC (2016)

Na Figura 5, destaca-se a concentração da produção habitacional da Cohab-CT entre 1970 e 2015 por regional, deixando flagrante a disparidade entre as áreas da cidade. Enquanto as regionais CIC e Bairro Novo foram contempladas com mais de trinta mil unidades habitacionais cada, apenas 686 unidades foram produzidas na regional matriz e 3570 na regional Santa Felicidade no período.

**Figura 5 - Produção Habitacional Cohab-CT por Regional 1970-2015**



Fonte: Elaboração Giovanna Simokado (2019), com dados de Albuquerque (2007), Censo (2010) e IPPUC (2016)

Para analisar-se detalhadamente a produção habitacional, a Tabela 1 apresenta as ofertas de lotes, apartamentos e casas do poder público municipal desde a década de 1970<sup>23</sup>. Os dados demonstram que a regional da CIC foi a que mais recebeu intervenções da Cohab-CT para promoção de moradia. Entre casas, apartamentos e lotes, 33874 moradias foram promovidas na região desde a década de 1970, o que representa 26,22% da oferta em toda Curitiba.

Destaca-se que, entre as décadas de 1980 e 2000, a principal estratégia era a concessão e comercialização de lotes urbanizados, correspondendo a 68,33% do total de intervenções no período, o que aponta para a autoconstrução como alternativa da população para obter uma moradia. Estas ofertas de lotes

<sup>23</sup> A referida tabela é uma atualização do levantamento realizado por Albuquerque (2007) com dados da produção histórica da Cohab-CT disponíveis no sítio eletrônico da companhia: [www.cohabct.com.br/conteudo.aspx?secao=80](http://www.cohabct.com.br/conteudo.aspx?secao=80).

eram comuns em toda cidade, mas com proeminência na CIC (16,85% - total de tantos lotes).

Até a década de 1990, a maior parte das intervenções da Cohab-CT se deram na regional CIC. A partir da década de 2000, tal regional continuou apresentando grande parte dos números, mas regionais do Pinheirinho e Bairro Novo também ganharam destaque. A tendência se confirmou entre 2010 e 2015. Junto com a regional Boqueirão, forma-se a porção sul da cidade, que comportou 100.086 habitações, o que corresponde a 77,48% do total. Os dados referentes a estas quatro regionais estão sublinhados na tabela, com destaque para a regional CIC.

Para se ter uma noção comparativa, a regional Matriz, onde estão localizados os bairros mais centrais da cidade, foi alvo de apenas 686 ofertas habitacionais (0,53% do total) – sendo a grande maioria das intervenções (608 unidades) correspondente a lotes concedidos na década de 1980.

Segundo Bertol (2013), a quantidade de lotes parece maior do que as demais alternativas no período, pois o poder público considerava neste número as regularizações e urbanização de ocupações, tal como a mera assinatura de termos de concessão de uso. Deste modo, nota-se também uma maior flexibilidade à regularização de terrenos nas áreas periféricas e limítrofes da cidade do que na regional matriz e proximidades, reforçando a percepção quanto à participação do Estado na promoção e manutenção da segregação socioespacial (MOURA e ULTRAMARI, 1994; VAINER, 2000).

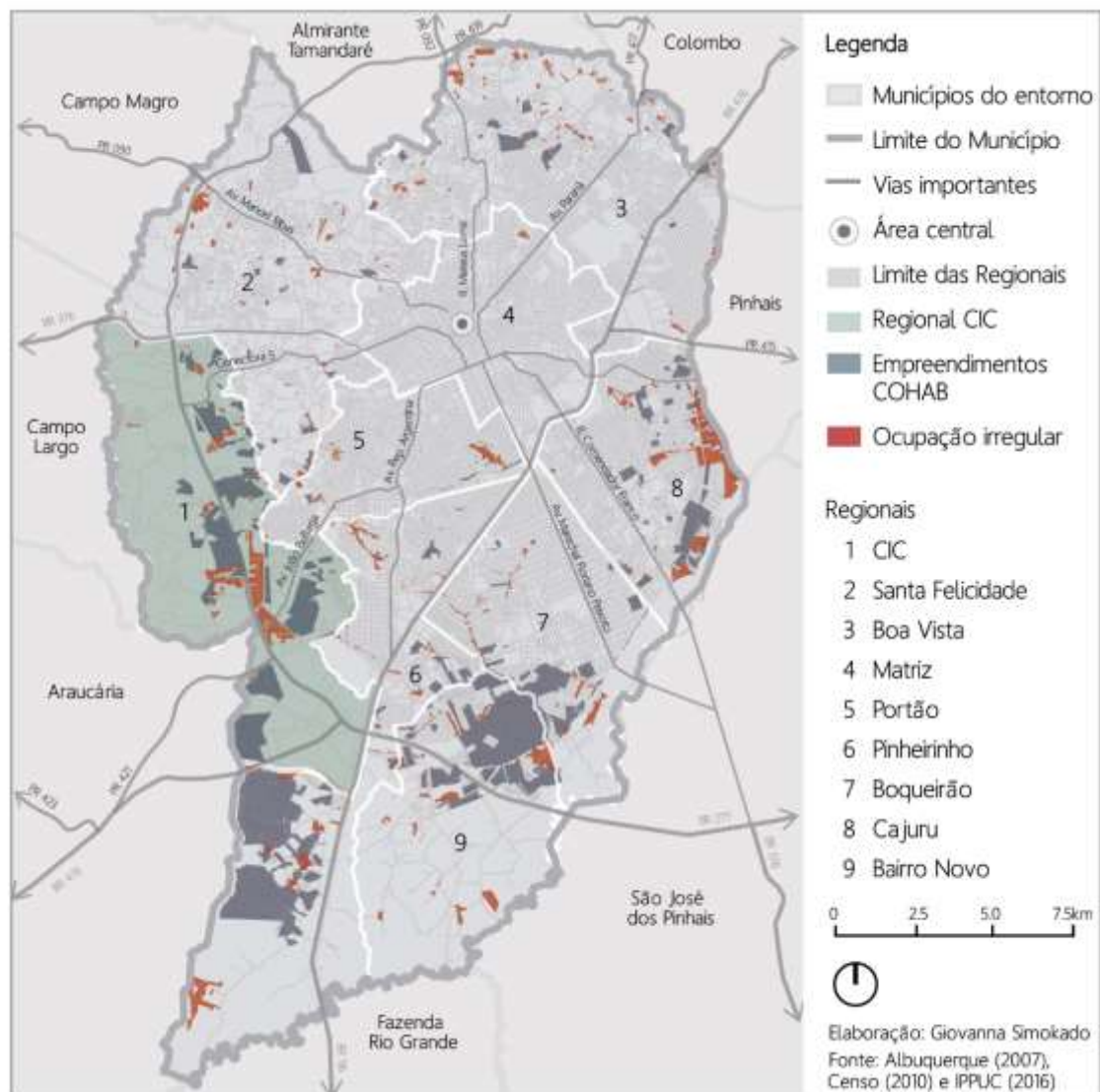
Apenas a partir de 2010 é que a estratégia dos lotes urbanizados foi suprimida, ganhando destaque a produção de apartamentos – medida criticada na análise de Santos (2017), por impor novas obrigações financeiras, de convivência e difíceis adaptações ao modo de vida das famílias.

Como resultados deste cenário, apontam-se graves problemas sociais enfrentados pelos habitantes da Cidade Industrial. Além dos riscos ambientais, como alagamentos, decorrentes da ocupação inadequada do solo, concentram-se no bairro grande parte das ocorrências de acidentes e violência urbana registradas em Curitiba (LIMA, 2009).

Por fim, verifica-se que há convergência entre as áreas de ocupações irregulares e de produção habitacional por parte do poder público em Curitiba – como pode-se notar na Figura 6. Em comum, ambas estão localizadas, em maior parte, nos limites da cidade, afastadas da área central, reforçando a ideia da segregação socioespacial.



**Figura 6 - Produção habitacional Cohab-CT e Ocupações**



Fonte: Elaboração Giovanna Simokado (2019), com dados de Albuquerque (2007), Censo (2010) e IPPUC (2016)

Desta forma, percebe-se que este modo de produção do espaço urbano implica em uma distinção entre as áreas da cidade, consolidando em especial a região sul como uma área de menor valorização imobiliária e, portanto, passível de ocupações e intervenções do poder público.

**Tabela 1 - Atualização: Produção habitacional do Município por regional e por período**

Regional	Década de 70				Década de 80				Década de 90				Década de 00				2010-2015				TOTAL
	Apto	Casa	Lote	Subtotal	Apto	Casa	Lote	Subtotal	Apto	Casa	Lote	Subtotal	Apto	Casa	Lote	Subtotal	Apto	Casa	Lote	Subtotal	
Bairro Novo	0	1003	0	1003	512	1113	1297	2922	278	159	16895	17332	2623	1279	4315	8217	3300	467	0	3767	33241
Boa Vista	520	597	0	1117	1476	328	210	2014	98	6	353	457	405	3	186	594	2282	314	0	2596	6778
Boqueirão	0	1982	0	1982	1472	1083	217	2772	496	56	1255	1807	11	17	504	532	96	234	0	330	7423
Cajuru	0	813	0	813	1958	639	1376	3973	8	355	3644	4007	192	265	1415	1872	0	900	0	900	11565
CIC	560	1660	1	2221	5232	1052	3600	9884	2200	1477	9924	13601	946	388	4485	5819	1316	1033	0	2349	33874
Matriz	0	0	0	0	0	0	608	608	0	56	0	56	0	0	4	4	0	18	0	18	686
Pinherinho	0	250	0	250	0	360	1015	1375	382	574	7828	8784	1092	188	10495	11775	1850	1514	0	3364	25548
Portão	352	312	0	664	1936	26	142	2104	352	0	471	823	0	189	1510	1699	0	477	0	477	5767
Santa Felicidade	0	0	57	446	540	247	131	918	208	497	704	1409	600	17	162	779	0	18	0	18	3570
Vários (unidades isoladas)	0	0	0	0	0	434	0	434	0	12	266	278	0	0	0	0	12	0	0	12	724
<b>Curitiba</b>	1432	7006	58	<b>8496</b>	13126	5282	8596	<b>27004</b>	4022	3192	41340	<b>48554</b>	5869	2346	23076	<b>31291</b>	8856	4975	0	<b>13831</b>	<b>129176</b>
%	16,85	82,46	0,68	100,00	48,61	19,56	31,83	100,00	8,28	6,57	85,14	100,00	18,76	7,50	73,74	100,00	64,03	35,97	0,00	100,00	

Fonte: Elaboração do autor, com dados de Albuquerque (200) e COHAB-CT (2018)

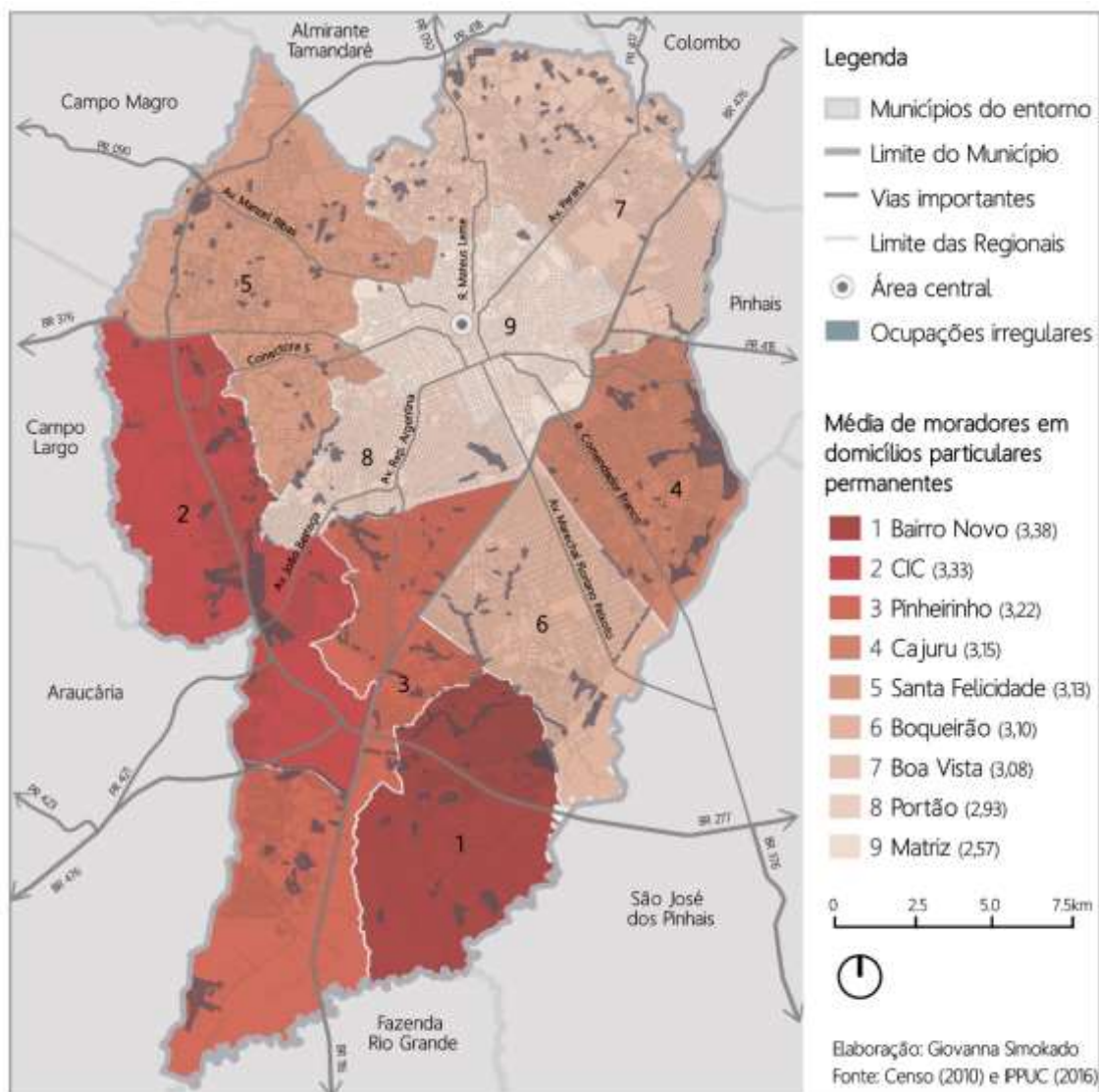


### 3.1.3 Dados demográficos e socioeconômicos

Outra forma de se demonstrar a dinâmica da segregação socioespacial em Curitiba se dá por meio de dados demográficos e socioeconômicos das regiões da cidade. Neste sentido, destacam-se os fatores: número médio de moradores por domicílio, crescimento populacional, renda e preço do solo urbano.

Em relação ao número médio de moradores por domicílios particulares permanentes, verifica-se novamente a disparidade entre a porção sul e as demais áreas de Curitiba, como pode-se perceber na Figura 7. Nas regionais que compõem a área sul da cidade (CIC, Bairro, Novo, Pinheirinho e Boqueirão), há maior concentração de habitantes por domicílio do que nas regionais ao norte e no centro da cidade. Ressalta-se que situação não é tão aguda na regional Boqueirão, cujos dados se aproximam de regionais como Cajuru e Santa Felicidade, em outras porções da cidade.

**Figura 7** – Número médio de moradores por domicílio



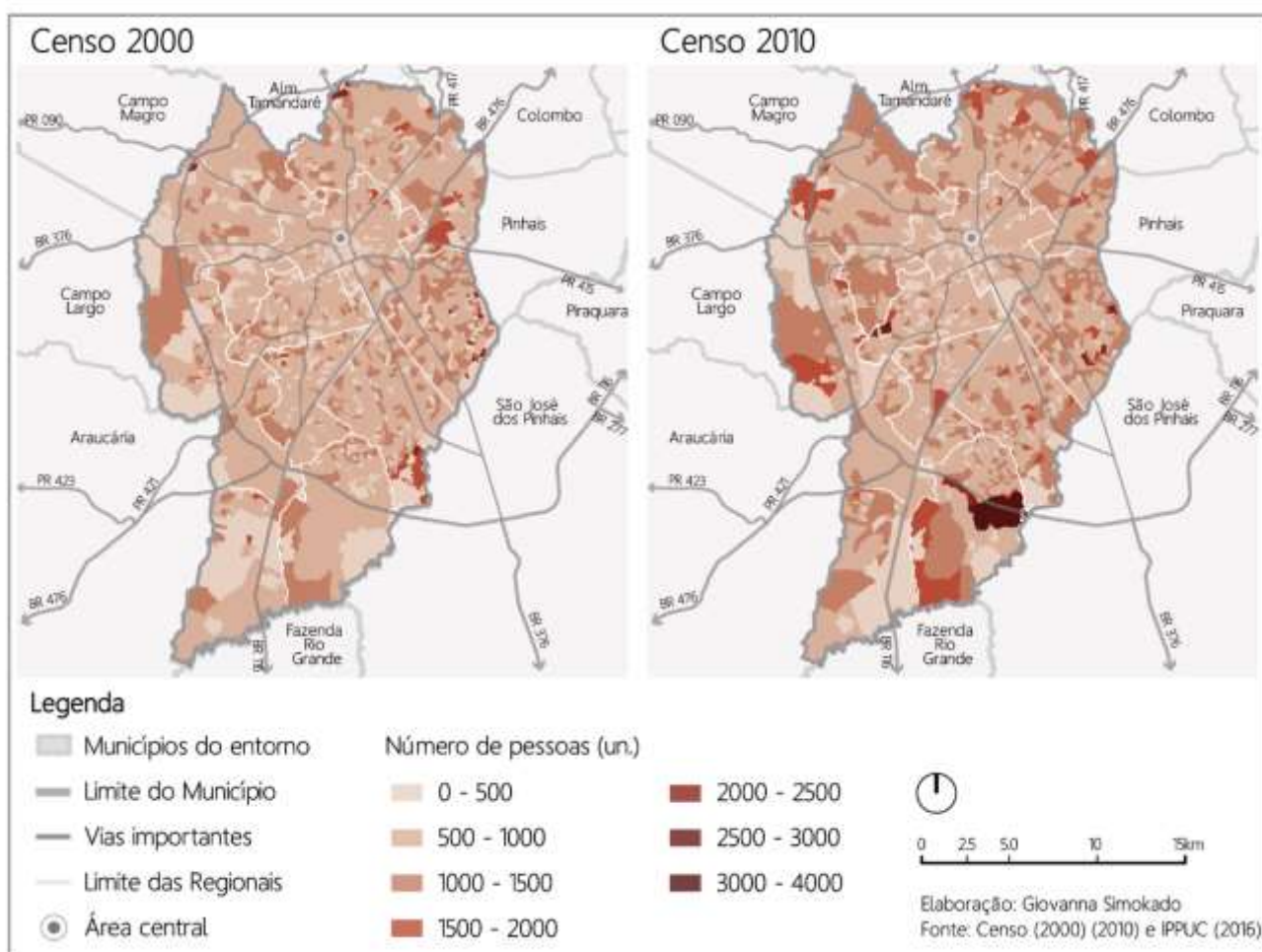
Fonte: Elaboração Giovanna Simokado (2019), com dados Censo (2010) e IPPUC (2016).

A regional do Bairro Novo é a que apresenta a maior média de habitantes por domicílio, 3,38, seguida da CIC, com 3,3. Em comparação, a regional matriz possui uma média de 2,57 habitantes. Assume-se este fator como indicativo da segregação, pois aponta para a condição financeira das famílias que residem nestes domicílios. A maior concentração de pessoas indica a coabitação de famílias no mesmo espaço, ou a falta de recursos para que diferentes núcleos familiares adquiram ou construam suas residências.

Esta realidade aproxima-se do que foi observado nas ocupações que foram analisadas nesta pesquisa: famílias que não conseguem manter residência em áreas mais valorizadas da cidade e acabam coabitando o domicílio de parentes nas ocupações; filhos que não conseguem deixar a casa dos pais também por insuficiência de renda; o problema do espaço físico disponível dentro das casas, geralmente pequenas, que atenta conta a qualidade habitacional.

Um fator que ajuda a compreender a maior média de habitantes por domicílio é o crescimento populacional nas regiões da porção sul de Curitiba, considerando-se a comparação dos dados censitários de 2000 e 2010 (IBGE), como se pode notar na Figura 8.

**Figura 8 - Crescimento populacional 2000-2010**

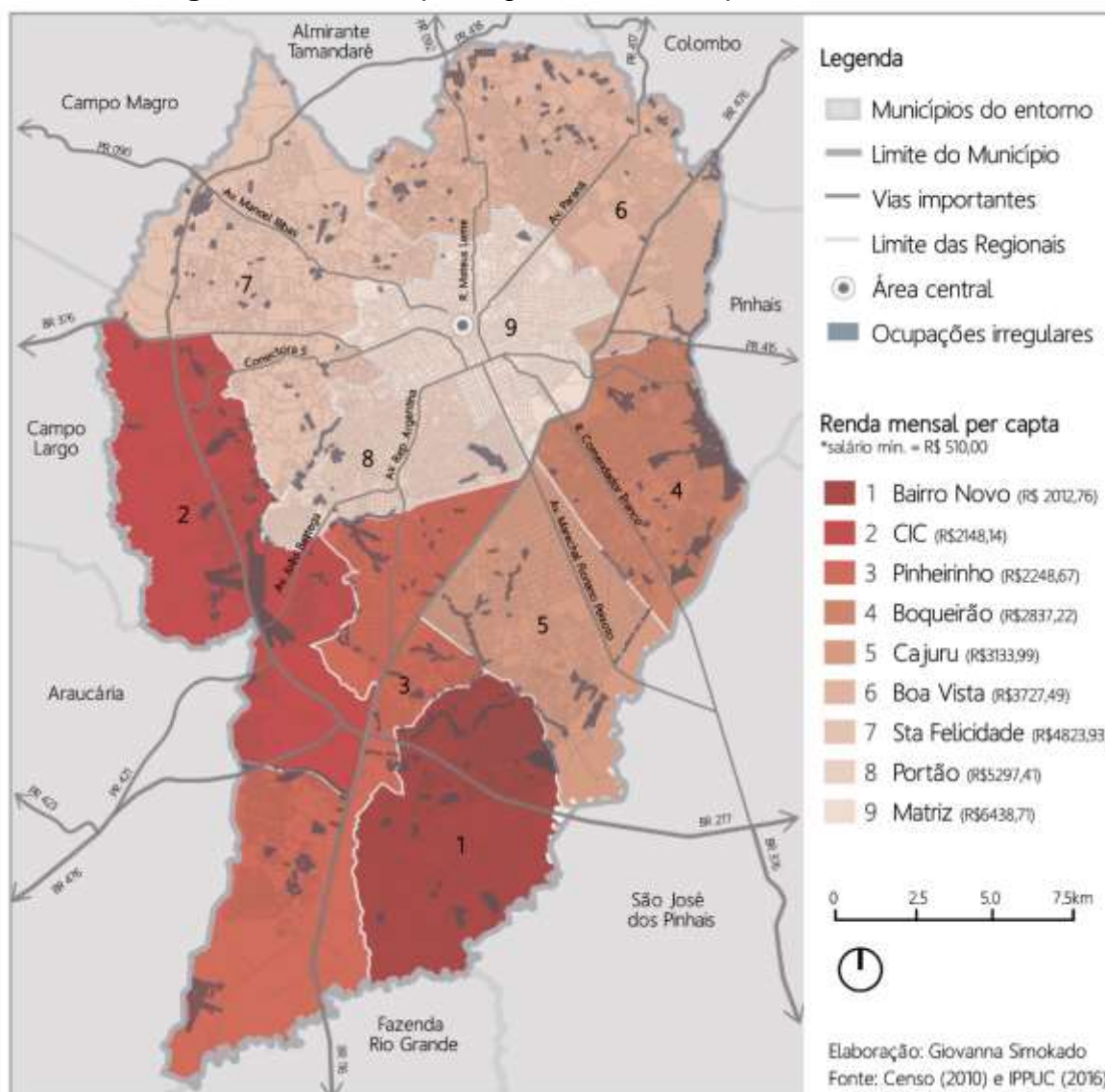


Fonte: Elaboração Giovanna Simokado (2019), com dados Censo (2000 e 2010) e IPPUC (2016).

Verificando-se a densidade populacional por setor censitário, observa-se que houve grande concentração de pessoas na porção sul, especialmente na regional do Bairro Novo, mas também com destaque para o CIC. Estas regionais, junto ao Pinheirinho, foram as que mais receberam empreendimentos da Cohab-CT no período de 2000 a 2010. A comparação entre os mapas (2000 e 2010) demonstra o aumento populacional nos limites da cidade, reforçando o modelo da expansão periférica.

Ao considerar-se a renda familiar mensal entre os moradores das diferentes regionais da cidade, também se percebem discrepâncias. Novamente as regionais Bairro Novo e CIC destacam-se com os piores indicadores, com renda três vezes menor do que habitantes da regional matriz, como indica a Figura 9.

**Figura 09 - Renda por regional no município de Curitiba**

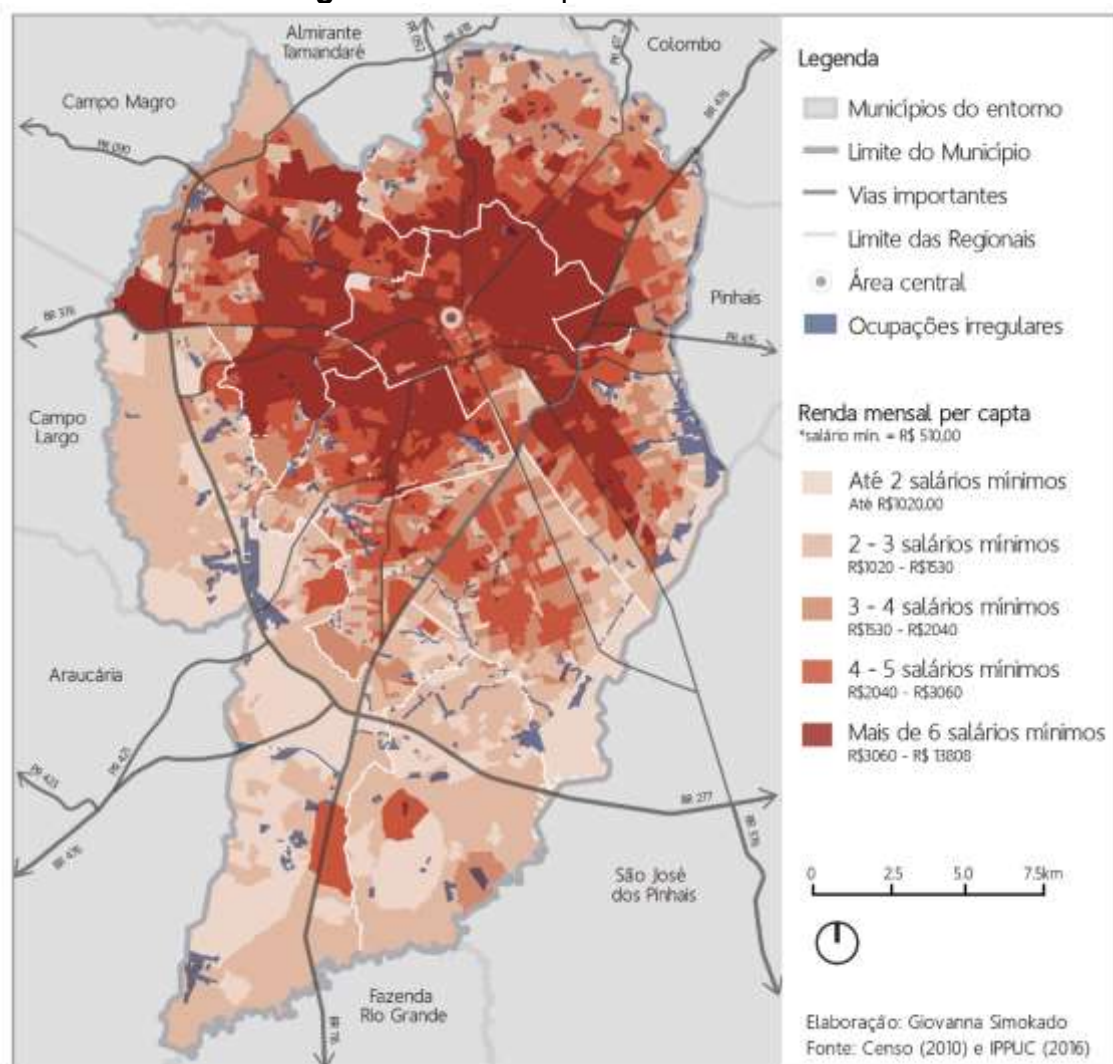


Fonte: Elaboração Giovanna Simokado (2019), com dados Censo (2010) e IPPUC (2016).



Aprofundando a análise para além da média de rendimentos familiares mensais por regional, os dados de renda por setor censitário demonstram que existem disparidades mesmo dentro de cada regional. Mesmo na porção sul da cidade existem setores com renda equivalente a setores do centro e da porção norte – embora prevaleçam os setores com menor renda na região sul, como mostra a Figura 10.

**Figura 10 - Renda por setor censitário**



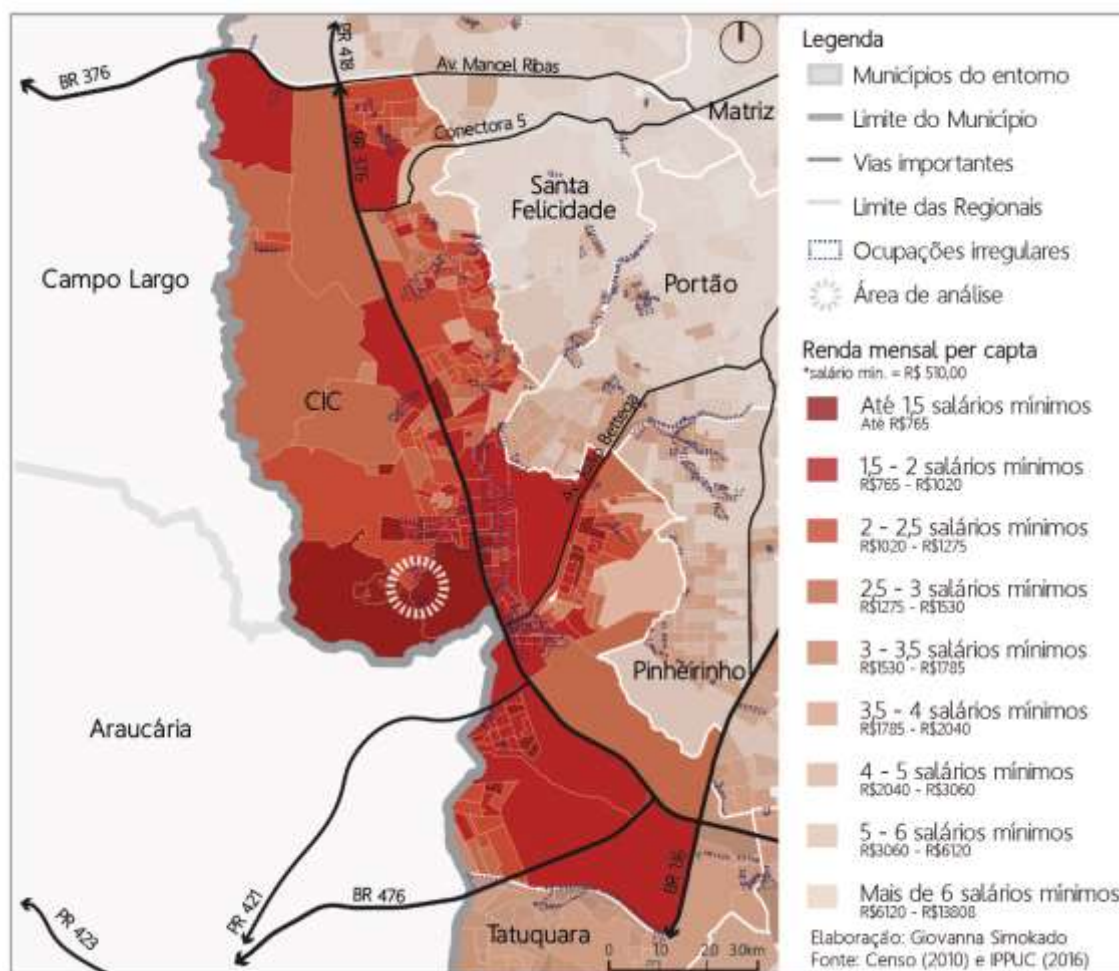
Fonte: Elaboração Giovanna Simokado (2019), com dados Censo (2010) e IPPUC (2016).

Ainda, observando-se especificamente a regional CIC, nota-se que o setor onde estão localizadas as ocupações da Região do Sabará analisadas nessa pesquisa são aqueles de menor renda, variando entre menos de R\$ 765 mensais até R\$ 1020,00 por família. Os valores chegam a ser três vezes menores do que a média da regional, demonstrando que estas regiões, que serão caracterizadas a seguir, apresentam problemas socioeconômicos importantes a serem analisados. Os dados podem ser constatados na figura 11.

O cenário converge com a análise de Villaça (2011), que considera evidente nas metrópoles brasileiras o enorme desnível entre os espaços urbanos

dos mais ricos e dos mais pobres, que sofrem com a desigualdade e a injustiça associadas à pobreza.

**Figura 11 - Renda por setor censitário na regional CIC**



Fonte: Elaboração Giovanna Simokado (2019), com dados do Censo (2010) e IPPUC (2016).

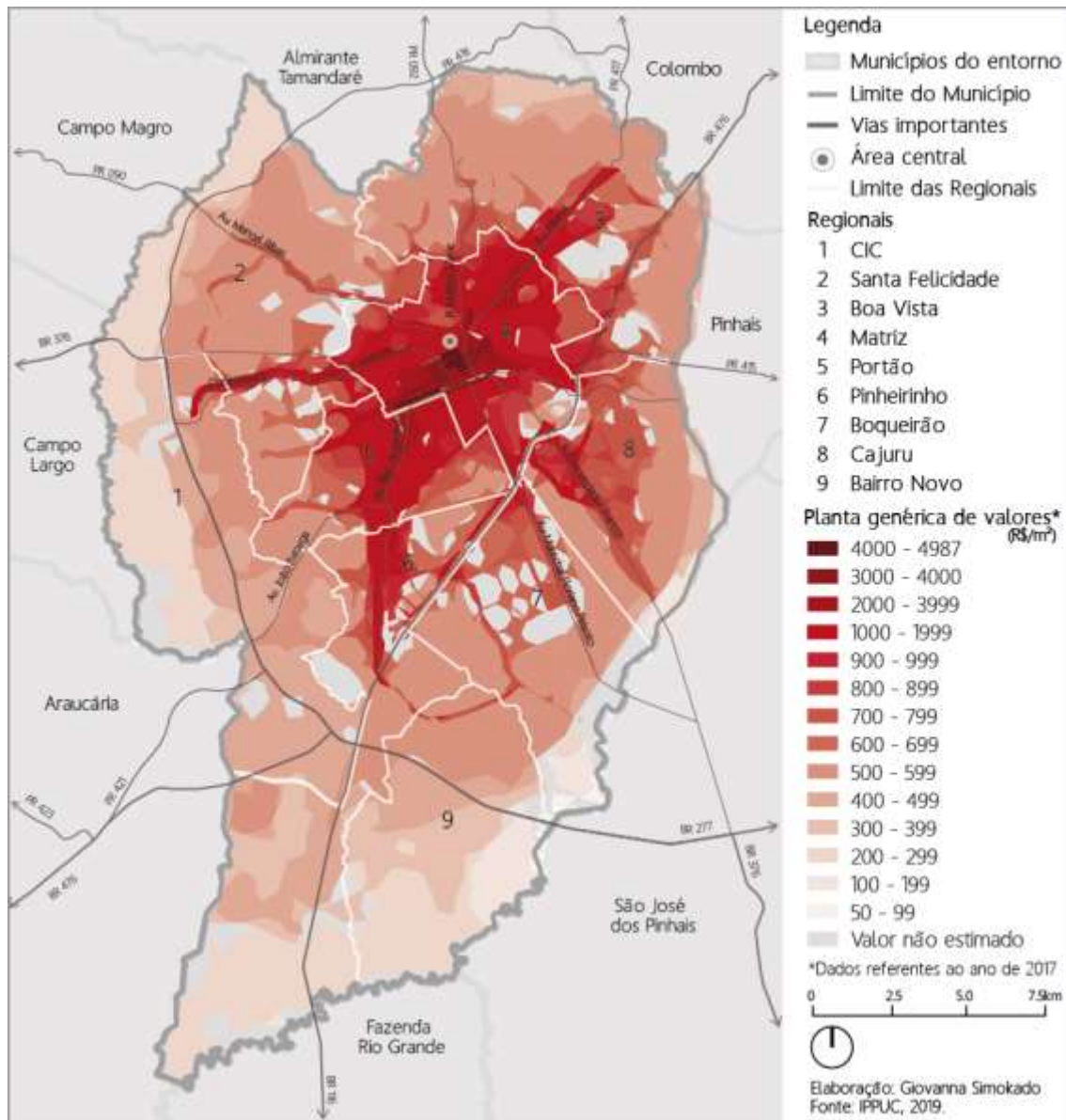
Deste modo, verifica-se que, se em sua criação, na década de 1970, o bairro CIC fora concebido pela administração municipal para ser um polo industrial, o histórico de ocupação da região destoava do intuito inicial. Registra-se na área uma grande quantidade de ocupações irregulares e de construções habitacionais por parte da Cohab-CT.

A permissividade do poder público em relação às ocupações nas áreas limites da cidade, em contraposição ao rigor da fiscalização na região central, demonstram o caráter de expansão periférica comum em grandes cidades latino-americanas. Além disso, a promoção pública de moradia para famílias de baixa renda em terrenos menos valorizados da cidade demonstra o caráter segregacionista da política habitacional.

Nota-se, portanto, que fatores como o número de moradores por domicílio e a renda familiar explicitam a desigualdade entre a região sul e as demais áreas de Curitiba.

Por fim, outro fator que merece destaque é o valor de mercado dos terrenos e imóveis por região da cidade. Conforme a Planta Genérica de Valores (IPPUC, 2017), nota-se na Figura 12 que o preço em reais do metro quadrado na região do CIC está entre os mais baixos da cidade.

**Figura 12 – Planta Genérica de Valores 2017**



Fonte: Elaboração Giovanna Simokado (2019), com dados IPPUC (2019).

Percebe-se que o preço do metro quadrado na região das ocupações não ultrapassa duzentos reais, enquanto na regional Matriz o valor chega a ser vinte e cinco vezes maior. Fica evidente o quanto os terrenos e imóveis na área central são mais valorizados do que nos limites da cidade. Este cenário converge com os relatos dos entrevistados, que em vários momentos afirmaram que não tiveram condições de se manter residindo em regiões mais centrais pela perda de poder econômico, sendo forçados a procurar áreas desvalorizadas pelo mercado para residência.

## 3.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO, DIREITO À CIDADE E EXCLUSÃO

Nos itens anteriores, viu-se que o processo de produção do espaço em Curitiba, em especial na CIC, é permeado por dinâmicas de segregação socioespacial, que fazem com que a região seja ocupada por pessoas que não tiveram acesso à moradia em regiões mais caras da cidade.

Esse debate suscita um aprofundamento quanto a alguns conceitos que serão abordados a seguir: (i) produção do espaço segundo a obra de Lefebvre; (ii) o direito à moradia e à cidade; e (iii) inclusão precária e exclusão diante do cenário de desigualdades na produção do espaço.

### 3.2.1 A produção do espaço

A forma com que o espaço é produzido no sistema capitalista apresenta uma série de contradições, como se pode observar no exemplo da Cidade Industrial de Curitiba. Contudo, tais contradições não são facilmente constatadas pelas pessoas que compõem estes espaços.

Segundo Gottdiener (1993), Lefebvre se apoia em uma das categorias fundamentais da obra de Marx, a *produção*, para desenvolver uma concepção dialética do espaço, que supere interpretações fragmentadas.

Lefebvre (apud MATIAS, 2016) concebe a produção do espaço sob três dimensões: as relações entre espaço vivido, concebido e percebido, que se entrelaçam dialeticamente. Trata-se de uma tríade que envolve simultaneamente indivíduos e sociedade, num processo dialético tridimensional de autoconstrução (LUNA, 2017). Desta forma, o espaço, para Lefebvre, contém em si os elementos para reelaborar o mundo (GOTTDIENER, 1993).

Destaca-se que é justamente este caráter dialético que permite a compreensão de que as três dimensões não são estanques: elementos do pensamento, da prática e da percepção se perpassam nas experiências do cotidiano.

Schmid (2012) ressalva que estes conceitos foram revisitados em diferentes momentos da produção de Lefebvre, só podendo ser plenamente compreendidos quando analisada sua obra como um todo.

Sendo assim, tem-se como espaço percebido seu aspecto perceptível, apreendido por meio dos sentidos: visão, audição, olfato, tato e até mesmo paladar. Ou seja, é a dimensão que se relaciona diretamente com a materialidade dos elementos constituintes do espaço (SCHMID, 2012). Luna



(2017) chama a atenção para a importância da localização nesta dimensão, que também é denominada como *prática do espaço*.

Outra dimensão é a do espaço concebido, que é concebida em pensamento. Sendo assim, ela se constitui a partir da junção de elementos para que formar um todo, em um exercício de *representação do espaço* que se serve de signos e códigos socialmente construídos (DIAS, 2015).

Segundo Lefebvre (apud LUNA, 2017, p. 22), o espaço concebido “é escravo do poder e do conhecimento”. Para Serpa (2014), a prevalência desta dimensão sobre as demais leva o sujeito à alienação. Ou seja, quando o indivíduo compreende o espaço exclusivamente por esta dimensão, não é capaz de perceber os fenômenos que se apresentam aos sentidos, ficando submisso a ideologias impostas por uma ordem hegemônica dominante<sup>24</sup> (DIAS, 2015; MATIAS, 2016).

O espaço concebido é o espaço dos planejadores, do urbanismo, da técnica que cria áreas de homogeneidade entre as áreas da cidade (DIAS, 2015). É nesse bojo que pessoas de classes empobrecidas por vezes não conseguem perceber os processos de segregação e exclusão que se impõem sobre elas, naturalizando as desigualdades e a marginalização – aspectos que serão identificados no conteúdo das entrevistas que compõem esta pesquisa. Lefebvre (apud GOTTDIENER, 1993) destaca a participação do Estado no controle, segregação e homogeneização dos espaços, a fim de assegurar seu controle sobre os lugares:

(...) O espaço tornou-se, para o Estado, um instrumento político de importância capital. O Estado usa o espaço de uma forma que assegura seu controle dos lugares, sua hierarquia estrita, a homogeneidade do todo e a segregação das partes. É assim, um espaço controlado administrativamente e mesmo policiado (LEFEBVRE apud GOTTDIENER, 1993, p. 130).

Neste sentido, Lefebvre (apud GOTTDIENER, 1993) aponta para a necessidade de se romper com o que chama de véus das aparências, das representações e das ideologias. Numa visão geral, pode-se dizer que o autor destaca o papel e a força da alienação, do fetiche que mascaram a possibilidade de enxergar uma realidade social múltipla, plural. As representações também são a forma de encobrir as relações sociais (de classe) e assumem destaque na obra de Lefebvre como meios de mascarar uma determinada realidade:

O espaço implica, contém e dissimula relações sociais. (...) o caráter social do espaço (as relações sociais que ele implica, que ele contém e dissimula) começa a conquistá-lo visivelmente. A visibilidade não conduz, todavia à legibilidade das relações sociais inerentes. A análise dessas relações, ao contrário, torna-se difícil, a tal ponto que chega a se aproximar do paradoxo (GOTTDIENER, 1993, p. 21).

---

<sup>24</sup> Neste sentido, percebe-se que a compreensão exposta sobre a obra de Lefebvre diverge dos trabalhos de Moscovici (2016), para quem as Representações Sociais nem sempre se estabelecem sob influências ideológicas.



A superação deste cenário se evidencia na terceira das dimensões da produção do espaço na obra de Lefebvre: o espaço vivido. “Essa dimensão significa o mundo assim como ele é experimentado pelos seres humanos na prática de sua vida cotidiana” (SCHMID, 2012, p. 104). É quando se constituem *espaços de representação*, podendo ser experimentados, modificados e apropriados pelos sujeitos. Trata-se, portanto, do espaço ligado à ação do homem, os encontros, conflitos, transformações (MATIAS, 2016).

Ainda segundo Schmid (2012), a dimensão do espaço vivido, experimentado pelos sujeitos no cotidiano, une a materialidade concreta aos conceitos pensados e sentidos. Nas palavras da autora:

Essa dimensão significa o mundo assim como ele é experimentado pelos seres humanos na prática de sua vida cotidiana. Neste ponto, Lefebvre é inequívoco: o vivido, a experiência prática, não se deixa exaurir pela análise teórica. Sempre permanece um excedente, um remanescente, o indizível, o que não é passível de análise apesar de ser o mais valioso resíduo, que só pode ser expresso por meio de meios artísticos. Quando aplicada à produção do espaço, esta abordagem fenomenológica conduz às seguintes conclusões: um espaço social inclui não somente a materialidade concreta, mas um conceito pensado e sentido – uma “experiência” (SCHMID, 2012, p. 104).

O espaço vivido, portanto, trata-se de um produto da experiência obtida através da percepção (espaço percebido), e que favorece a superação das tentativas de normatividade do espaço concebido (MATIAS, 2016).

Deste modo, por mais que o Estado e as elites econômicas possam atuar para fragmentar o espaço em abstrações, não se pode negar as singularidades e a multiplicidade de atores sociais que produzem os espaços por meio das interações em sua vivência diária. Sendo assim, o espaço também se apresenta como campo de lutas e possibilidade de transformação.

### **3.2.2 Direito à moradia e à cidade**

Outro aspecto fundamental da obra de Lefebvre para a compreensão das relações dos sujeitos desta pesquisa com o espaço é o conceito de direito à cidade: o direito à apropriação do tempo e do espaço para a reprodução da vida, dos encontros (LEFEBVRE, 2001). Para se aprofundar este conceito, parte-se do direito à moradia, compreendendo a inscrição da casa na cidade – ressaltando que se trata da compreensão de casa e cidade em uma sociedade ocidental, localizada historicamente sob o modo de produção capitalista.

A ideia não é, nem de longe, esgotar esses conceitos da obra de Lefebvre, mas apenas subsidiar o olhar para as trajetórias habitacionais dos moradores das ocupações relatadas nas entrevistas, apresentadas no capítulo 3.

Sendo assim, parte-se da ideia da habitação como uma condição fundamental para a constituição do ser humano, que se sustenta e se fundamenta em um tempo e espaço. Sua existência só é possível referenciada a um lugar (GONÇALVES, 2009).

O acesso a um lar para satisfação das necessidades básicas – tais como descanso, alimentação, higiene pessoal, confraternização, entre outras – configura-se como fator de dignidade essencial à saúde física e mental dos seres humanos (SANTOS, MEDEIROS E LUFT, 2016). Desta forma, tem-se a casa como local de abrigo, segurança, intimidade, proteção e conforto.

Villaça (1986) observa a importância do abrigo contra as intempéries da natureza e as potenciais agressões de outros seres humanos, compreendendo a habitação como espaço de privacidade para o desenvolvimento da vida individual, familiar e social. Gonçalves (2009, p. 86) aponta para a casa como “refúgio no qual permitimos a nós expressar-nos integralmente”.

Também Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 205) ressaltam o espaço de residência como território privado, de convivialidade eletiva. Lugar próprio e que não pode ser de outrem, “que dá forma humana à sucessão dos dias e à presença do outro”, afirmam. Desse modo, configura-se como um lugar significativo para o acúmulo de memórias desde a infância, que incidem na maneira de agir e pensar de seus habitantes.

Deste modo, percebe-se que a moradia suscita simbolismos ligados a afetos e valores que se relacionam diretamente à própria constituição do indivíduo. A casa remete às origens, à família, ao lugar conhecido do sujeito (D’ALESSIO FERRARA, 1993; GONÇALVES, 2009; ALMEIDA, 2015).

É preciso destacar que, por mais que a casa se constitua como espaço de proteção, guarda e intimidade, não se pode cair em uma oposição reducionista entre *interior* e *exterior* na experiência da habitação. Campos et al. (1996, p. 140) analisam como estas duas dimensões se constituem mutuamente e afirma: “a casa começa antes da casa” – considera-se, portanto, sua inscrição em um território<sup>25</sup>.

No mesmo sentido, Kowarick (2009), aponta para a inserção da casa na *cidade* – o que leva à reflexão sobre este conceito de múltiplos enfoques e interpretações. Dado este caráter multifacetário, Lefebvre (2001, p. 62) admite que qualquer definição de cidade é incompleta e relativa, mas oferece alguns sentidos para sua compreensão: trata-se do centro da vida social e política, da “projeção da sociedade sobre um local”. Ainda, refere-se à cidade como um espaço plural, onde coexistem diferentes maneiras de viver a vida urbana

---

<sup>25</sup> Milton Santos (2008) conceitua território como o espaço usado para o exercício da vida, para as trocas, a somatória de *chão* e *identidade*. Nas palavras do autor, trata-se do “lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência” (SANTOS, 2008, p. 13).

(mesmo que esta coexistência possa ser, muitas vezes, conflituosa), em que cada edificação, monumento ou mesmo vazio urbano expressam significações sobre o modo de vida das pessoas que ali habitam.

Do ponto de vista da semiótica, o filósofo colombiano Armando Silva (2001) se refere à cidade como espaço da linguagem, o cenário dos acontecimentos culturais onde se projeta o imaginário e se evocam os sonhos. Desta forma, suas características servem como fator de identificação entre seus habitantes. Na definição do autor, observa-se a cidade “como imagem de um mundo. Mas também o contrário: o mundo de uma imagem que lenta e coletivamente vai sendo construída e volta a construir-se, incessantemente” (SILVA, 2001, p. 23).

Interessante notar nesta conceituação o caráter particular e transitório que se confere às cidades. Para o autor, os próprios moradores, vizinhos e visitantes expressam seus desejos e construções imaginárias na representação de uma cidade, ou seja, na criação de uma mentalidade urbana (SILVA, 2001). Além disso, percebe que a cidade e seus habitantes se constroem mutuamente, de maneira dialógica, a partir desta relação simbólica:

Cada cidade tem seu próprio estilo. Se aceitarmos que a relação entre a coisa física, a cidade, sua vida social, seu uso e representação, suas escrituras, formam um conjunto de trocas constantes, então vamos concluir que em uma cidade o físico produz efeitos no simbólico: suas escrituras e representações. E que as representações que se façam na urbe, do mesmo modo, afetam e conduzem seu uso social e modificam a concepção do espaço (Silva, 2001, p. 24).

Outros autores colaboram para a compreensão da cidade como uma construção social. Souza Silva (2016, p. 183) define cidade como “território plural de encontros”. Harvey (2012, p. 73) recorre às palavras do sociólogo Robert Park para defini-la como a “tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo”.

Trata-se, portanto, de uma reprodução espacial da própria condição humana. Segundo Carlos (2012, p. 53), “a reprodução continuada do espaço se realiza como aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida”. A definição de Villaça (1986) parece convergir com a afirmação anterior ao enfatizar a cidade como local de se viver, que não é dado pela natureza, mas produzido pelo trabalho humano através das gerações.

Sendo assim, para que a cidade se efetive como um espaço de convívio, não basta às pessoas o direito de *habitar*, mas também se fazem necessárias condições de *transitar* no espaço urbano (BARBOSA, 2016). Esta ampliação de perspectiva leva à reflexão do que filósofo francês Henri Lefebvre (2001) considerou como uma forma de direito superior ao direito à moradia: *o direito à cidade*.

Este conceito, promovido por Lefebvre em seu livro *Le droit à la ville*, original de 1968, tem sido amplamente difundido e debatido internacionalmente

(TRINDADE, 2012; SOUZA SILVA et al., 2016). Na acepção original, refere-se a um “pressuposto fundamental das vivências dos sujeitos no território da urbe” (LEFEBVRE apud SOUZA SILVA et al., 2016, p. 183). Para Lefebvre o Direito à cidade implica muito mais que a reforma urbana, se vincula a revolução urbana (Lefebvre, 2001), uma utopia, uma nova forma de pensar a potência do humano, um novo humanismo a partir da dialética do possível-impossível.

Tal pressuposto concerne ao uso pleno e inteiro da cidade por seus habitantes, servindo-se do emprego do tempo e dos espaços para os encontros e trocas, para a reprodução da vida (LEFEBVRE, 2001).

Nesse sentido, tempo e espaço concorrem para a satisfação de necessidades sociais em relação à cidade, tais como: segurança e abertura, certezas e aventuras, isolamento e encontros, unidade e diferenças, independência e convivência (LEFEBVRE, 2001). Estas necessidades, opostas e complementares entre si, situam-se no que Souza Silva et al. (2016, p. 183) conceituam como *liberdade na diferença*, um dos pressupostos estruturantes para a efetivação do direito à cidade, ao lado da “convivialidade e a igualdade do ponto de vista da dignidade humana”.

Damiani, Carlos e Seabra (1999) apontam para este processo como um exercício de apropriação, que permite tornar a cidade um espaço de vida, de relações. Toma-se, portanto, os espaços urbanos como *obra*, ou seja, como produto da atividade humana, conferindo-lhe sentido (LEFEBVRE, 2001).

Harvey (2012, p. 74) contribui para a compreensão do direito à cidade ao ressaltar seu caráter coletivo sobre o aspecto individual. Desta forma, considera-o como um poder comum de construir e reconstruir a cidade permanentemente, ou seja, de “moldar o processo de urbanização”. Isso significa admitir que todas as edificações, moradias, construções de uma cidade deveriam estar a serviço do uso de seus habitantes, que se mobilizariam em um processo contínuo de transformação (LEFEBVRE, 2001). Contudo, reconhece-se que o direito à cidade, nesta concepção, se trata de “um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos” (HARVEY, 2012, p. 74).

Observando-se a forma com que o espaço das cidades é produzido, no contexto do sistema capitalista, das relações de classe e propriedade, o que se percebe é a segregação das pessoas mais pobres da vida urbana, expropriadas dos melhores resultados de sua própria atividade (LEFEBVRE, 2001). No cenário brasileiro, Villaça (2011) descreve como uma *desigualdade obscena* a forma com que diferentes classes sociais experimentam os acessos ao tempo e ao espaço.

Não à toa Trindade (2012) considera o direito à cidade como uma proposição utópica de Lefebvre. O próprio autor admite que sua concretização precisaria passar pela criação de uma nova sociedade, uma nova forma de vida na cidade e de relação entre as pessoas, um novo humanismo (LEFEBVRE, 2001)

“É preciso virar o mundo pelo avesso”, destaca (LEFEBVRE, 2001, p. 41). Desta forma, não bastariam para a promoção do direito à cidade propostas de reformas urbanas que se limitem ao emprego da técnica para melhor distribuição dos espaços, para a melhoria das condições de vida diária. Tampouco se trata de um eventual retorno à organização social das cidades de tempos passados. Seria necessário questionar-se o modo de vida nas cidades e, para tanto, corroboram o conhecimento científico, as artes, a ação política e, principalmente, a participação transformadora dos grupos sociais segregados, ou, nas palavras de Lefebvre (2001, p. 139), “despojados da cidade”. Segundo o autor:

A revolução teórica e a transformação política andam de mãos dadas. O pensamento teórico visa à realização de uma outra humanidade que não a da sociedade pouco produtiva (a humanidade das épocas da não-abundância, ou antes, da não possibilidade da abundância), e diferente também da humanidade da sociedade produtivista. Numa sociedade e numa vida urbanas libertadas dos antigos limites – os da escassez e do economismo – as técnicas, a arte, os conhecimentos passam para o serviço da cotidianidade a fim de metamorfoseá-la” (LEFEBVRE, 2001, p. 136).

Souza (2010, p. 138) afirma que a efetivação deste direito passaria por uma mudança profunda na lógica da ocupação do espaço urbano frente ao sistema produtivo. Refere-se, portanto, à aspiração por uma sociedade diferente, na qual “a lógica de produção do espaço urbano esteja subordinada ao valor de uso e não ao valor de troca”<sup>26</sup>.

Por meio da análise das entrevistas procurará se evidenciar as aproximações e afastamentos das noções apresentadas por Lefebvre (2001) do direito à cidade e à moradia, especialmente quando se fala de uma tendência ao esfacelamento da noção dos direitos, da noção de política e de entendimento da vida coletiva e assim, a negação do direito à cidade a todos os seus habitantes.

### 3.2.3 Inclusão precária e exclusão

Considerando que o espaço é produzido, no sistema capitalista, de forma desigual, Damiani (1991) reforça a importância da discussão sobre as relações produtivas no cerne da segregação. A autora considera a exploração do trabalho, o desemprego e subemprego como formas de *exclusão* da cidade, por restringirem a população mais pobre ao acesso a condições de vida dignas. Este cenário se observa nas ocupações, onde grande parte das pessoas entrevistadas apresentam vínculos precários de trabalho, ou estão

---

<sup>26</sup> Como apresentado no item 2.1.1, Carlos, Souza e Sposito (2012) classificam o valor de uso do espaço como o acesso necessário para realização da vida, ao passo que o valor de troca se refere ao valor como mercadoria, com vistas à acumulação de capital.

desempregadas e isso acaba restringindo seus acessos a outras regiões da cidade.

Wanderley (2008) reforça a ideia da exclusão ao observar que, sob as relações de produção capitalistas, tende-se a criar, intencionalmente, uma gama de indivíduos descartáveis ao sistema produtivo, gerando-se absurdas desigualdades sociais no que se refere à qualidade de vida.

Entretanto, Martins (1997) questiona o conceito de exclusão. Para o autor, sociologicamente não existe exclusão, a não ser na morte (física e também simbólica). Citando o autor: “a sociedade capitalista desenraiza, exclui para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão” (MARTINS, 1997, p. 52).

Deste modo, analisa a ocorrência, na sociedade capitalista, de uma inclusão precária e marginal de pessoas compelidas ao que chama de lugares residuais: o lugar da pobreza, das restrições, das violações de direitos, das privações de trabalho, bem-estar, condições básicas de sobrevivência, liberdade e mesmo da esperança (MARTINS, 1997). Ou seja, seguindo esse raciocínio, pessoas residentes em ocupações nas periferias urbanas também fazem parte da sociedade, a cidade também é composta por estes espaços.

O autor admite que, neste cenário, não se tratam de processos transitórios de pobreza. O desemprego e a degradação econômica acabam se tornando um modo de vida no qual a possibilidade de ascensão social se torna cada vez mais difícil (MARTINS, 1997).

Sendo assim, é como se existissem duas sociedades paralelas: de um lado, aqueles que lutam para sobreviver e não usufruem de direitos; de outro, aqueles que desfrutam de privilégios sem responsabilizar-se pelas agruras dos demais. Mesmo assim, reconhece que são duas faces do mesmo processo, um processo que é excludente do ponto de vista social, moral e político, mas incluyente do ponto de vista econômico – ainda que diferentes classes experimentem lugares distintos desta economia (MARTINS, 1997).

De todo modo, seja uma experiência de inclusão precária ou de exclusão, Sawaia (2008) aprofunda o debate ao considerar os sentimentos de inferioridade<sup>27</sup>, culpa, vergonha e revolta que usualmente se estabelecem entre os mais pobres pelo descompromisso político com o qual se trata, em sociedade, seu sofrimento. Em suas palavras:

O sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade (Sawaia, 2008, p. 104).

. Desta forma, percebe-se que o problema da desigualdade na produção do espaço urbano sob a lógica do capitalismo extrapola a dimensão material e

---

<sup>27</sup> Na análise dos conteúdos das entrevistas, verifica-se o sentimento de inferiorização provocado pela percepção de estigmas e preconceitos, como apontado no capítulo 3.

tem implicações na construção da subjetividade dos indivíduos e grupos. Segundo Mello (2008):

A especialização dos espaços da cidade impõe uma ordenação da vida social que atinge também os habitantes formando uma população humana altamente diferenciada. A fragmentação geográfica, e também das ocupações e funções, acaba por corresponder a uma fragmentação das experiências e à formação de identidades psicossociais complexas. No caso das classes subalternas, a aquisição da identidade é problematizada pelo forte sentido de discriminação vivido diariamente sob a forma da humilhação que situa seus integrantes, em relação ao poder, como cidadãos de segunda categoria (Mello, 2008, p. 133).

Nota-se, portanto, que Mello (2008) destaca as situações flagrantes de discriminação e as humilhações vividas pelas pessoas de mais baixa renda a partir dos movimentos de segregação que se constituem na cidade, uma reflexão importante para a análise dos conteúdos dos entrevistados desta pesquisa, moradores de ocupações, quanto à sua experiência habitacional.

No próximo capítulo, serão caracterizadas de forma mais específica as ocupações da região do Sabará, buscando-se evidenciar aspectos relevantes do cotidiano dos moradores.

## 4 OCUPAÇÕES NA REGIÃO DO SABARÁ: CARACTERIZAÇÃO E ENTREVISTAS

Este capítulo tem por objetivo demonstrar como as dinâmicas da segregação socioespacial verificadas no processo de produção do espaço atravessam o cotidiano dos moradores das ocupações.

Para tanto, o primeiro exercício será a caracterização das ocupações, a fim de explicitar aspectos físicos, materiais e também as relações entre os moradores e destes com o entorno. Em seguida, as trajetórias habitacionais de oito moradores serão apresentadas a partir dos principais conteúdos de suas entrevistas. Por fim, este conteúdo é analisado em categorias, conforme familiaridade dos temas, à luz dos debates sobre produção do espaço, segregação e direito à cidade expostos no capítulo anterior.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES: NOVA PRIMAVERA, 29 DE MARÇO, TIRADENTES E DONA CIDA

As quatro ocupações que são objeto desta pesquisa estão localizadas na regional CIC, nos dois lados da Estrada Velha do Barigüi, entre as instalações da indústria multinacional Toshiba (Tiradentes e Dona Cida ao leste, 29 de março e Nova Primavera à oeste) e a Rua dos Palmenses, que marca a divisa do bairro CIC com o bairro São Miguel, como pode-se verificar na Figura 13.

Destaca-se que a região é conhecida por diferentes denominações, por se tratar de uma área não regularizada. Faria et al. (2017) identificam o local como Bolsão do Sabará. Em reportagem realizada junto ao MTST, Padilha (2016) refere-se à área como Vila Sabará. Em 2016, o mesmo movimento passou a chamar o local de Complexo Hugo Chávez (HOSHINO, 2016; PADILHA, 2016). Recentemente, passou-se a identificar na mídia local como Vila Corbélia (PICHETTI, 2018; MIGUEL, 2019) – contudo, não se deve confundir com o conjunto habitacional Moradias Corbélia, construído pela Cohab-CT nas proximidades da região.

Entretanto, os moradores não se identificam com nenhuma destas nomenclaturas. “A gente chama pelo nome das ocupações mesmo (Nova Primavera, 29 de março, Tiradentes e Dona Cida). Na verdade, tudo isso aqui é o CIC”, relata uma das lideranças locais<sup>28</sup>.

A Estrada Velha do Barigüi atravessa a BR-376 (Contorno Sul), “um importante trecho que faz a conexão do interior do Estado com o Sul do país” (FARIA et al., 2017, p. 18). A rodovia, que já serviu como local para

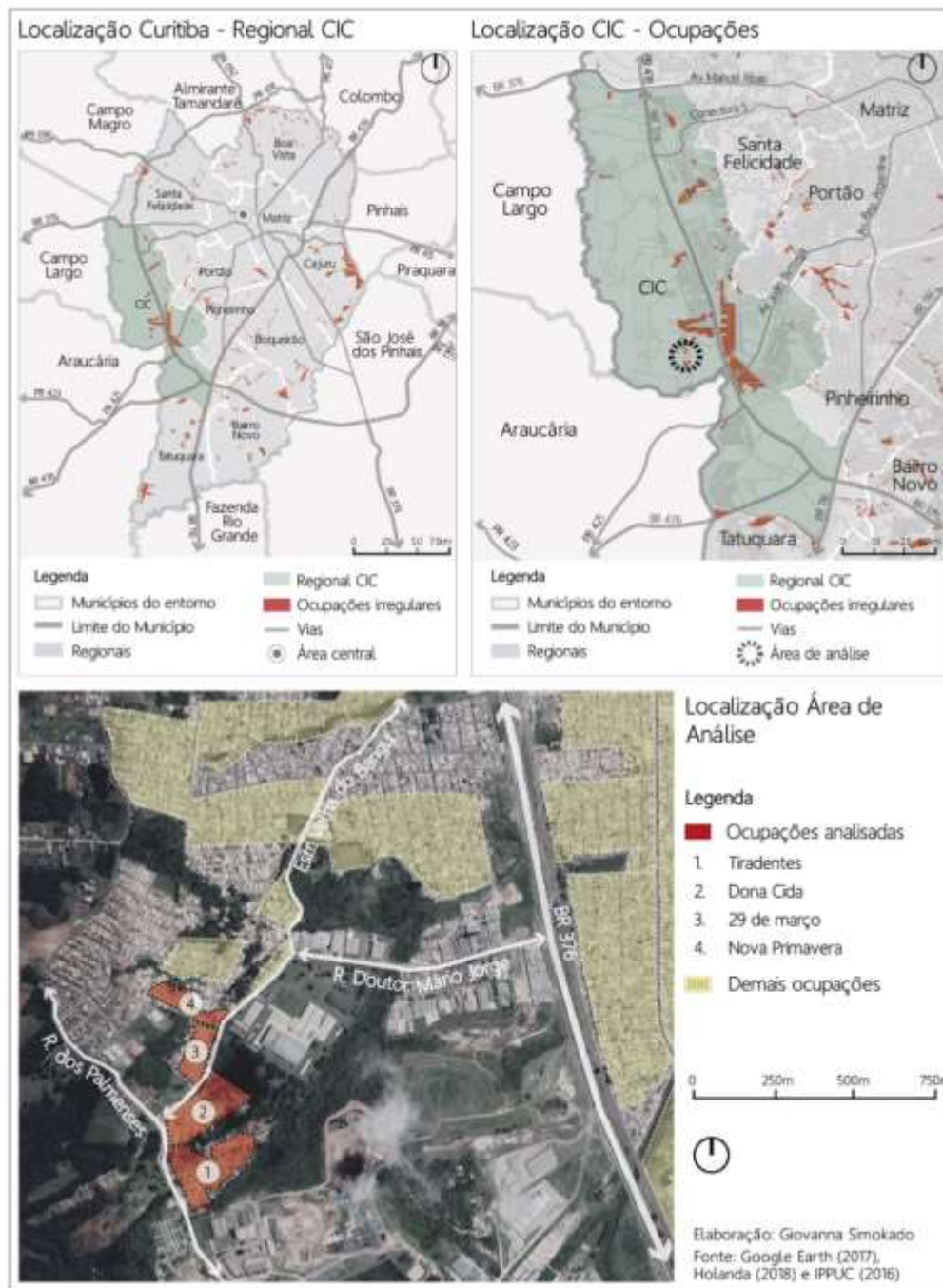
---

<sup>28</sup> Em conversa informal com o pesquisador, realizada na área das ocupações, em 23 de dezembro de 2018.



manifestações em reivindicação ao direito à moradia (como protestos, queima de pneus), acaba marcando o limite entre a região em que se localizam as ocupações e o uma área mais urbanizada da cidade<sup>29</sup>, com mais estabelecimentos comerciais e casas com melhor padrão construtivo.

**Figura 13 - Localização das ocupações**

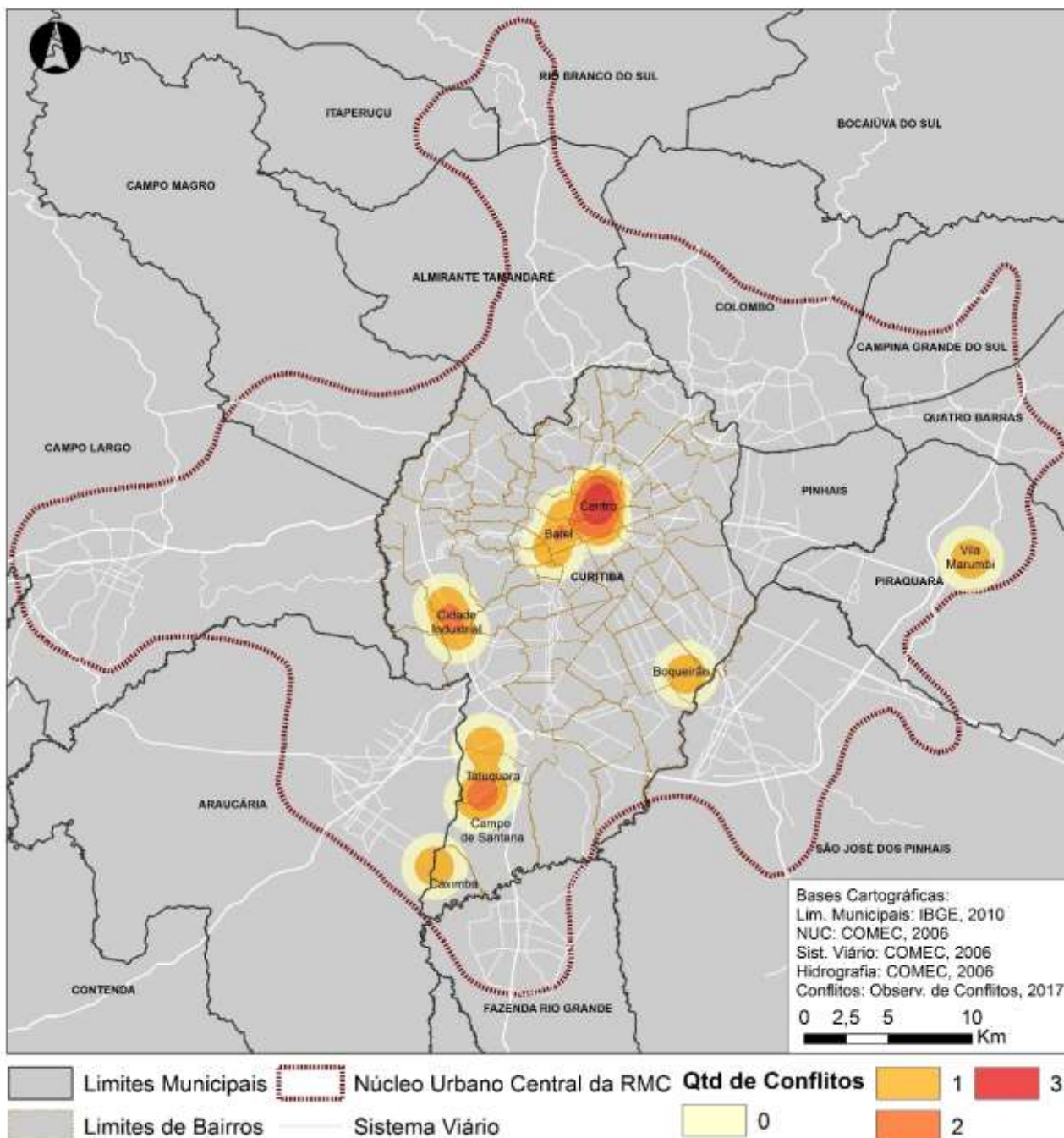


Fonte: Elaboração Giovanna Simokado (2019) com dados de Google Earth (2017), Holanda (2018) e IPPUC (2016).

<sup>29</sup> Em entrevistas e conversas informais com moradores da região, percebeu-se a compreensão da BR-376 como divisor entre a área de circulação dos moradores e a “cidade”. Alguns chegam a se referir “ao outro lado da BR” como área central. Embora perto geograficamente, também expressaram que os equipamentos públicos que se localizam do lado oposto da rodovia são considerados “longe”.

A eleição desta região campo de estudo se deve também à frequência de protestos no local com a pauta da moradia, como demonstra a Figura 14. As manifestações, recorrentes e consecutivas, expressam um conflito urbano de longo termo, com diferentes repertórios de ações coletivas, tais como: protestos pontuais, reivindicações junto a órgãos públicos, articulações entre movimentos sociais (FARIA et al., 2017).

**Figura 14 - Protestos por moradia**



Fonte: Polli et al. (2019)

O mapeamento dos conflitos foi desenvolvido em pesquisa do Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba<sup>30</sup>, que coletou dados em canais de notícias, *blogs*, redes sociais e também realizou observações e pesquisa *in loco*. Polli et al. (2019) destaca a importância destas reivindicações como expressões dos moradores de ocupações enquanto sujeitos políticos.

As áreas reúnem um total de aproximadamente mil e quinhentas famílias, que, apesar da precariedade do local quanto a infraestrutura e serviços e dos problemas judiciais com ações de reintegração de posse, encontram na região uma alternativa de moradia (PADILHA, 2015; HOSHINO, 2016). A motivação principal para a ocupação destas áreas refere-se a dificuldades no pagamento de aluguéis em regiões mais consolidadas da cidade – sintomas típicos do processo de mobilidade residencial forçada pelas dinâmicas capitalistas de apropriação do solo (ABRAMO, 2007; ALVES, 2012; BARBOSA, 2016; VASCONCELLOS, 2016).

Os equipamentos públicos, como escolas, centro de educação infantil, centro de referência de assistência social - CRAS e unidade básica de saúde, estão localizados fora da área das ocupações, em regiões mais urbanizadas do perímetro (HOLANDA, 2018), como pode-se perceber na Figura 15. Do mesmo modo, praças e parques também, ficam distantes, dificultando o acesso ao lazer para os moradores das ocupações.

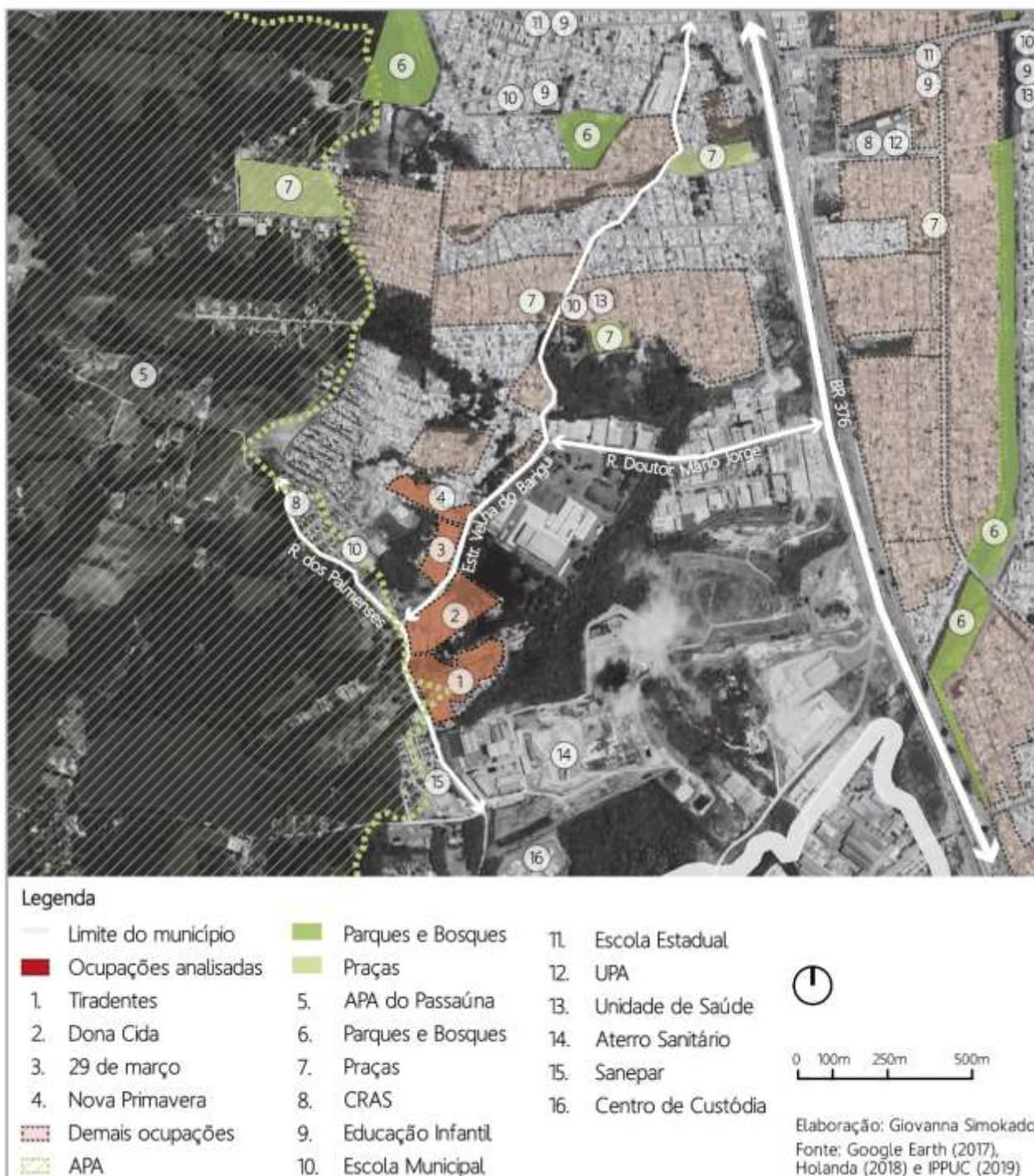
Na Figura 15 ainda é possível perceber a presença, a poucos metros das casas, do aterro sanitário da empresa *Essencis Soluções Ambientais*, que provoca mau cheiro e atrai urubus para a região, segundo relatos de moradores. Em 2015, a empresa teria entrado com pedido de reintegração de posse da área onde se encontra a ocupação Tiradentes. Uma liminar chegou a ser concedida, mas foi suspensa a partir de ação judicial movida pelo Movimento Popular por Moradia (CEFURIA, 2015; PADILHA, 2016).

---

<sup>30</sup> O Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba integra a Rede de Observatórios de Conflitos Urbanos. A pesquisa em questão, financiada pelo CNPq e com duração de seis anos, contou com a colaboração interdisciplinar entre pesquisadores da Arquitetura e Urbanismo, Comunicação, Engenharia Civil e Sociologia das universidades UFPR e UTFPR (POLLI et al., 2019).



**Figura 15 - Equipamentos públicos no entorno**



Fonte: Elaboração Giovanna Simokado (2019), com dados Google Earth (2017), Holanda (2018) e IPPUC (2019).

As três primeiras ocupações tinham como objetivo pressionar o poder público para o provimento de ofertas habitacionais em outras áreas da cidade. Portanto, justifica-se o caráter provisório das construções, a maior parte em madeira, próximas umas das outras, sem uma definição evidente de arruamento ou loteamento, com acessos estreitos e descontínuos, como pode-se verificar na Figura 16, que mostra o adensamento na ocupação 29 de março em setembro de 2018.

**Figura 16** - Adensamento na ocupação 29 de março



Fonte: Fotos do autor (2018).

Já a ocupação Dona Cida, iniciada em 2016, teve desde o início o intuito de se consolidar no local, uma vez que os programas públicos de habitação em todo país já estavam em um contexto de diminuição dos empreendimentos, escassez de recursos e, portanto, descrédito por parte da população (CARDOSO e JAENISCH, 2017). Sendo assim, como ilustrado na Figura 17, apresenta mais construções em alvenaria, ruas mais largas, lotes maiores.

**Figura 17** - Moradias na ocupação Dona Cida



Fonte: Foto do autor (2018).



Além disso, também na Dona Cida há áreas reservadas para uso comum, uma tentativa de suprir a ausência de espaços públicos culturais, de lazer e recreação na região. Sendo assim, os moradores instalaram uma tenda para eventos, como o Sarau Periférico<sup>31</sup>, registrado na Figura 18, e reuniões da comunidade.

Na mesma figura, nota-se a construção de uma pracinha, em setembro de 2018, a partir de uma parceria de moradores com o Projeto Ocupações Urbanas, que faz parte do Laboratório de Dinâmicas Metropolitanas, do curso de Geografia da Universidade Federal do Paraná. Nesta ação do Projeto, os participantes procuraram ouvir as famílias residentes nas ocupações para fomentar e perceber suas expectativas em relação à construção da praça. A partir dos relatos dos moradores, estabeleceram parcerias para a realização do projeto da praça e buscaram envolver as lideranças comunitárias para a aquisição dos materiais e efetiva construção.

A Figura 18 ainda mostra um espaço reservado para a construção de uma associação comunitária. Lideranças locais relataram já terem começado a reunir material para a construção da associação, mas optaram por destiná-los à construção de um centro de convivência para crianças e, mais tarde, percebendo a complexidade do projeto, aproveitaram destes recursos para a praça.

**Figura 18** – Espaços comunitários na ocupação Dona Cida



Fonte: Foto do autor (2018).

<sup>31</sup> A sexta edição do Sarau Periférico foi realizada em 14 de setembro de 2018, com a participação de músicos locais e convidados, em sua maioria *rappers*. No discurso de abertura, um dos moradores responsáveis pela organização avisa: “Esse evento é *pra* mostrar que a gente existe, porque a gente não *tá* nem no *Google*” (sic). Cabe destacar que eventos como o Sarau não foram citados nas entrevistas e o relato parte das observações do autor em campo.

Ainda sobre as características da região, Padilha (2018) observa a presença de vielas sem pavimentação, com caminhos fragmentados e ladeiras íngremes (nas ocupações 29 de março e Nova Primavera). Tanto a Estrada Velha do Barigüi, via de acesso às ocupações, quanto as ruas internas são de saibro, o que implica em poeira nos dias de sol e barro nos dias de chuva, como pode-se perceber na Figura 19.

**Figura 19** – Acesso às ocupações



Fonte: Foto do autor (2018).

Em relação à infraestrutura, não há rede de energia elétrica regular. Os moradores da ocupação Tiradentes se mobilizaram para aquisição de um gerador, enquanto as demais ocupações dispõem de ligações irregulares e convivem com constante falta de luz (MIGUEL, 2019). A rede de água também foi autoconstruída pelos moradores, e não há rede de esgoto. O esgotamento sanitário é feito através de fossas individuais, que usualmente não recebem a manutenção devida, gerando transtornos para a população.

Há, nas ocupações, a presença de estabelecimentos comerciais dos próprios moradores, como mercearias, barbearias, espaços de separação de materiais recicláveis, lojas de bebidas, de materiais de construção e lanchonetes como a da Figura 20. Destaca-se que se tratam de pequenos empreendimentos, geralmente familiares, não havendo grandes lojas, supermercados e afins na região.

Deste modo, converge-se com a análise de Villaça (2011) quando aponta que, via de regra, comércios e serviços se concentram nas áreas de residência

das pessoas mais ricas, tornando o acesso mais difícil (ou mesmo restrito) para pessoas mais pobres. Deste modo, considera que a segregação ultrapassa a dimensão residencial: segrega-se também a oportunidade de acesso a empregos e à geração de renda.

Por outro lado, essa economia local pode ser considerada uma forma de manter a circulação financeira na área das ocupações, permitindo a subsistência da população residente e resistindo, nos limites do possível, à lógica de apropriação e concentração de riqueza nas mãos das elites (MOSTAGI et al, 2019).

O único ônibus que atende o local é a linha Mário Jorge, que se conecta com o terminal do Caiuá, também no bairro CIC, a cerca de três quilômetros das ocupações (MIGUEL, 2019). É a partir deste terminal de ônibus que os moradores acessam linhas para o centro e para outras regiões da cidade.

**Figura 20** - Comércio local



Fonte: Foto do autor (2018).

Em 2018, três fatos marcantes alteraram significativamente a rotina das ocupações. Em 11 de outubro, a Guarda Municipal de Curitiba teria agido com truculência ao destruir moradias que vinham sendo construídas em uma tentativa de ampliação da ocupação 29 de março. Os moradores relataram que a área sofria com grande adensamento e, por isso, tentavam uma melhor distribuição das residências ampliando a área da ocupação. A Figura 21 mostra pedaços das novas casas, improvisadas, destruídas após a ação policial.

A ação foi alvo de protesto dos moradores, que interromperam o fluxo da BR-376 e foram retirados pela mesma Guarda Municipal em mais um episódio de violência (ULBRICH, 2018).



**Figura 21** – Área da tentativa de ampliação da ocupação 29 de março



Fonte: Foto do autor (2018).

Em 17 de outubro de 2018, foi a vez da população da ocupação Dona Cida sofrer com a retomada de uma ação de reintegração de posse que estava paralisada desde 2016. A ameaça de despejo fez com que as lideranças das quatro ocupações reunissem os moradores no dia 20 de outubro para informar sobre a ação judicial e mobilizar um ato em frente à sede da Prefeitura, o qual seria realizado seis dias depois. O evento foi registrado nas fotos da Figura 22.

**Figura 22** – Reunião de moradores



Fonte: Foto do autor (2018).

Além destas medidas, o Instituto Democracia Popular<sup>32</sup> e a Defensoria Pública do Paraná entraram com recursos judiciais e têm promovido articulações com o Ministério Público para que as famílias não sejam expulsas da área (PADILHA, 2018).

Por fim, na noite de 07 de dezembro de 2018, um incêndio de grandes proporções destruiu cerca de duzentas casas da ocupação 29 de março, como pode-se verificar na Figura 23. O evento trágico ocorreu um dia depois do assassinato de um policial nas imediações do local. Veículos de imprensa apresentam relatos de que o incêndio teria sido criminoso, apontando-se a suspeita de retaliação de policiais (FREITAS, 2018; MIGUEL, 2018; VASCONCELOS, 2018). A versão oficial da Polícia Militar é que não houve participação de membros da corporação, atribuindo-se possível autoria do incêndio a grupos criminosos organizados (PICHETTI, 2018).

De todo modo, o evento trouxe desolação e indignação para os moradores e também mobilizou um grande número de doações e manifestações de solidariedade para com a população local (VASCONCELOS, 2018; MELO, 2019). Ainda em dezembro de 2018, a ONG TETO<sup>33</sup> mobilizou a construção de 21 casas para as pessoas atingidas, e o MST também colaborou com a retomada do local.

**Figura 23** – Incêndio na ocupação 29 de março



Fonte: Jornal da CIC (2018), acima; e foto do autor (2018), abaixo.

<sup>32</sup> Organização de advogadas de Curitiba fundada em 2013, militante em pautas trabalhistas e urbanas. Fonte: <http://democraciapopular.org.br/fundacao>.

<sup>33</sup> Organização internacional presente em 19 países com foco a defesa de direitos de pessoas que residem em favelas, cuja uma das ações mais expressivas é a construção de moradias por meio de voluntários. Fonte: [www.techo.org/brasil/](http://www.techo.org/brasil/).



Além disso, as novas casas foram construídas em lotes maiores, com espaços definidos para as ruas, vislumbrando-se a possibilidade de regularização da área. Grupos de organizações não governamentais e universidades, como a UFPR, se envolveram no desenvolvimento de um projeto urbanístico para a área.

Os moradores passaram a organizar espaços entre as casas, com tendas improvisadas, para o recebimento e distribuição de doações de alimentos, móveis e roupas. Também construíram uma sede para reuniões da comunidade. A visibilidade que as ocupações ganharam após o incêndio, as relações sociais que passaram a se constituir e as doações recebidas foram aspectos relevantes em várias das entrevistas.

A Figura 24 mostra os voluntários no segundo dia da reconstrução, a tenda para móveis e utensílios domésticos e o novo espaço comunitário, com a inscrição: “29 resiste”.

**Figura 24 – Reconstrução**



Fonte: Fotos do autor (2018).

Sendo assim, descritas as características da área, do entorno e o histórico das ocupações, bem como os eventos recentes que impactaram o cotidiano local, verifica-se que se trata de uma região marcada pela autoprodução de moradias, da infraestrutura e do bairro em geral, com fraca presença e grande descrédito ao Estado como promotor de direitos. Deste modo, as relações de

cooperação entre vizinhos acabam se constituindo como fator fundamental para enfrentarem as dificuldades diárias.

Nas ocupações, acumulam-se fatores que prejudicam a qualidade de vida dos moradores: a proximidade com aterro sanitário e a falta de condições sanitárias, a distância dos centros comerciais e da oferta de serviços públicos, a falta de alternativas de lazer. Ainda, vivem sob constante ameaça quanto à permanência no local em razão de ações de reintegração de posse, além de conviverem com tensões em relação ao poder público e episódios de violência urbana.

Desta forma, percebe-se que o histórico e o cotidiano destas ocupações são expressões do processo desigual de produção do espaço na cidade de Curitiba, que privilegia os moradores de áreas mais valorizadas, e priva as pessoas residentes em regiões periféricas do direito à cidade, e mesmo à moradia digna.

Estas dinâmicas do cotidiano, bem como perspectivas históricas e acontecimentos marcantes nas ocupações, foi o que se buscou constatar em entrevistas com moradores. A partir de suas narrativas, procurou-se perceber como as características do espaço e suas trajetórias habitacionais impactam nas concepções e aspirações dos entrevistados em relação à moradia e à cidade.

#### 4.2 BREVES TRAJETÓRIAS DE VIDA E MORADIA NAS OCUPAÇÕES

Os conteúdos apresentados nas entrevistas foram organizados em cenas descritivas, uma para cada entrevistado, que se constituem como traçados entre processos e práticas, mediações e conexões, e permitem enxergar a transversalidade das questões trazidas à tona por cada um dos sujeitos (TELLES, 2010). A intenção não é, portanto, apresentar perguntas e respostas em sua cronologia, mas estabelecer uma dinâmica fluida, encontrando um fio condutor para as narrativas.

Cabe destacar que, no decorrer das entrevistas, permitiu-se que fossem enfatizados os processos mais significativos para os entrevistados, ressaltando-se aquilo que é mais marcante em suas experiências subjetivas quanto ao tema da investigação (VARGAS, 2006). Os entrevistados puderam conduzir um fio narrativo, não sendo constrangidos para se insistirem em questões que lhes trouxessem humilhação ou sofrimento (KOWARICK, 2009). Deste modo, percebe-se que a não padronização das entrevistas não empobrece o conjunto de dados obtidos, uma vez que a diversidade nos relatos favorece o aparecimento dos temas e posições próprias do universo representacional da comunidade na qual os entrevistados estão inseridos (TOMAINIK et al., 2008).

#### 4.2.1 Idália: “aqui eu descobri o que é família”

Idália<sup>34</sup>, de 50 anos, uma das pioneiras da ocupação Dona Cida. Ela mora com duas de suas quatro filhas – uma delas adotiva – e netos nos fundos da mercearia da família (ou banca, como costumam identificar). A casa está em constante reforma: o próximo desafio é concluir uma cozinha e varanda, aonde a filha mais velha pretende servir refeições para complementar o orçamento doméstico. Recém separada, ela conta que o ex-companheiro tinha problemas com bebida e sente-se aliviada com o fato de ter saído de casa *finalmente para morar com os parentes e tentar dar um jeito na vida*.

A trajetória residencial de Idália é extensa, tanto que, durante a entrevista, não se sentiu à vontade para remontar aos primeiros locais de moradia. Limitou-se aos quatro últimos, sem delimitar com precisão a cronologia exata de cada etapa: saiu de Fazenda Rio Grande, onde estava pagando aluguel, na região metropolitana de Curitiba, para o norte pioneiro do Paraná, na área rural do município de Siqueira Campos. Depois voltou para a região de Curitiba, onde morou na Vila Barigüi e, posteriormente, nas ocupações Nova Primavera e, por fim, Dona Cida.

Sobre a experiência no norte do estado, Idália conta que foi um período *bom demais*. Foi a convite de uma das filhas, para morar e trabalhar como caseira em um sítio, onde ficaram por quatro anos. Cuidavam da horta, dos animais, era uma vida tranquila. Contudo, tratava-se de uma pequena propriedade rural e, ao sinal de crise econômica, o proprietário, que a tinha como segunda residência, vendeu para alguém que não tinha interesse em manter o serviço de caseira.

*Então fomos para a cidade (de Siqueira Campos) para pagar aluguel e buscar algum serviço. Mas lá é um lugar precário de emprego, então acabamos voltando (para a região de Curitiba).*

Chegando à Curitiba, desempregada, Idália se instalou na região da Vila Barigüi, na CIC. Passaram quase um ano ali. A casa era pequena e mal localizada, a vizinhança não era amistosa, e ainda por cima o aluguel, mesmo informal, era caro demais – seiscentos reais por mês.

*A casinha era pequenininha, a gente botava um colchãozinho na área (de serviço) pra poder dormir. O dinheiro que a gente tinha acabou, não tinha nem o que comer.*

Para se livrar do aluguel, uma vez que nem ela nem a filha possuíam renda fixa e viviam de bicos, se mudaram para a ocupação da Nova Primavera por indicação de uma amiga, que conseguiu o terreno. Idália destaca a grande

---

<sup>34</sup> Como citado na metodologia, não foram utilizados os nomes verdadeiros dos entrevistados em respeito à sua privacidade. Esta entrevistada autorizou a utilização de seus dados, mas optou-se por preservar a identidade para proteção dos sujeitos frente às informações prestadas. De todo modo, destaca-se a escolha intencional do nome *Idália* por significar, em sua origem germânica, *sobrevivente*, característica que se destacou na narrativa da entrevistada.

diferença que percebeu no novo local de moradia: as relações de solidariedade entre os moradores. Em suas palavras:

*Ali eu conheci o que é família. Eu nunca mais passei fome, eu nunca mais passei necessidade. Nós não tínhamos açúcar, café, nem nada e eu tinha vergonha de pedir. Eu pedi uma colherinha de açúcar para adoçar o chá do bebê, porque nem leite eu não tinha, e os vizinhos me arrumaram de tudo. Se juntaram e fizeram uma cesta básica pra mim. Traziam a comida e eu cozinhava pra todos. Eu nunca tinha visto isso na vida! Arrumei grandes amigos, hoje em dia, minha família está aqui.*

Idália mantém os mesmos vínculos de amizade e solidariedade com os moradores da ocupação Dona Cida, que ajudou a fundar em 2016. Ela destaca, com entusiasmo, esta relação como o principal ponto positivo de se residir no local.

*É muito bom de morar aqui, principalmente na (ocupação) Dona Cida, aqui a gente está no céu. É sossegado, o pessoal respeita muito, temos grandes amizades. Gosto muito, amo as pessoas daqui. Sou respeitada e respeito as pessoas daqui, seja quem for.*

Perguntada sobre eventuais pontos negativos de morar da ocupação, Idália é econômica: relata a existência de algumas brigas entre moradores, mas é pouco específica e parece implicar pouco investimento na questão.

*Tanto na 29 (de março), na Dona Cida e na Primavera, o que eu não gosto são brigas. Tem gente que 'quebra o pau', e eu sou da paz, tento resolver.*

Contudo, no decorrer da entrevista, em ritmo de conversa, são fornecidos outros elementos que podem ser interpretados como aspectos desfavoráveis da vida na região. O primeiro deles diz respeito à precariedade de infraestrutura e serviços. Idália comenta a falta de asfalto, a precariedade do saneamento básico e da iluminação. Conta que as ligações elétricas, improvisadas, não dão conta do consumo, tornando a situação dramática para pessoas que precisam guardar insulina na geladeira, por exemplo.

*Na (ocupação) Tiradentes eles têm um transformador que eles conseguiram. A gente vai tentar conseguir um, porque aqui todo mundo fica sem luz. A água fomos nós que conseguimos, eu fui falar com a Sanepar (empresa pública de saneamento) e eles disseram que traziam a água se a gente fizesse toda a rede (de tubulações). Foi muito esforço, dia e noite pra conseguir dinheiro, mas conseguimos os canos e mão de obra.*

Em relação aos serviços, lamenta-se o retrocesso no atendimento em saúde:

*Posto de saúde e colégio perto a gente tem, o que falta é atendimento melhor. A gente usa a unidade (Básica de Saúde) do Sabará. O posto 24h do Barigüi fechou, se abrisse de novo pra nós era melhor, porque poderíamos ir a pé. Tem dia que não tem nenhum carro aqui, aí fica difícil.*

Outro ponto que Idália lamenta, de forma breve, mas contundente, é o abandono que sente em relação a parte da família que não reside na ocupação.

Ela conta que não é visitada, *que as pessoas não entendem como é morar numa comunidade*<sup>35</sup>. Desta forma, substitui o convívio com os parentes pelas relações que construiu com os vizinhos:

*Eu tenho família, mas eles não vêm aqui nem dar um bom dia. A família que eu tenho, que eu construí está aqui. Tem gente que me chama de mãe: lá vem nossa mãezona.*

Além disso, a presença do tráfico de drogas na região não passa despercebida por Idália. Contudo, procura minimizar os efeitos desta realidade, enfatizando que a maioria das pessoas residentes no local tenta se manter distante e indiferente às atividades ilícitas para não sofrer enfrentamentos.

*No centro tem (tráfico de drogas), nas melhores famílias, mas aqui tem também. Às vezes um morre, um é preso, troca o comando, mas a gente procura ficar neutro, não se meter.*

Esta situação é disparadora para outro ponto de bastante investimento afetivo durante a entrevista: a relação dos moradores da ocupação com a Polícia. Idália conta que a região, justamente por ser afastada do centro urbano, é alvo do abandono de carros roubados. Sendo assim, a presença de policiais é constante e, muitas vezes, hostil.

*A Polícia não pode passar medo pra comunidade, tem que passar segurança. Mas eles falam que aqui só tem ladrão e vagabundo. Isso acontece muito: generalizar. Pegam todo mundo e colocam numa panela só. Na verdade, isso é ruim de morar aqui.*

Idália relata que, quando a região é visitada por pessoas ligadas a projetos sociais, ou de extensão universitária, as viaturas policiais passam sem cometer nenhuma abordagem. Porém, quando os visitantes não estão presentes, é muito comum policiais dissiparem qualquer aglomeração de moradores que se faça no local. Nesse sentido, Idália reflete os estigmas e o preconceito com que são tratados, identificando uma segmentação entre quem mora na região e “o povo lá de fora”:

*Aqui só tem ladrão, prostituta e vagabundo. É o que o povo **lá de fora** fala. Mas tem um monte de criança, até mais do que **lá fora**. Tem idoso, cadeirante, famílias.*

A reflexão avança sobre os referenciais de Idália acerca da região central da cidade. Precisar ir à região da cidade é fato raro em seu cotidiano. Somente na eventualidade de precisar de segunda via de algum documento. A região mais consolidada da cidade a qual costuma acessar é o bairro do Pinheirinho, onde

---

<sup>35</sup> Sawaia (in: CAMPOS et al., 1996) observa a polissemia do conceito comunidade, bem como sua evolução ao longo das décadas. Na atualidade, a define como um movimento de existência coletiva partilhado por sujeitos ativos em sua permanente recriação. É, portanto, o espaço da dialética da individualidade e da coletividade, sem que uma suprima a outra. Ainda, Guareschi (in: CAMPOS et al., 1996, p. 95) atribui a Marx o conceito de comunidade enquanto local “onde todos são chamados pelo nome” (p. 95), ou seja, onde as pessoas são reconhecidas em suas singularidades. No decorrer das entrevistas, uma das lideranças defende a identificação das ocupações como comunidade, por entender que o termo não carrega a mesma conotação pejorativa de *favela*, ou *invasão*.

recolhe materiais recicláveis em condomínios ou supermercados. É um bairro urbanizado, mas popular, que fica relativamente próximo às ocupações.

Desta forma, a possibilidade de residir na região central da cidade parece distante das aspirações de Idália:

*Quem não gostaria (de morar numa região central)? Mas as condições não deixam. Já morei no (bairro) Portão (em Curitiba), em apartamento, a gente nem sempre teve essa condição tão ruim, mas se eu te contar essa história, dava um livro inteiro. O custo de vida lá se torna mais caro. Mas se me dessem um casarão lá, será que os vizinhos me dariam bom dia? Aqui tenho amigos, aqui somos família, então a gente se acostuma aqui. Não quero largar eles pra trás, porque a gente começou isso aqui juntos. Eu queria melhoria para todos.*

Sendo assim, a entrevistada conta que, para ela, uma casa boa, objeto de seu desejo, teria *quartos pros seus filhos, uma sala, um banheiro com saneamento básico*. Quanto ao entorno, as ambições são: a melhora no atendimento da Unidade de Saúde, asfalto, uma iluminação pública melhor e, principalmente, saneamento básico:

*A gente usa fossa ainda, e isso dá problema. Tem gente que tem dinheiro pra esvaziar, mas tem gente que não tem.*

Para a realização destas benfeitorias, surge a figura do governo. Interessante notar como as condições básicas de cidadania são imediatamente associadas ao pagamento de impostos e tarifas públicas, como se os direitos atendessem somente a quem pode pagar:

*Se o governo olhasse pra gente aqui, legalizasse tudo e fizessem saneamento básico, colocasse luz e água, a gente queria pagar. A gente não quer nada de graça. Quando a gente veio pra cá, já sabia que um dia ia ter que pagar.*

Por fim, Idália relata que está, junto com outros moradores, constituindo uma Associação. Segundo ela, esperam obter maior diálogo com órgãos públicos através desse movimento associativo, conquistando melhores condições para reivindicarem as melhorias que a região precisa.

#### **4.2.2 Guilherme: “aqui ninguém vai me achar”**

Indicado por Idália para a entrevista por ser *um homem que conversa bem*, Guilherme é um senhor franzino de 68 anos de idade, dos quais passou os últimos quatro, segundo suas contas pouco precisas, residindo sozinho na ocupação 29 de março. *Só sei que tava recém no começo a 29*, disse ele.

*Nasci no Rio Grande do Sul, vim pro Paraná com três anos de idade e nunca mais voltei*, contou. O primeiro local de moradia no estado foi a cidade de Barracão, na região sudoeste. *Lá estudei até a sétima série*, destaca. Depois foi para Medianeira, cidade próxima, um pouco maior, para trabalhar com o pai na construção civil.



Sempre *atrás de serviço, porque tinha que comer*, Guilherme veio com a esposa e filhos para a Região Metropolitana de Curitiba. Estabeleceram-se no município de Fazenda Rio Grande, onde permaneceram por longo período, ele trabalhando com obras e ela cuidando de uma mercearia, que funcionava na própria casa em que moravam. Mas um fato marcante rompeu com a dinâmica familiar de Guilherme: o tempo que passou encarcerado, por conta de um homicídio, decorrente de brigas mal explicadas com outro operário de obras.

*Eu tava fazendo chimarrão. Eles vieram atrás do pessoal de Cascavel que tava parando por aqui. Como eles não tavam, disseram: 'então vai você mesmo'. Eram três me atirando. Daí eu consegui pegar uma faca e meti duas facadas. A primeira deu no coração, ele morreu na frente da casa. Tomei seis balaços, fiquei 33 dias no (hospital) evangélico, logo fui pra delegacia. Fui me apresentar. **Ir pra cadeia doeu, é a coisa mais triste do mundo.** Mas Deus sabe que eu fiz pra defender minha família.*

Ao sair da cadeia, Guilherme não tinha mais uma relação conjugal. Em conflito com a ex-mulher, deixou *tudo para trás* e foi morar de aluguel numa região da Cidade Industrial de Curitiba conhecida como Porto Belo, onde permaneceu por apenas quatro meses. *Depois achei aqui um quartinho pequeno e comprei. Consegui barato porque estava no começo, e depois fui aumentando*, relatou.

A opção pelo isolamento se fundamenta em dois fatores, de acordo com Guilherme. O primeiro refere-se ao rompimento de relações com a ex-mulher:

*A casa lá eu podia ter botado na justiça, porque fui eu que comprei, eu que fiz. Ela cuidava da mercearia e eu do resto. Mas que nem diz o ditado, é melhor eu nem ir. Eu falei pras minhas filhas que não quero ver a mãe delas nunca mais. Eu não sei o que ela vai me falar.*

O segundo fator também está envolvido com as circunstâncias do homicídio. Mesmo já tendo cumprido sua pena, um dos órfãos da vítima teria tentando se vingar, segundo o entrevistado:

*O piá dele chegou e eu não quis matar. Mas o delegado disse que ele ia me matar um dia. Um dos filhos veio até me pedir desculpas, mas o outro tentou me matar três vezes. Mas agora tá bom que ele não vai me achar aqui mesmo. Não é medo, mas a gente tem que se cuidar.*

Portanto, a vida na ocupação representa proteção para Guilherme, um refúgio para não ser encontrado por quem possa lhe fazer mal. Embora, resignado, acredite que o destino há de cobrá-lo pelos atos do passado: *o problema é grande, a gente tem que saber que um dia a gente vai morrer matado ainda*, desabafa.

O relativo isolamento em que o entrevistado se encontra é quebrado por três fatores: as filhas e netos que os visitam constantemente (uma vez que ele não vai visita-las, para não se encontrar com a mãe delas), uma tímida frequência aos cultos dominicais, e o relacionamento com amigos, residentes nas ocupações. Aliás, relações de amizade são descritas como principal ponto positivo em se morar na 29 de março:

*O mais que eu vou falar é a amizade. A amizade é muito importante. Meu pai não comia fora e casa e eu tenho o defeito dele. Então eu dou comida pra turma. Esses dias tinha nove, dez pessoas comendo lá em casa.*

Com isso, o entrevistado conta que a experiência de habitar ali é positiva, muito por conta das amizades. É o lugar em que se sente bem quisto, embora não ignore as relações de violência presentes na vida da comunidade. Referindo-se àqueles que se envolvem com o narcotráfico como “valentes”, conta que encontrou uma forma de conviver sem incorrer em riscos:

*É bom de morar. **A gente não entra ‘nos valentes’, né? A gente não faz nada, aí eles também não se preocupam com a gente.** Entre eles sim, volta e volta é um que vai pra bala, mas com a gente não. Mas gosto de morar aqui. Amizade que você vê, onde eu saio e até as crianças, eu passo e me chamam: ‘Guilherme, Guilherme!’*

Questionado sobre eventuais pontos negativos para residir no local, Guilherme aponta para a carência de equipamentos públicos e espaços sociais:

*Uma coisa que eu falei há poucos dias pra duas irmãs, falta uma igreja. Eu sou católico, então eu tenho que ir no Sabará, lá perto do postinho, ou então lá em cima pra ir na missa.*

*(Aqui) tem igreja de crente. No fundo eu gosto de escutar. Lá onde eu vou pegar isso aí (mostra uma sacola com frutas e verduras, doações que vai buscar semanalmente na ocupação Tiradentes, ao lado), eles vêm pregar. Então eu acho que é uma coisa muito boa, é a palavra de Deus, porque a Bíblia é a palavra de Deus. Mas tem umas coisas que os crentes gostam de falar que é diferente, né? Não são que nem o católico. Tem lugar que ficam falando do demônio e não sei o que. Mas a Bíblia a gente não vai querer não escutar. É a palavra de Deus.*

*E você acha que já não precisava de uma escola aqui? Se tivesse uma escola, ia ter bastante criança. Tem uma escola ali pra trás, se tivesse uma aqui não seria bem melhor? Se tivesse uma escola e uma igreja, ia ser bem melhor.*

Percebe-se, portanto, a importância da religião na vida do entrevistado. Não só pela mensagem, a *Palavra de Deus*, que de certa forma o aproxima e o afasta de outros credos, mas pelo sentido de comunidade e pertencimento que a religiosidade outrora o proporcionava, mas que se perdeu com a mudança de endereço:

*Eu fui muito da religião, dava curso, fui presidente de igreja, presidente de time. Hoje não faço mais por causa da minha idade, 68 anos. **E depois você se troca de lugar**, e hoje eu nem sou mais sócio de igreja. Quando eu estava no Porto Belo, eu era da (Paróquia) São Rafael, mas eu saí de lá e agora eu vou só no domingo na missa. Eu gosto de rezar.*

Sobre eventuais deslocamentos para outras regiões da cidade, Guilherme conta que só ocorrem em alguma excepcionalidade:

*Antes eu saía pra trabalhar. Eu gostava muito do centro, ia muito no centro. Levar dinheiro, ir no banco, me virava. Mas agora eu me aposentei, pego um salário (mínimo) e pronto. Eu nem me interessava tanto de dinheiro.*

*Esses dias eu fui com um amigo porque ele ia buscar dinheiro ali no (bairro) Portão. Antes de chegar no Portão. Perto daquela coisa que faz farinha, perto do cemitério, ali tem dois bancos.*

Interessante notar que a ida a uma região mais central, mesmo que distante apenas alguns quilômetros da ocupação, parece não ser justificável senão por uma questão prática, como acompanhar um amigo para ir ao banco. Ou ainda, o deslocamento parece atrelado alguma atividade laboral, produtiva. Na ausência de um ofício, para Guilherme, parece não haver porque se deslocar.

Não se trata, portanto, de uma questão financeira, já que o entrevistado conta que tem cartão transporte gratuito para idosos. Tampouco desconhecimento dos trajetos, ou desconforto com a distância física. Perguntado se acha longe, responde que não, mesmo que sejam necessários três ônibus e duas trocas em terminais para chegar ao centro da cidade:

*Não, no máximo uma hora. Pega o ônibus aqui, vai até o Caiuá, do Caiuá pro Fazendinha, do Fazendinha daí pega o direto pro Centro. Ali pra (Praça) Rui Barbosa, é sempre ali que se apeia.*

Por fim, perguntado sobre as perspectivas de moradia no futuro, Guilherme reflete sobre morar em um bairro mais central, mas se resigna por sua condição financeira e pelo histórico de seus percursos: *pra morar (no centro) seria uma boa, mas não dá pra gente querer, né? Porque o que eu tenho é aqui.*

Sendo assim, o entrevistado reforça o apreço pelo local, refletindo novamente seu bom trânsito na comunidade por saber respeitar as dinâmicas de convivência.

*Mas eu gosto de morar aqui, eu não sou encrunqueiro. Acho que eu vou comprar essa casa (aponta). Ele (o morador) me pediu 20 mil (reais). O meu piá mora na Argentina e disse que vai me trazer o dinheiro.*

Conclui relatando que pensa em melhorar sua condição de vida. Pretende comprar, informalmente, com ajuda financeira do filho, uma casa maior e mais bem-acabada, na mesma ocupação:

#### **4.2.3 Irineu: “sou mais das coisas espirituais”**

*Venha aqui que eu vou te apresentar o Irineu*, disse Guilherme. Após a apresentação e outras conversas, no encontro seguinte, Irineu, viúvo de 88 anos de idade, relatou um extenso percurso habitacional até encontrar sua moradia atual na ocupação Dona Cida. Ali ele reside há pouco mais de um ano e meio, junto a um filho, uma filha, uma neta e cinco bisnetos:

*(Moro com) um casal de filhos e bastante netos e bisnetos. Não tem ninguém de genro nem nada. A minha neta é mãe de cinco filhos, é separada há muito tempo, morreu o marido dela. Moro eu, um casal de filhos e a filha dela, que tem 5 filhos. Nós somos em 9 na casa.*

Entre suas idas e vindas pelo Paraná, destacam-se como motivos das mudanças os arranjos e rearranjos familiares:

*Vim de Maringá. Deixa eu te contar certo: de Francisco Beltrão vim pra Curitiba, de Curitiba pra Maringá e de Maringá vim pra cá. Morei três, quatro anos lá (em Maringá). Fui porque eu tinha uma filha lá, mas minha filha faleceu, aí eu vim pra cá. Porque já tinha outros filhos pra cá.*

Ao chegar em Curitiba pela última vez, com o intuito de se reunir com parte da família, a comunidade Dona Cida não fora sua primeira opção de moradia. O objetivo primeiro era adquirir um terreno de um sobrinho para construir uma casa num bairro próximo, São Miguel, mas, com o negócio frustrado, percorreu a região e encontrou uma casa à venda, informalmente, na ocupação.

*Tem umas moradias pro lado de cima ali, perto daquele gramadão lá (no bairro São Miguel, próximo à CIC), aí os terrenos ali são do meu sobrinho. Vim pra ali pra comprar mesmo, eu tinha dez mil (reais) e dei pra ele, mas depois não sei porque não se acertamos muito bem, mas não fizemos encrenca nem nada, aí me surgiu essa casinha aqui por 15 (mil reais). E lá eu ia pagar uns 40 (mil reais, para construir) mais ou menos. Aí comprei aqui.*

Logo em seguida, Irineu se lembra que o motivo do negócio frustrado foi uma desavença familiar, mostrando como as relações entre parentes acabam sendo muitas vezes determinantes para o estabelecimento da moradia – seja para se aproximar, seja para se afastar:

*Ah, lembrei. Não deu certo porque a mulher dele é muito xarope, muito 'cri-cri' e daí nós não quisemos mais (morar) lá (perto deles). Ela devolveu o dinheiro, os dez mil.*

Porém, antes de encontrar essa casa – a qual terminou de pagar em parcelas, sem contrato, houve também um período em que a família recorreu ao aluguel. Para uma família extensa, cujos rendimentos não ultrapassam dois salários mínimos (um da aposentadoria de Irineu, e outro da aposentadoria, *por doença*, de seu filho), o valor para a locação era significativamente oneroso:

*Eu tava morando lá embaixo, perto de onde tem aquele colégio. Eu parava num sobrado lá, pagava 750 contos de aluguel. Daí que surgiu essa casinha pra comprar aqui. Parecia tão caro, mas 15 mil não é tão caro, já paguei tudo, graças a Deus e estou muito feliz aqui. Nem que me dessem 50 (mil reais) eu não ia querer vender aqui.*

O motivo pelo apreço à *morada nova* está relacionado principalmente às relações pessoais que Irineu estabelece na comunidade. O entrevistado declara grande entusiasmo pelas relações de urbanidade, embora também demonstre certa reserva para aprofundar laços de afeição:

*Tudo é bom aqui, as pessoas. Gosto de fazer amizade com todo mundo, gosto de conversar, não tem embaraço.*

*A gente não tem uma correlação tão grande com o povo, é você pra lá, eu pra cá, 'bom dia, boa tarde, tudo bem'? Mas até tenho bastante amigo por aqui, sabe? **Cada um no seu canto, tem que ser assim.** Não pode*

*ter uma amizade tão grande assim. A gente não sai pra lado nenhum, é cada um na sua casa.*

Esse limiar entre a cordialidade e recato é recorrente na fala de Irineu. Perguntado como descreveria um bom local para se morar, ele se remete à ocupação Dona Cida. E justifica pela possibilidade de ter relações de civilidade, e ao mesmo tempo manter-se apartado de tudo aquilo que considera negativo – bar, jogo, bebida alcóolica, fumo:

*Aqui eu gosto muito. Porque se tem um bar ali ou um baile aqui eu deixo eles lá. Eu não frequento nada disso não. Só se tiver alguma reunião religiosa, alguma coisa assim. **Eu sou mais das coisas espirituais.***

*Eu gosto de morar em lugar assim que a gente tem uma liberdade, que a gente conversa com todo mundo, vai aqui vai ali, ou não vai em lugar nenhum.*

Mesmo questionado quanto a eventuais adversidades de se morar na ocupação, Irineu reforça o caráter positivo das relações interpessoais e de sua reserva, reafirmando sua identidade e seus valores atrelados à religião:

*Não, não tem nada. Eu não posso falar de nada, nada, nada porque o senhor sabe, eu não frequento bar, eu fico só dentro da minha casa, venho aqui (na praça em construção, em frente à sua casa)... **Amizade eu tenho por aí, mas eles lá e eu cá.** Porque tem que ser assim: eu não bebo, eu não fumo, eu não jogo. Eu sou, como diz o outro, eu sou crente, né? Crente é aquele que crê em Deus de verdade.*

A religião aparece como elemento fundamental da constituição da subjetividade de Irineu. A crença é um fator preponderante nas relações sociais e familiares do entrevistado. Também influencia suas rotinas, atividades diárias:

*Graças ao nosso bom Deus, na minha família todo mundo sabe respeitar, conhece o dever. E na minha família geralmente nós somos religiosos. Eu sou adventista do 7º dia.*

*Eu tenho uns irmãos adventistas também (irmãos de igreja, como se refere aos vizinhos que professam da mesma fé), gente boa. Todo mundo é gente boa, mas os adventistas nem se fala, porque é da mesma Igreja.*

*Eu estou quase sempre o dia inteiro com a bíblia na mão, procurando me entender bem com as palavras de Jesus Cristo. Meu maior prazer é estar com a palavra de Deus, aprendendo mais e mais.*

Perguntado sobre outros espaços, outros acessos e sobre a relação com áreas centrais da cidade, Irineu demonstra seu entendimento de que o centro (que ele chama de *a cidade*) é lugar do trabalho e que, agora aposentado, esta realidade não faz mais parte de seu cotidiano. Por isso não sente falta nem saudades, e não tem vontade de morar em área mais central. Afinal, quer morar em um local que represente o sossego.

Relatou não sair da região da ocupação para passear, nem para fazer compras, ou frequentar espaços públicos e privados. Ao pensar no centro, remete-se inclusive a espaços urbanos de outras cidades, invariavelmente associando-os a atividades profissionais:

*Nós não vamos quase pra cidade. Ninguém trabalha. Eu sou aposentado e meu filho também é aposentado, por doença. Então nós vivemos assim, com dois salários.*

*Eu conheço o centro de Curitiba como a palma da minha mão. Porque faz 40 anos que eu vim pra cá. Eu dei muito duro nessa Curitiba. Eu sou pintor, eu trabalhei por tudo que foi lugar nessa Curitiba. Fizemos alguma obra em São Paulo também (por empreitada). Conhece a praça da Sé? A gente fazia acampamento ali e fazia pintura de prédios.*

Por fim, destaca-se que, para Irineu, os fatores ligados à qualidade de vida, ao bem-estar que é atravessado pela situação habitacional, estão predominantemente associados a questões imateriais: *respeito, educação, amizades*. Sendo assim, relata que sempre viveu com qualidade, porque o que tornaria estes ambientes positivos seria a atitude individual em relação aos mesmos. *Graças a Deus, eu sempre encontrei* (lugares para se viver bem) **e a gente que faz**.

#### **4.2.4 Vera: “tudo é um começo, a gente vai melhorar”**

Vera veio do estado do Pará para a cidade de Curitiba há 12 anos. Morou na CIC (nas proximidades de uma região conhecida como Praça 3), depois nos bairros Hauer e Novo Mundo, sempre pagando aluguel, até que se instalou na comunidade Dona Cida em setembro de 2017. Ela tem 42 anos de idade e reside com seu filho de 15 anos.

A entrevistada relata que conheceu a região há aproximadamente cinco anos. Já estava interessada em se desvencilhar da obrigação com o aluguel, que sempre representou um grande sacrifício no orçamento doméstico. Contudo, conta que, na época, com dois filhos pequenos, não teve coragem para ocupar no princípio, dada a precariedade de infraestrutura no local e o medo da violência urbana relatada pela mídia:

*Eu antes de conhecer a Dona Cida eu já conhecia lá embaixo, a (Nova) Primavera. A primeira vez que eu cheguei lá eram só barracões de lona, sem luz e sem água, e os matos que eles estavam entrando, aí eu falei: não tenho coragem. Eu já estava separada, só morava eu com os meus dois filhos, lá no CIC, na Praça 3, de aluguel. Disseram que ia ser bom, mas com meus filhos pequenos, não deu.*

*Aí passou uns dois anos, voltei, mas por ser beco e aparecia muita coisa na televisão, ainda não era pra mim, eu ainda dava conta de pagar aluguel.*

Sendo assim, a mudança para a ocupação Dona Cida só se deu há pouco mais de um ano e três meses, quando a situação do aluguel ficou insustentável. Além disso, a comunidade estava mais estruturada, o único filho que ainda residia com ela (a filha mais velha foi morar com o pai dela, seu ex-companheiro, no Pará) já havia crescido e, mesmo hesitante, a apoiou.

*Aí quando passou uns 5 anos, eu morava no (bairro) Novo mundo, aí conheci um rapaz que o pai dele morava aqui. Eu estava com dificuldade, pagava 600 reais de aluguel, 100 de água e 120 de luz, e o salário era pouco. Aí ele falou: vou falar com meu pai pra ver se ele consegue um terreno lá onde ele está morando, lá mudou muito.*

*Ele achou esse (terreno) que o rapaz (antigo morador) queria se desfazer e me indicou, tinha só um barraquinho. Aí eu fui conversar com meu filho – eu não tava mais com a minha filha, ela já tinha ido morar com o pai dela no Pará. E aí eu falei: filho, tem um terreno lá na **invasão**, o que você acha? ‘Ah, mãe, eu não sei, o que a senhora acha?’ **Olha, filho, a gente tá passando muita necessidade por causa do aluguel**, não acha aluguel menos de 600 reais.*

*Aí ele (o filho) veio olhar e falou: ‘nossa, mãe, não tem nada’. E eu falei: ‘pois é, a gente vai ter que fazer um barraquinho. Vamos tentar, se não der certo a gente vai embora’. Ele chorou bastante, mas me apoiou.*

A decisão pela mudança, portanto, ocorreu após muito refletir sobre as circunstâncias que enfrentaria, tanto objetivas, como a distância para o trabalho, quanto o peso subjetivo de se viver numa área de *invasão*. Vera sabia que as condições de infraestrutura urbana eram melhores no bairro em que morava anteriormente, mas a dificuldade com o pagamento de aluguel e tarifas públicas acabou se configurando como fator preponderante para a decisão: *Eu não estava dando conta de pagar o aluguel, então encaramos essa, nós dois – contou.*

*A gente tinha uma vida, a gente morava no (bairro) Novo Mundo, do lado do meu trabalho, numa rua de condomínio fechado, então a gente tinha uma estrutura de vida bem boa.. **pra gente estar aqui agora, né?***

Ao chegarem na ocupação, a moradia que conseguiram era o que Vera chamou de uma *peça*, *pecinha* ou *barraquinho* – denominações que designam uma casa pequena, sem divisórias entre cômodos, sem instalações hidráulicas. A mudança nas condições de vida foi muito marcante para Vera e seu filho, cheia de dúvidas e emoções. Ao se deparar com a falta de água, luz e de banheiro em casa, foi necessário *ser forte*. Nas palavras de Vera: *Não tinha água nem luz, nem banheiro, na primeira noite ele chorou muito e eu tinha que ser forte pra não chorar na frente dele.*

Se o momento foi de preocupação, não foi, contudo, de desânimo. As primeiras soluções para melhoria das condições de habitação vieram da ajuda de vizinhos, que contribuíram para levar água e luz ao *barraquinho*. Além disso, Vera sempre teve a convicção de que iria, aos poucos, economizando o dinheiro que deixou de pagar aluguel para ampliar a casa, torná-la mais confortável.

*Eu falei: ‘filho, **tudo é um começo a gente vai melhorar**’. Aí no outro dia o vizinho emprestou a luz, depois cada um dava um pouco de água, até que puxaram água e luz pra mim, um amigo me deu os fios. E aí fui trabalhando e fazendo.*

E Vera percebe efetivamente que houve avanços em suas condições de moradia. Conseguiu construir mais duas peças (cômodos), cozinha e banheiro, e, segundo ela, *foi se ajustando*. A entrevistada assume que gostaria de ter uma

cozinha mais equipada, uma televisão melhor, mais espaços funcionais e de lazer em casa, mas relata que *é feliz com o pouco que tem*.

*Eu vivo bem com o pouco que eu tenho, mas eu queria uma televisão boa, uma cozinha maravilhosa. Eu queria ter um fogão melhor, uma geladeira melhor. Eu amo coisas de cozinha, eu queria um jogo de cozinha maravilhoso. Qual mulher que não quer? Eu queria ter uma churrasqueira lá atrás na minha área, a minha lavanderia. Mas o pouquinho que eu tenho eu estou feliz.*

Tal contentamento não faz com que Vera ignore os problemas estruturais da ocupação. Para ela, água, luz e saneamento são as condições básicas *para se morar com dignidade e honestidade*. Esta definição é muito significativa, pois evidencia a recorrente associação que se faz, em sociedade, entre pobreza, falta de condições básicas de sobrevivência e falta de honestidade, ou caráter.

Em relação à energia elétrica, Vera reconhece que é um problema constante. As instalações são feitas pelos próprios moradores, sem apoio ou anuência dos órgãos públicos. Como se, por ser uma invasão, as pessoas que ali residem não pudessem ser providas desta necessidade básica. Desta forma, há queda de energia constantemente, e mesmo em dias de funcionamento normal, não é o suficiente para utilizar eletrodomésticos como televisão e geladeira.

A água, cujos encanamentos também foram providenciados pelos moradores, mas em parceria com o poder público, *raramente* falta. Mas o principal problema, para Vera, é a falta de saneamento. As famílias nem sempre têm dinheiro para esvaziar as fossas e não há nenhuma ação governamental para solucionar a questão. Sendo assim, é comum deparar-se com *esgoto aberto*, principalmente nas ocupações Nova Primavera e 29 de março, o que incomoda e causa repulsa em Vera.

*O que eu acho difícil aqui é a nossa luz. Ela cai o tempo todo, desliga tudo, não dá pra ver televisão, aí a gente tem que esperar umas horas pra ver se volta. A água é boa, desde que eu cheguei aqui, é muito raro faltar. Mas o problema é a luz, por ser uma área invadida, nós não temos uma central. Minha geladeira eu não consigo ligar, porque a luz é muito fraca. E o saneamento é tudo. Você anda, fossa do vizinho aberta, o esgoto do vizinho passando na frente da sua casa. Na Dona Cida nós não temos isso, nós somos organizados, mas tem hora que a fossa enche, e pra desentupir custa 250 reais. Mas pro lado de lá você anda e o esgoto aberto e as crianças passando.*

Outro problema identificado por Vera diz respeito à oferta de serviços públicos, tal como a qualidade da educação desenvolvida nas escolas da região. Novamente, Vera considera a condição de moradia em *invasão* como determinante para piores condições de estudo. Por isso, mantém o filho estudando próximo à casa em que morava anteriormente, em uma região mais urbanizada, pois considera a escola melhor.

*O meu filho, por eu achar que a escola dele é uma escola boa, ele está desde o 4º ano, aí agora ele terminou o 9º ano e eu não quis trazer ele pra cá. Porque eu acho que por nós morarmos numa área invadida,*



**os nossos estudos é totalmente diferente.** Então ele entrou numa escola boa, que é o Papa (Escola Municipal Papa João XXIII) atrás do shopping Total, no Portão. Ele vai todos os dias, pega o ônibus 5h30 da manhã, que passa praticamente aqui na frente.

Esta escolha tem, pelo menos, dois impactos. O primeiro relacionado aos deslocamentos. O filho de Vera precisa sair de casa antes das 5h30 da manhã para chegar em tempo à escola. E o segundo refere-se a certo manejo que ele acaba lançando mão para não se sentir estigmatizado:

*Ele falou: 'na escola ninguém sabe que eu moro na favela. O pessoal ainda acha que eu moro no (bairro) Novo Mundo'. Porque eles têm uma visão de pobre muito miserável, eles acham que quem mora na favela é miserável.*

Para além dos problemas, Vera identifica virtudes na comunidade Dona Cida, principalmente no que tange ao relacionamento com os vizinhos. Ela destaca um episódio em que a solidariedade a salvou de uma emergência médica, mas também reconhece o companheirismo em situações do cotidiano. Essa característica de proximidade, de ajuda mútua, é definida por Vera como um sentimento de *família*, de *povão* – designação das classes populares, pessoas de menor poder aquisitivo, muitas vezes com menor grau de instrução formal, mas que compartilham uma identidade como sujeito coletivo, com vontades e ações políticas legítimas (PEREIRA, 2011).

*Eu gosto de morar aqui porque é muito povão. Eu tive um começo de infarto aqui sozinha. Passei mal, meu filho quando chegou não sabia o que fazer, na mesma hora os vizinhos pegaram um carro e me levaram pro hospital. Eu fiquei entubada e tudo. O médico falou que se não tivessem me levado rápido eu tinha morrido.*

**O povo aqui é muito família, não interessa se a gente discute, a gente briga por qualquer coisa, mas nessas horas é que a gente vê. Meu filho ficava muito sozinho, porque eu trabalhava à noite, e sempre tinha gente de olho nele pra mim. Então a gente tem essa relação de vizinho muito família. Todo mundo acode um ao outro, todo mundo tá sempre muito perto um do outro.**

Este sentimento faz com que Vera se sinta segura na ocupação, mesmo reconhecendo a presença do narcotráfico – e referindo-se aos traficantes como *as pessoas ruins*. Ela evidencia um acordo tácito de convivência, que encara com naturalidade: basta não incomodar a operacionalização das atividades ilícitas, que não será ameaçada. Para a entrevistada, trata-se de uma condição de *respeito*:

*Tem pessoas ruins aqui? Tem, mas você sabendo respeitar todo mundo, você convive bem. Mas a partir do momento que você expõe o teu lado ruim de não aceitar certas coisas, fica difícil conviver em qualquer lugar que você esteja.*

*Aqui é até mais seguro (do que em outros lugares nos quais já residiu). Não vem uma pessoa aqui te oferecer um pino (de cocaína), um cigarro de maconha, como vinham lá na Praça 3. Mesmo que tenha gente que*

*vende e que usa, mas não usa no bar, na frente de todo mundo, tem respeito.*

Outro fator de destaque na conversa com Vera é referente a sua mobilidade. A entrevistada reconhece que boa parte das pessoas que residem na comunidade não acessam outras regiões da cidade (e nem de outras cidades), restringem seus trajetos aos arredores das ocupações. “*Muita gente daqui **de dentro** não vai no centro, muita gente que não sabe o que é um shopping*”, relata.

Vera considera esse retraimento como certo comodismo. Cita como exemplo pessoas que se contentam em utilizar como espaço de lazer as cavas de um rio próximo, *como se estivessem indo pra praia*. Interessante que, embora tenha reconhecido que *está feliz com o pouco que têm* em relação a sua casa, quando se trata dos acessos à cidade, ela considera esse contentamento de forma pejorativa. Vera faz questão de continuar frequentando espaços públicos e privados da cidade – como parques, praças, shoppings, e também de manter viagens ao litoral dentro de suas perspectivas. Ressalta que, como já teve outras experiências de acessos, *quer um pouco mais*.

*Tem gente que mora aqui e vai pro Passaúna como se tivesse indo descer pra praia. Tem um lado que dizem que é bonito, mas o acesso é mais difícil. Mas do lado de cá é só um riozão e o povo vai aqui na beira. O povo vai andando aqui pra baixo se banhar, faz comida, como se estivesse indo pra praia. E como eu já fui pra praia com meu filho, passar Réveillon, então pra mim já não me interessa. Nem deixo meu filho, porque tem muita cava, e a gente não sabe nadar. **E eles ficam felizes com isso, com pouquinho. Mas quando a gente conhece um pouco mais lá fora, a gente quer um pouco mais.** Eu queria ter tido condições de passar esse final de ano na praia, mas não tive.*

A entrevistada conta que, no que tange aos acessos a outras regiões da cidade, *a vida não mudou* desde que passou a morar na ocupação, *continua do mesmo jeito*. *A gente não deixou de viver **o mundo lá de fora***. Mesmo assim, fica evidente na sua fala a noção de que a cidade é *lá fora*, como se houvesse uma divisória imaterial entre a ocupação e as áreas urbanizadas. A mesma distinção se aplica às pessoas: Vera classifica *o povo lá de fora*, de *classe alta*, como *outros tipos de pessoas*.

*Eu tenho convivência **com outros tipos de pessoas**. Eu tenho clientes que são de classe alta, eu trabalho fazendo diária porque agora estou desempregada, então não perdi o contato com ninguém. Nossa vida só mudou devido à situação financeira, mas contato com o povo **lá fora** a gente tem.*

Há quatro meses, Vera foi demitida da empresa onde trabalhava. Agora, presta serviços esporádicos como diarista, mas considera-se desempregada, não reconhece o trabalho doméstico como uma profissão. Sendo assim,

reconhece que as atividades de lazer estão mais escassas, devido a situação financeira.

Para superar esse momento, conta que pretende retomar os estudos na área da educação infantil – Vera concluiu o ensino médio na modalidade do magistério, mas conta que não teve oportunidade de cursar o ensino superior por falta de dinheiro. Agora, procura bolsas de estudo para que possa fazer graduação em pedagogia: *Eu quero estudar à noite, fazer alguma coisa que venha a me agregar na minha área* – declara.

Em relação aos planos para moradia, não considera a possibilidade de voltar a residir em área central. Diz que sua intenção seria construir uma casa melhor na Dona Cida, pois não considera um local de difícil acesso. Além disso, vislumbra a possibilidade de regularização da área, que deixaria de ser uma invasão, acreditando na ideia de que *o progresso chega e muda tudo*.

*Eu gostaria muito de regularizar a gente aqui, construir uma casa melhor aqui. Aqui a gente não está longe do centro. Daqui você sai em 20 min e você está no (bairro) Portão, no (bairro) Capão Raso. Eu ando a pé aqui e já está na BR.*

***Hoje é uma invasão, mas tudo muda, o progresso chega.*** *Eu gostaria de ficar aqui.*

A ideia de regularização passa por uma compreensão de Vera quanto à relação entre propriedade e direito à habitação. Ela relata que, pelo fato da área estar há muito tempo sem uso, mesmo sendo de propriedade privada, poderia haver um acordo para regularização, mesmo que mediante algum pagamento. Ainda, considera a permanência na ocupação melhor do que as “soluções” habitacionais que já foram oferecidas pelo governo, não a atrai a opção de um longo financiamento para obter um imóvel padronizado que não condiz com suas aspirações.

*Eu sei que esta área tem dono, mas ela já estava desocupada há muitos anos. Então eu gostaria que de alguma forma a gente entrasse em acordo, pagasse.*

*Porque se eu entro no Minha Casa Minha Vida eu vou passar 35 anos, 40 anos pagando um terreno menor do que o meu e uma casinha pequena. E aqui eu vou fazer do meu jeito, do jeito que eu quero. Meu filho quer um quarto e eu vou fazer.*

Por fim, uma vez que identificou diferenças entre a cidade *aqui dentro* (das ocupações) e *lá fora* (em áreas urbanizadas), Vera partilhou algumas explicações para o fenômeno da desigualdade. Por um lado, ela constata a disparidade nas oportunidades e a dificuldade para pessoas com mais baixa renda superarem a situação de pobreza. Nesse sentido, reconhece inclusive que, dentro da ocupação, existem pessoas mais pobres do que ela, que enfrentam até necessidades alimentares.

*Acho que umas pessoas têm oportunidade e outras não. Tem pessoas que nunca estudaram na vida, são catadores (de material reciclável).*

*Como é que vão morar numa casa, num bairro caro? Como é que vai juntar dinheiro? Trabalham a vida inteira com reciclagem, ganham pouco, o pouco que ganham gastam pra manter as crianças na escola. Tem gente que vive de doação. Meu filho se assustou muito, ele falou: Meu Deus, mãe, como tem gente pobre! **Nós somos pobres, mas tem gente mais pobre que a gente!** Ele veio conhecer essa realidade morando aqui. Um vizinho não tem um ovo, um vizinho não tem um café. Ele se espantou com isso.*

Contudo, por outro lado, a entrevistada também atribui parte da responsabilidade pela desigualdade às próprias pessoas empobrecidas. Nesse sentido, traz à tona uma ideia de que as pessoas têm que correr atrás das oportunidades, estudar, têm que *querer*, não se contentar com pouco.

*Então eu acho que há essa diferença não só por conta do governo, mas por conta do ser humano em si. **Porque tem muito ser humano que não está nem aí, nunca quis estudar. E hoje em dia, sem estudo, infelizmente a gente não é nada**, eu sempre falo pro meu filho. Tem gente que é feliz ganhando um salário mínimo: ‘nossa, eu tenho um salário’. Mas **a vida lá fora é totalmente diferente**. Tem gente aqui que não conhece a realidade, o que é o mundo lá fora, não conhece um shopping. Então eu acho que **a diferença das classes sociais não é só por conta do governo, mas também por conta do próprio ser humano que não se esforça em conhecer, estudar, se informar**. Às vezes as pessoas culpam só o governo, mas às vezes **as pessoas se ajudam por si só**. Às vezes tem mil e uma oportunidades pra ser uma pessoa melhor, mas se o ser humano não quer, aí a culpa não é só do governo, **você tem que querer**.*

Mesmo reconhecendo a existência de classes sociais e da desigualdade entre elas, atribui maior responsabilidade ao indivíduo do que ao governo na promoção de melhores condições de vida.

#### 4.2.5 Ingrid: “poderia estar em outro lugar, mas larguei mão”

Ingrid, de 32 anos, morava em Formosa, Goiás, até dois anos atrás, quando veio para Curitiba atrás de parentes – se desvencilhou da família adotiva e lançou-se à procura de sua *família de sangue*. Conta que um de seus irmãos já morava na ocupação 29 de março, e *arrumou uma casinha* para ela na comunidade. Ela mora com uma filha e dois filhos, a mais velha com oito, o segundo com seis e o terceiro com um ano de idade.

*Eu morava em Formosa, Goiás, a 90 km de Brasília. Eu vim pra cá pra morar com a minha família. Quer dizer, eu tenho duas famílias. Em Goiás, eu morava com a minha família que me adotou, e aí eu vim pra cá atrás da minha família de sangue, que eu não conhecia. Descobri eles, nos encontramos, nos conhecemos e aí um dos meus irmãos morava aqui na 29 e me falou: “venha morar aqui, tem umas casinhas baratas pra você comprar”. Aí eu mandei o dinheiro pra ele e ele arrumou pra mim aqui. Faz dois anos.*

A entrevistada relata gostar de morar na comunidade devido à tranquilidade que o local proporciona e o fácil acesso à escola para seus filhos mais velhos. Contemporiza as carências, como a falta de infraestrutura (saneamento básico, água e luz adequados) e da oferta de serviços públicos (em especial creches) considerando *que todo lugar tem suas dificuldades*. Ela resgata outras experiências de habitação em *lugares bem próximos ao centro da cidade* para afirmar que não sente grande diferença entre morar em *um lugar mais afastado*.

*Eu gosto de morar aqui, é um lugar bem tranquilo de viver. **Tem as dificuldades, que acredito que em todo lugar tenha.** Tem fácil acesso pra escola das minhas crianças.*

*Porque eu não vejo muita diferença em morar aqui e em outro lugar. Eu já morei em vários lugares, lá em Goiás **eu morei em lugares bem próximos ao centro da cidade e pra mim não tem muita diferença em relação a lugar mais afastado.** Em relação à educação, essas coisas, a gente não tem muita diferença.*

Vale ressaltar que, mesmo dizendo não sentir diferença entre os locais de moradia, atualmente a região da ocupação 29 de março em que Ingrid reside está sem luz elétrica, sem água encanada e ela relata que está sem banheiro em casa. O local sofreu com um incêndio há cerca de dois meses, e ainda não se recuperou dos estragos. Ainda que reconheça essas carências, mostra-se satisfeita em *ter uma cama dormir*, já que acredita que demais condições de conforto vão sendo conquistadas com o tempo, aos poucos:

*Saneamento básico, água e luz, a gente sente bastante falta. Eu acredito que é isso, porque **conforto a gente faz.** Tendo uma cama pra dormir já está bom, **conforto a gente vai conquistando aos poucos.** Mas o essencial é água, luz, saneamento básico, um banheiro, que a gente está sem no momento.*

Desempregada e tendo como fonte de subsistência recursos de programa federal de transferência de renda, o Programa Bolsa Família, Ingrid conta que não tem condições de procurar trabalho porque não tem quem cuide de seu filho pequeno – não há vaga em centro de educação infantil e não se sente à vontade para deixá-lo com nenhum familiar ou amigo. Mesmo assim, acredita que o problema das creches não seja uma exclusividade da região das ocupações, mas sim um problema *geral*.

*Tem um pouco mais de dificuldade é creche. Meu filho mais novo tem um ano e nove meses e está há um ano e quatro meses na fila de espera e não saiu vaga. **Mas eu acredito também que não seja só aqui, que seja geral essa coisa de vaga em creche.** Aí eu não posso sair trabalhar, porque não posso pedir pra ninguém ficar com ele todo dia, o dia todo, é muito compromisso. **Mas a única dificuldade é isso mesmo.***

Perguntada sobre deslocamentos para áreas centrais da cidade, a entrevistada conta que o acesso é muito raro. Justifica pelo fato de estar desempregada, demonstrando associar o centro ao trabalho, produtividade, funcionalidade. Sua mobilidade para fora das ocupações restringe-se ao Sítio

Cercado, bairro popular de Curitiba, onde vai com os filhos ocasionalmente para visitar parentes.

*Na verdade, a gente não vai (para áreas mais centrais da cidade). Eu estou desempregada, e só moro eu e meus três filhos. O local que a gente vai que a gente sai daqui pra ir é só no Sítio Cercado, que a gente tem parente. Então pro centro mesmo só se tiver que resolver alguma coisa, mas é muito raro.*

Sendo assim, Ingrid relata não ter aspirações específicas para residir em áreas mais centrais. Ela menciona que seu ideal de moradia está relacionado à propriedade: deseja uma casa que seja *sua*, reconhecida legalmente, não importa em qual lugar da cidade esteja localizada. Ainda, o que considera importante para que tenha qualidade de vida em seu local de moradia é a oferta de serviços públicos, como educação, saúde e segurança pública. Cumprindo com esses requisitos básicos, não faz distinção entre regiões da cidade:

*Na verdade, onde eu queria morar é num lugar que fosse meu. Sendo meu, pode ser em qualquer lugar. Educação, saúde e segurança são as coisas que eu considero prioridade em todos os lugares.*

Questionada quanto aos motivos pelos quais está residindo em uma área de ocupação, e convidada a refletir sobre as disparidades nos acessos às melhores condições de vida, Ingrid percebe a situação de injustiça social que é marcante no Brasil, creditando responsabilidade ao governo pela falta de ações contundentes na reparação das desigualdades. Ela verifica que, em sua experiência de beneficiária de programas sociais, como o programa de transferência de renda, tão questionado socialmente, as medidas governamentais não são suficientes para a promoção de melhor qualidade de vida à população. Nesse sentido, admite que, nesta sociedade, as pessoas nascem com diferentes condições e oportunidades.

*Eu acho que há muita injustiça. **Há muita injustiça no nosso país.** Dizem que há muitos programas, mas quem recebe, quem é beneficiário, vê que não é bem a realidade, né? **Falta uma organização do governo, porque a gente vê mesmo essa desigualdade social muito grande.** Tem pessoas que já nasceram com condições boas e outras que não tiveram oportunidades.*

Contudo, Ingrid também presume que há responsabilidades individuais na conquista de melhores condições de vida. Ela fala em *falta de interesse, não aproveitar as oportunidades, fazer seu destino* por conta própria e, portanto, relativiza a *culpa do governo* frente às injustiças sociais. Compreende que a educação formal é um caminho importante para a profissionalização e acesso ao mercado de trabalho.

*Algumas pessoas a gente acredita também que seja **falta de interesse mesmo, eu falo por mim.** Eu comecei a fazer duas faculdades, mas não terminei nenhuma das duas. Talvez se eu tivesse terminado, eu não estaria aqui, estaria num lugar melhor, porque teria a minha profissão e estaria trabalhando, as condições seriam melhores. Então a gente também não pode pôr a culpa totalmente no governo, **algumas pessoas fazem seu destino**, por assim dizer. Eu penso dessa forma. Porque eu*

*acho que oportunidade de educação, de se profissionalizar, a gente tem. Tem faculdades públicas, eu fiz faculdade pública em Goiás, mas as vezes é falta de interesse mesmo. Mas é lógico, **a gente sabe que a maioria das pessoas que mora num lugar assim realmente precisam. Mas no meu caso, eu poderia estar em outro lugar, mas não estou porque eu larguei mão.** Hoje eu poderia estar melhor. Mas nasceu minha filha e aí eu tive essa dificuldade.*

Nesse sentido, nota-se que Ingrid revê sua própria história e, mesmo tendo o nascimento da primeira filha – e a falta de condições para conciliar a maternidade e os estudos, como razão para interromper a graduação, ela se culpa por não ter concluído. Afinal, segundo ela, a *profissionalização* contribuiria para que estivesse, atualmente, em uma situação melhor, tanto no aspecto habitacional quanto em condições de vida no geral.

#### 4.2.6 Gisele: “todos que estamos aqui não estamos por optar”

*Pode falar com ele, viu? É tranquilo* – anuncia Ingrid, ao apresentar Gisele ao entrevistador.

Gisele tem quarenta anos é moradora da ocupação 29 de março há três. Em suas palavras, o que a *trouxe para a ocupação foi o desemprego*. Natural da Bahia, veio para Curitiba justamente para procurar trabalho. Morava de aluguel até que foi demitida por justa causa da empresa em que atuava. Sem renda, foi residir junto à companheira, que já habitava no local.

*O que me trouxe pra ocupação foi o desemprego. Fui mandada embora por justa causa, fiquei sem nada. Como eu conhecia uma moça que já morava aqui há quase três anos, e que é minha companheira hoje, então vim morar aqui com ela.*

Confessa que, à primeira vista, se assustou com o que viu. Era *diferente* de suas experiências habitacionais anteriores, nunca havia habitado uma *favela*, como define. Não havia arruamento bem definido, nem espaço entre as casas, e tinha medo de ser roubada pelas pessoas que ali viviam – uma associação entre pobreza e criminalidade. Dificuldades, que, segundo ela, foram superadas ao perceber a relação de união que se estabelecia na vizinhança.

*Tipo assim, favela. É diferente. Assim que eu cheguei aqui me assustei como era o estilo. Mas com o passar do tempo vi que não tinha o que temer. Tinha união, independente do que fosse.*

Após esse momento inicial de estranhamento, Gisele relata que a vida no local passou a ser *tranquila*, que *nunca teve incômodo*. Novamente destaca a união entre moradores como motivo pelo qual *nunca teve problemas* em residir ali. *Um protege o outro, nunca teve roubo aqui*, relata.

Também considera o acesso ao centro fácil, diz que sempre fazia o trajeto de ônibus para trabalhar. Perguntada sobre eventuais problemas ou dificuldades, chega a dizer que não acha *nada de negativo*.

*la sempre (para o centro) pra trabalhar. É fácil, tem ônibus tanto na Estrada Velha do Barigüi, o ponto final, quanto o Corbélia ali em frente ao CRAS. É bem fácil o acesso sim.*

Contudo, no decorrer da entrevista, Gisele queixa-se de vários fatores referentes ao local das ocupações: a falta de asfalto e o barro que se acumula, a indefinição das ruas e calçadas para pedestres, a proximidade com o lixão que atrai urubus para a região, a falta de esgoto que provoca mau cheiro.

Um fato importante a ser destacado é que a casa em que moravam foi destruída pelo incêndio que devastou o local em dezembro de 2018. Elas continuam residindo na região, mas agora de forma provisória, junto de amigos, enquanto não conseguem levantar recursos para reconstruírem sua casa. Gisele conta, orgulhosa, como investiram na melhoria da casa, demonstrando seu lamento pela destruição.

*Era só uma casinha, então construímos uma casa maior, mais confortável, e hoje só sobrou as cinzas. Era a pior casa da rua, depois virou a melhor casa da rua. E agora está aí só o terreno.*

*Gastamos 17 mil (reais) em três anos de investimento na estrutura. Madeira é muito cara. Fiquei só com as notas fiscais.*

Questionada quanto a sua concepção do que seria um bom lugar para se morar, Gisele aponta para o *respeito e conhecimento* entre os moradores (conhecerem-se uns aos outros). *Respeito ao próximo é a coisa mais importante*, declara. Também preza pelo *conforto e segurança para a família*. Não gosta da ideia de morar em apartamentos, e indica a importância das calçadas para circulação de pedestres:

*Eu gosto de casa. Na minha terra eu fui nascida e criada sempre com casas. Rua calçada, passeio pra pedestre aqui não existe. Eu tive muita dificuldade pra acostumar com isso. Não só a 29 de março, mas o bairro Corbélia também, e Curitiba toda. Se vem um carro a gente se espreme.*

Por sua experiência recente com o incêndio, também menciona a importância do espaço entre as casas. *Se tivesse espaço pros bombeiros passarem, não teria queimado minha casa, e não teria queimado tanta casa*, reflete.

Indagada sobre eventual intenção de habitar região mais central da cidade, Gisele reconhece que gostaria, acha que seria *mais interessante* do que viver em área de ocupação e que todas as pessoas que ali residem compartilhariam desse desejo. Não propriamente de morar no centro de Curitiba – que considera um *grande caos* pela grande concentração (e circulação) de pessoas, automóveis e poluição, mas em bairro mais central, mais urbanizado.

Contudo, se resigna por não ter condições financeiras. Segundo ela, mesmo declarando gostar de residir na 29 de março, ninguém mora numa ocupação por opção, mas por falta de alternativas.

*Acho que não só eu como todos, né? Acho que todos que estamos aqui não estamos por optar, mas por não termos condições financeiras.*



Sendo assim, Gisele tem esperança que a infraestrutura no local melhore em seu processo de reconstrução. Espera que passe a contar com esgoto e que as ruas sejam mais espaçosas, melhor definidas.

*Graças a Deus eu não tenho do que me queixar como era, e espero que volte a ser. E até melhor, porque agora tem ruas. Espaço ainda infelizmente é pouco, mas vai ser diferente pelo fato de ter rua, uma rua principal como essa.*

A última pergunta versou sobre sua compreensão quanto às desigualdades nos acessos à cidade e à habitação. Sintética na resposta, sem conceder maiores desdobramentos, Gisele se dividiu entre dois fatores: a *situação financeira* e o *comodismo*.

*Talvez a situação financeira e outros talvez por comodismo. Uns têm como construir e outros não têm. Hoje eu não tenho condições de comprar um tijolo. Tudo que eu tinha foi investido na casa que se foi. Só ficou de pé o banheiro e as colunas, infelizmente. Estou desempregada, por isso que não tenho como construir.*

Em relação à condição financeira, refere-se ao fato de algumas pessoas *terem condições de construir e outras não*. Logo se remete a suas próprias circunstâncias: sem emprego, sem dinheiro para reconstruir e sentindo profundamente pelas perdas. Já o conformismo diz respeito às pessoas que não têm ambições de melhorar sua condição habitacional, ampliar ou reformar suas casas.

#### **4.2.7 Brenda: “a gente tem vontade de ter uma moradia digna”**

Brenda, 30 anos, mora com o marido e um filho de dez anos na comunidade 29 de março. Provisoriamente, também ocupam a casa sua cunhada e cinco sobrinhos, já que seu irmão está preso e sua família desamparada. A entrevistada conta que criou seu irmão desde que ele tinha nove anos de idade, porque sua mãe os abandonou. *A gente nunca se largou*, revela.

Seu marido trabalha esporadicamente com obras, mas *por enquanto está difícil*, há baixa demanda para seus serviços e o carro com o qual se locomovia para trabalhar, de maneira autônoma, quebrou. Desempregada, Brenda conta que sua principal fonte de renda é o Programa Bolsa Família.

A entrevistada se apresenta como uma das lideranças da comunidade, cujas ações se concentram atualmente na coordenação da reconstrução das casas destruídas pelo fogo, no incêndio que ocorreu no último mês de dezembro. As atividades de mobilização comunitária demandam grande dedicação e esforço de Brenda:

*Agora eu faço parte da coordenação, então meu tempo eu dedico a ajudar aqui na reconstrução, às vezes até sem comer o dia inteiro. Fazem comida na cozinha comunitária, mas às vezes só sobra arroz.*

Em relação a sua trajetória habitacional, Brenda conta que era proprietária de um imóvel no bairro Fazendinha, em Curitiba (bastante próximo à região das ocupações), que foi doado por seu pai. Ela trocou essa casa por um *terreno grande* no município de Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana, a fim de construir uma moradia para ela e outra para seu irmão.

Novamente com ajuda do pai, construíram uma casa de madeira. *Faltava acabamento, mas estava boa*, relata. Contudo, o irmão *não se deu bem por lá*, conta Brenda. Acabou se envolvendo em brigas e recebendo ameaças. Neste contexto, procurando alternativas de moradia em outros lugares, receberam a oferta de permuta por uma casa no bairro Tatuquara. Ao falar deste imóvel, Brenda revela a imagem que tem para si do que seria a moradia ideal:

*A casa era do jeito que eu queria: cerâmica, forrada, com portão, luz, água, tudo certinho. Era chegar e morar.*

Porém, o que parecia um bom negócio não demorou a ruir. Brenda relata que ela e sua família foram vítimas de um golpe, de um *estelionatário*. A casa para qual havia se mudado estava envolvida em dívidas, e não conseguiu reaver sua propriedade em Fazenda Rio Grande. Sendo assim, passaram cerca de um ano residindo em imóveis cedidos. Ela lembra com detalhes do ocorrido:

*Certo dia chegou um engratado lá na porta de casa com papéis. Era oficial de justiça, disse que a gente tinha trinta dias para sair porque a casa estava mais de dez mil endividada. E o nosso terreno lá de Fazenda Rio Grande ele já tinha passado pra frente. Era negócio de estelionatário mesmo.*

Neste período um amigo ofereceu uma alternativa de moradia permanente: *“sei de um lugar pra vocês ficarem, mas não sei se vocês vão querer, porque é uma invasão”*, relata. Sem alternativas, passaram a residir na *peça* doada por este amigo. As condições eram precárias: a construção era malfeita, entrava água e barro. De tão pequeno o espaço, muitos de seus pertences acabaram sendo deixados do lado de fora. Logo na primeira noite, vizinhos os haviam furtado.

*A gente não tinha escolha, e viemos. A nossa casa era uma peça só e a única coisa que tinha boa era um banheiro de material, mas a casa não estava nem terminada. A metade das minhas coisas eu tive que deixar pra fora, sofá, máquina de lavar. No outro dia de manhã já não tinha mais nada, tinham levado tudo.*

Pouco tempo depois, Brenda precisou, mais uma vez, prestar socorro à família do irmão, tornando as condições de habitação ainda mais complicadas.

*Quando deu um mês que estávamos aqui, meu irmão perdeu o serviço, não tinha pra onde ir, e veio pra cá com a mulher e mais cinco filhos. Ficou apertado: o meu banheiro virou cozinha, nem vaso tinha. Então meu irmão correu atrás, conseguiu umas tábuas e montou uma peça ali atrás, onde ele ficou uns 6 meses.*

A situação só foi superada em setembro de 2016, quando o Movimento Popular por Moradia – MPM coordenou a ocupação de uma área próxima para

o que viria a se tornar a comunidade Dona Cida. O irmão de Brenda foi um dos primeiros moradores da nova área, “autorizado” pelas lideranças do movimento:

*Foi aí que saiu a Dona Cida. Aí ele ganhou um terreno lá e foi pra lá. Aí eu consegui aumentar um pouco a minha casa.*

As carências não eram sentidas apenas em relação à casa, mas também na ocupação como um todo. Os maiores problemas eram a falta de luz e água. Isso tornava a rotina muito difícil. Brenda conta que tinha que lavar louça e roupa de madrugada. Outra consequência era o isolamento em relação aos parentes, já que não os visitavam em razão da precariedade habitacional:

*Vimos pra cá não tinha água encanada, a gente tinha que pegar água lá na frente pra lavar roupa. Não tinha luz durante o dia e de noite era fraquinha.*

*E a gente ficava muito triste, porque a maioria dos nossos parentes não vinham na nossa casa por causa da situação da gente. Não por briga nem nada, mas porque não tinha uma água pra servir um café, pra lavar uma louça. Às vezes tinha que acumular louça e esperar de noite pra lavar. Roupa também, só de madrugada.*

Além disso, a disposição das casas, sem arruamento definido, dificultava o convívio com seu sogro, cadeirante:

*Outra parte ruim é que as casas eram coladas. O pai do meu marido veio do norte do Paraná, mas ele é cadeirante. É um polaco enorme. E não conseguia chegar na nossa casa, porque os corredores não passavam uma cadeira de rodas. Então ficamos no bar conversando com ele, porque ele não conseguia chegar na nossa casa.*

Apesar dos problemas, Brenda também enxerga pontos positivos na comunidade em que vive. Um deles é a capacidade de mobilização dos moradores. As melhorias no acesso à água e à luz, mesmo que parciais, foram conquistadas graças aos seus esforços, já que providenciaram as instalações com seus próprios recursos.

Além disso, a entrevista menciona que tem *bons vizinhos*, que ninguém a incomoda e que, portanto, *vive bem*, sente-se livre para transitar na região – mesmo que, pouco antes, tenha relatado que boa parte de seus pertences foram furtados em seu primeiro dia na 29 de março. Neste interim, reconhece que existe tráfico de drogas na área – e criminalidade associada, mas contemporiza o fato dizendo que se trata de uma realidade comum a outros lugares e que há uma convivência harmoniosa com os traficantes.

*A parte boa é que a gente vive bem, ninguém incomoda a gente. Tem gente que acha que tem problema com traficante, mas com a gente nunca teve incômodo nenhum. A gente sai a hora que quer, volta a hora que quer, nunca nos reprimiram. Nossos vizinhos são bons, nunca tivemos incômodo com eles.*

Se a convivência é tranquila no cotidiano, contudo, não se pode dizer que a ocorrência do tráfico não tenha efeitos sobre os moradores das ocupações. Segundo Brenda, as ações criminosas *dos outros* fazem com que pessoas que não residem nas ocupações olhem para a comunidade como um todo, inclusive

as *peessoas de famílias* (aquelas que não tem envolvimento criminal) são *mal vistas*.

Não que se explicita algum julgamento moral acerca da ilegalidade, nem mesmo ao relatar que o irmão está preso suscita-se qualquer comentário pejorativo, mas se reconhece que tais situações *estragam* a imagem da vila:

*A gente é muito mal enxergado por conta dos outros, **de pessoas que estragam a nossa vila aqui**. A TETO que conheceu a gente antes de acontecer tudo isso (o incêndio em dezembro de 2018), que foi a única que vinha aqui antes, conhecia boa parte da gente, eles sabem que aqui a maioria das pessoas, vou dizer, 90%, são **pessoas de família**.*

*Não vou dizer que não tem (pessoas envolvidas com criminalidade, tráfico), tem, **que nem tem em todo lugar**. Só que o que acontece? **O povo julga demais porque, no olhar deles, estamos numa área que não é nossa**.*

De acordo com Brenda, o preconceito não se sustenta apenas pela associação que se faz entre as ocupações e o narcotráfico. O fato dos moradores ocuparem um espaço do qual não são proprietários e não pagarem tarifas públicas também é motivo de discriminação, que chega a prejudica-los na busca por empregos:

*Um dia nós fizemos manifestação na BR e falaram: “ah, não pagam luz, não pagam nada e estão querendo pedir alguma coisa?!” Isso é preconceito!*

*Pra arrumar serviço: eu trabalhei a vida inteira, mas **depois que eu vim morar pra cá, não consegui serviço mais em lugar nenhum**. Porque se eu falar que moro numa comunidade, ou invasão, não te contratam. Eu teria que mentir, mas mesmo assim eu preciso de comprovante de residência, e o CRAS dá o comprovante de residência daqui, então não tem jeito, é complicado.*

A partir de 2018, a moradora identifica uma grande mudança na dinâmica das ocupações, a partir do contato com organizações públicas e privadas que se intensificou neste ano. Antes disso, todas as benfeitorias no local eram provenientes de esforços exclusivos dos moradores. O primeiro episódio neste sentido, segundo Brenda, foi a aproximação com a ong TETO, que estabeleceu uma classificação das famílias mais carentes para beneficiá-las com a construção de novas residências.

A família de Brenda foi uma das contempladas, mas a casa não durou nem seis meses:

*A TETO veio aqui, me entrevistaram, viram sua situação e me deixaram em 3º lugar do ranking, de 28 casas que iam fazer. Fizem minha casa em julho, ficou uma casinha boa, e em dezembro, pegou fogo, perdemos tudo.*

O segundo fato que provocou uma mobilização no local foi a tentativa de ampliação da ocupação que ocorreu no mês de outubro de 2018, com a construção de novas casas em uma área anexa. Brenda conta que houve uma ação enérgica da Guarda Municipal para coibir a expansão da área ocupada.

Este evento gerou protesto de moradores contra a violência policial, interromperam o trânsito em uma rodovia próxima com a queima de pneus, o que causou repercussão na imprensa local. Depois disso, equipes da prefeitura procuraram os moradores para cadastro, mas a entrevistada conta que ninguém foi atendido com qualquer tipo de benefício governamental.

*A gente que se uniu entre os moradores e entre a gente mesmo a gente conseguiu melhorar a nossa causa. Nunca tivemos ajuda do poder público. Só conhecemos assistentes sociais, essas coisas, esse ano, quando a agente tava tentando ampliar lá em cima.*

Por fim, a ocorrência de um incêndio de grandes proporções, em dezembro de 2018, foi um episódio bastante impactante para aquela comunidade, que trouxe uma visibilidade nunca antes experimentada.

*Antes de acontecer tudo isso (o incêndio) a gente era largado pelo poder público. Ninguém sabia da gente, ninguém vinha aqui.*

Brenda conta que o *poder público* nunca havia se aproximado das demandas dos moradores. Nota-se o conceito de Brenda de *poder público* abrange, além de órgãos do governo, organizações não governamentais e movimentos sociais, enfim, pessoas *de fora*. Ela conta que recebeu doações do Centro de Referência de Assistência Social, da Casa Latino-Americana, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem –Terra e de pessoas desvinculadas de qualquer coletivo:

*A gente está recebendo ajuda de doações. O povo vem aqui pra conhecer e eu acabei conhecendo gente que traz as coisas. O fogão eu ganhei do CRAS. Também ganhei sofá e geladeira. Minha cunhada também conseguiu doação no face (facebook), isso sem eu correr atrás de nada. Ganhei tudo **de fora**: micro-ondas, até conversor digital! Até sobra coisa, panela, louça, aí eu passo pra frente.*

*Muita coisa eu ganhei da CASLA, uma outra ong. Eu pego tudo, recolho, separo e entrego.*

*O banheiro eu ganhei de uma menina do MST, que arrumou tudo, trouxe os tijolos, chuveiro, vaso, tudo. Em dois dias ela conseguiu juntar todo o dinheiro, com doações. E aí o Eduardo (vizinho) está fazendo pra gente.*

É neste cenário de ressignificações que as lideranças comunitárias refletem uma mudança na forma com que se referem ao local de moradia. Considerando o caráter depreciativo dos termos *favela* e *invasão*, Brenda anuncia que tem mobilizado os moradores para que se identifiquem como ocupação e comunidade:

*E julgam como favela. Agora estamos conversando aqui pra não chamar mais de favela, nem de invasão. O certo é ocupação. **Agora cessou favela, agora é comunidade. Porque até o jeito que você fala faz diferença.***

Perguntada sobre o que almeja para seu futuro, no que tange à habitação, Brenda associa *moradia digna* à *propriedade* – embora o fato de já ter sido proprietária não garantiu segurança e estabilidade em outro momento de sua

vida. Chega a dizer que gostaria de residir em uma região mais urbanizada, mas ressalta que não trata essa vontade como plausível.

*A gente tem vontade de ter uma moradia digna. Em qualquer lugar que tivesse uma casa que **fosse nossa**. A gente queria morar na Fazendinha, onde a mãe dele mora, uma área central, **mas não temos condições**.*

Convidada a refletir sobre as razões pelas quais muitas pessoas não têm condições de adquirir imóveis e garantir boas condições habitacionais, Brenda se remete à divisão de classes sociais. Ela reconhece o direito à moradia como uma previsão legal, compreendendo a ocupação de terrenos ociosos como um ato legítimo. Ainda, percebe que há uma visão depreciativa de pessoas com maior poder aquisitivo em relação aos moradores de ocupações.

*É diferença de classes. Tem gente que precisa, tem várias casas da Cohab que deviam ser entregues e nunca foram entregues. A nossa situação não é de agora, a gente tem cadastro há anos, logo que chegamos aqui e nunca mais apareceram. Isso é desigualdade. **Aqueles que mais falam da gente é quem tem sua casa própria, seu carro na garagem, tem a vida ganha**. A nossa situação é o seguinte: a gente não tem condições de comprar uma casa, de ter uma moradia digna. Mas **direito à moradia é lei!** Bem na verdade, a gente não invadiu, a gente ocupou, era um terreno da Prefeitura que ninguém nunca usou e a gente não tinha onde morar.*

Por fim, a entrevistada identifica a ação do poder público (identificado na figura da Companhia de Habitação Popular de Curitiba) no sentido da manutenção das desigualdades:

*No começo, a Cohab tinha um projeto nesse terreno, iam tirar a gente daqui, **jogar** a gente pro aluguel social e depois de um ano ia construir e a gente ia voltar. Tinha planta, ia ter parque, prédio, mas **é só faz de conta**. É só pra gente não construir. Por eles (a Prefeitura), a gente nem estaria aqui. Mas aí ia pra onde? Iam dar casa pra gente, um auxílio moradia? Não iam.*

Ela atribuiu à Prefeitura uma ação deliberada para que a ocupação não se consolide, mas sem a oferta de alternativas que promovam o direito à moradia aos cidadãos.

#### 4.2.8 Benício: “onde Deus me der um lugar eu tô indo”

Benício tem 61 anos e mora sozinho na ocupação 29 de março há cerca de quatro ou cinco anos. Pedreiro, atualmente está trabalhando em uma obra no bairro Bacacheri, em Curitiba. A distância para o local do serviço faz com que acorde diariamente às 4h30 da manhã para pegar o primeiro ônibus.

A razão pela qual passou a morar na região foi *para escapar do aluguel*. O entrevistado relata indignado que era inquilino de sua própria irmã no bairro Ferraria, município de Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba. Ele

conta que, após a morte da mãe, a irmã, que havia contribuído na compra do terreno, se apossou integralmente do imóvel localizado.

*Vim parar aqui pra escapar do aluguel. Eu pagava aluguel pra minha irmã, você acredita? Porque minha mãe faleceu. Minha irmã mora na Ferraria (bairro em Campo Largo). Quando compraram o terreno, ela comprou com a minha mãe. A minha mãe deu entrada e ela pagava as prestações, mas era das duas, né? Aí minha mãe faleceu e minha irmã ficou com tudo. Depois ela saiu e alugou pra mim. Pagava 300 reais, mais luz e água ia pra 500 reais. Aí surgiu isso aqui e eu falei: tô indo embora, **onde Deus me der um lugar eu tô indo**'. Faz uns quatro, cinco anos, sei lá. Nem lembro quando começou isso aqui.*

Inconformado com a situação, passou a procurar qualquer lugar para morar, contanto que não tivesse a despesa com aluguel. Ao reclamar desta situação com colegas do trabalho, um deles, que já residia na área, ofereceu uma *casinha bem baratinha* para venda. A casa, a qual Benício se refere como *barraquinho*, era bastante precária, mas com sua habilidade em construções, conseguiu melhorá-la.

*Aqui era um barraquinho bem velhinho, você entrava pela porta e o teto dava certo, quando chegava do outro lado, já batia a cabeça, era uma rampa. Mas aí arrumei tudo.*

Dois elementos importantes marcaram este momento de chegada na região. O primeiro foi a negociação com o *chefe* da ocupação, que precisava autorizar a entrada de novos moradores. O segundo refere-se à ocorrência de roubos entre os próprios moradores. *Aqui ninguém tem piedade de ninguém não*, destaca Benício. Ambos os casos demonstram a ausência do Estado e da lei na mediação das relações de poder e segurança na área.

*Eu queria um terreno, mas já com um barraquinho, pra eu poder colocar minhas coisas dentro. Porque se deixar aqui a negada leva mesmo, **aqui ninguém tem piedade de ninguém não**. Aí falamos com o cara que era o chefe aqui na época, dizia que era o chefe.*

O entrevistado conta que já sofreu saques em duas oportunidades. Mesmo mantendo relações de cordialidade com as pessoas que praticam roubos, procurando não se envolver em enfrentamentos, sabe que não pode *vacilar*.

*Eu não comento nada com ninguém, a gente não pode maltratar, é só: 'Oi! Oi! Beleza? Beleza!' Tem gente que vem na sua casa e não vem pra conversar com você, vem pra ver o que você tem dentro de casa pra na hora que você vacilar, vir e levar tudo que você tem. Já aconteceu duas vezes no meu caso. Uma vez eu fiz compra numa semana e na outra já tive minha porta estourada. E aí você pergunta pra um e 'ah, não vi', o outro: 'ah, não vi'.*

Atualmente, Benício considera que a situação já está mais *equilibrada*, não tem sofrido mais episódios como estes. Além disso, com o aprofundamento de suas relações com determinados vizinhos, acredita que consegue romper o acordo tácito de silêncio sobre os delitos que acontecem na ocupação:

*Mas tá bom, agora já está bem mais equilibrado. Tem umas pessoas que se forçar um pouco, eles contam pra gente: 'fulano esteve na sua casa'.*

O cenário de insegurança não chegou a ser um espanto para o entrevistado. Antes de se mudar para a ocupação, já tinha sido alertado da má fama do local em relação à violência. O morador já chegou a presenciar episódios bastante agudos, que fizeram com que parentes, por medo, deixassem de visita-lo na ocupação. Contudo, Benício acredita que não corre riscos, pois a violência seria direcionada apenas a quem se envolve com brigas e dívidas.

*Quando eu vim morar aqui, todo mundo falava: 'cuidado, **lá é boca quente, um cara mata o outro**'. Bom, se mata, estrangula, é porque com certeza deve alguma coisa, porque ninguém vai sair batendo nos outros de graça, não é?*

*Uma vez meu tio veio uma vez aqui pra ver aonde que era que eu morava. Quando saiu na rua, era tudo bequinho, quando ele chegou aqui e quando ele saiu lá na rua, **meteram fogo em um lá**. Aí meu tio saiu correndo, nunca mais veio, esse tempo todo. Falou: 'tá louco, se eu for lá vão me matar'! Matar nada, se o cara morreu é porque com certeza ele devia.*

Apesar destas situações, Benício considera a ocupação um bom lugar para se viver. Segundo ele, isto se deve a seu temperamento tranquilo. Mesmo em relação ao incêndio de dezembro de 2018, que destruiu grande parte das moradias da 29 de março, ele enxerga pontos positivos: com a reconstrução, coordenada em boa parte pela ong Teto, as novas casas estão sendo melhor construídas do que as antigas.

*Pra mim, não sei, **todo lugar é bom, eu não tenho problema com lugar nenhum, não esquento a cabeça**.*

*Agora aconteceu essa tragédia, mas agora está melhor até, já melhorou 100% quase. A casinha já está melhor, porque as madeiras estão todas emendadas, o cupim já tinha comido tudo (na casa anterior).*

Este contentamento não significa que Benício não tenha vontade de residir em outro lugar. Ele declara que gostaria de ter uma *casa boa, bonita, organizada e com capricho*. Também diz que preferiria um local *mais sossegado, mais confortável* e, principalmente, em algum bairro que oferecesse *mais segurança*. O limitador para ele é a questão financeira: mesmo trabalhando muito, passando mais tempo no trabalho do que em casa, o salário é pequeno, e não consegue encontrar imóveis que caibam no seu orçamento:

*Pra falar a verdade **eu até gostaria de arranjar outro lugar, mas a gente não acha, né?** (Esfrega os dedos polegar e indicador em sinal de dinheiro) O salário é pequeno. Às vezes eu fico pensando: **eu moro mais no serviço do que na minha casa, na minha casa eu só venho pra dormir**.*

Contudo, questionado sobre os motivos pelos quais ele, assim como tantas pessoas mais, não dispõem de recursos para residir em melhores circunstâncias, Benício aponta para a responsabilidade de cada sujeito.



*Isso aí vai da pessoa, do tipo da pessoa. Eu acho, no meu pensamento, que varia muito das pessoas. Tem pessoas que se importam com as coisas, e tem pessoas que ficam no lugar por ficar. Eles não estão nem aí, não se ligam com nada. Pra eles tanto faz se a água correr pra cima ou correr pra baixo é uma coisa só. São pessoas que não se preocupam.*

*Coisas que a gente precisa, que tem que ter na casa da gente a gente tem que fazer, porque ninguém vai vir fazer por você, né? Eu penso que é assim.*

Segundo seu ponto de vista, pessoas que não se importam, não se preocupam com suas condições de moradia, não conquistam aquilo que precisam. *Ninguém vai vir fazer por você*, encerra.

#### 4.3 ANÁLISE DO CONTEÚDO: DIMENSÕES DE SENTIDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Levando-se em conta as considerações teóricas sobre as representações sociais, buscou-se compreender como as narrativas do conjunto de entrevistas denotam representações sociais sobre questões afetas à moradia e à cidade.

As histórias apresentadas pelos entrevistados são singulares e as experiências de moradia e acessos à cidade são subjetivas, mas percebeu-se elementos que se repetiam, mesmo que sob perspectivas distintas. São exemplos: as relações de solidariedade entre vizinhos, os fenômenos relacionados à violência urbana, as facilidades ou dificuldades de acesso a outras áreas da cidade. Estes temas apareceram em grande parte das entrevistas, embora os moradores tenham manifestado percepções opostas quanto a tais questões. As convergências e divergências nos discursos apontam um caminho para as interpretações das representações sociais dos entrevistados, como refletiu Neri (2016) em sua pesquisa sobre extrema pobreza:

Elementos das falas dos interlocutores fatidicamente foram ora se repetindo, ora se particularizando, de forma que elencamos algumas unidades de sentido que nos permitem arriscar possíveis representações sociais enraizadas em seus discursos. Não se trata de admitirmos a fala dos entrevistados como a representação social em si que os mesmos possuem acerca de determinado conjunto de saberes sobre a pobreza, mas sim de, através dos discursos, preparar um terreno para construir interpretações sobre estes saberes (NERI, 2016, p. 80).

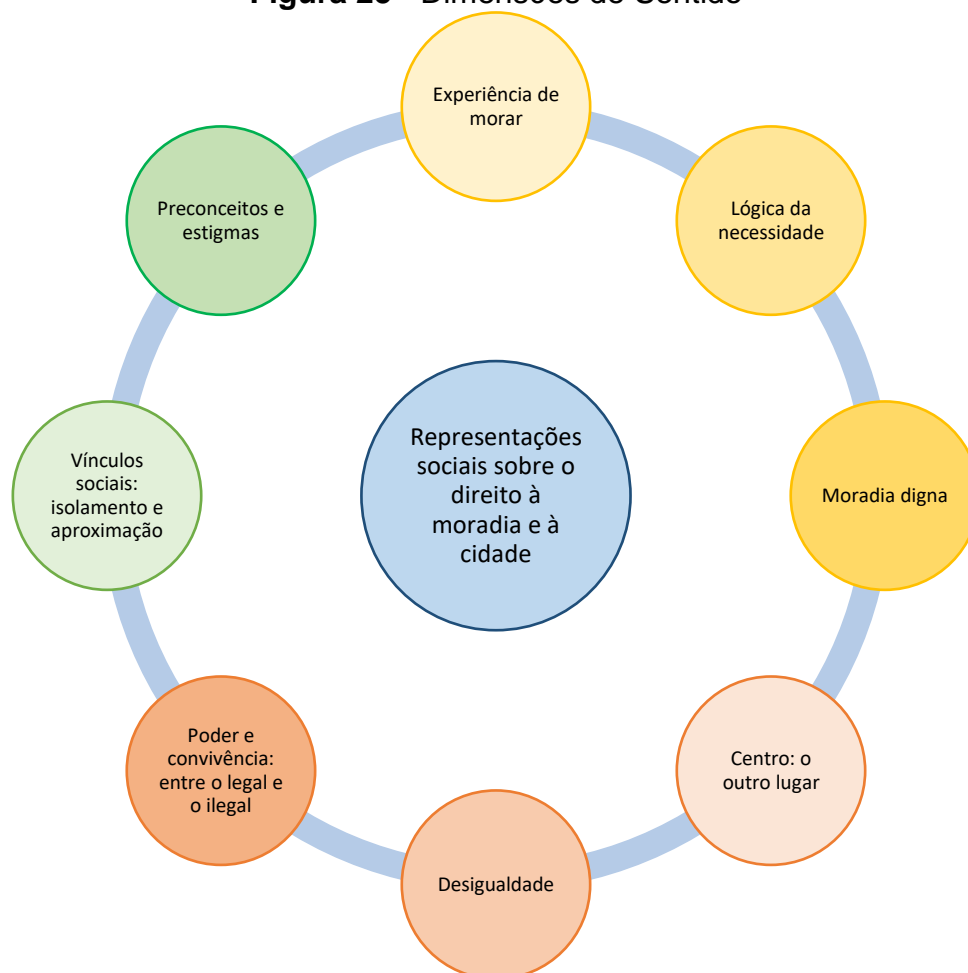
Deste modo, a observação em campo e a aproximação gradual entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa e contribuíram para compreender seus modos de vida e os temas considerados mais importantes (BAUER e GASKELL, 2002; GONZÁLEZ REY, 2016)

Portanto, com base na análise do conjunto das entrevistas, foram definidas dimensões de sentido (NERI, 2016), categorias de análise

estabelecidas *a posteriori*, analisando-se os conteúdos mais frequentes e significativos apresentados pelos entrevistados.

A Figura 25 demonstra as dimensões definidas, que serão analisadas a seguir. São, ao todo, oito dimensões, reunidas em três grupos pela familiaridade dos temas.

**Figura 25 - Dimensões de Sentido**



Fonte: Elaboração do autor.

No primeiro grupo, observa-se a questão da moradia a partir das dimensões: (i) a experiência de morar; (ii) a lógica da necessidade; (iii) moradia digna. O segundo grupo refere-se ao âmbito do lugar: (iv) centro: o outro lugar; e (v) desigualdade. E o terceiro agrupamento concentra dimensões relacionadas aos vínculos, relações, convivência: (vi) poder e convivência: entre o legal e o ilegal; (vii) vínculos sociais: isolamento e aproximação; (viii) preconceitos e estigmas.

É evidente que as dimensões não podem ser tratadas como estanques: os assuntos se relacionam e se entrelaçam nas dinâmicas do cotidiano. Sendo assim, trata-se de um exercício analítico para melhor compreensão dos conteúdos manifestados.

### 4.3.1 A experiência de morar

A primeira das dimensões de sentido a ser trabalhada refere-se à experiência de morar nas ocupações. De modo geral, todas as pessoas entrevistadas descreveram esta experiência de forma positiva. O motivo mais recorrente foi a relação de respeito e amizade entre os moradores. Algumas falas são significativas neste sentido:

*Tudo é bom aqui, as pessoas. Gosto de fazer amizade com todo mundo, gosto de conversar, não tem embaraço. (Irineu)*  
*O pessoal respeita muito, temos grandes amizades. (Idália)*  
*Gosto de morar aqui. Amizade que você vê, onde eu saio e até as crianças, eu passo e me chamam. (Guilherme)*  
*A parte boa é que a gente vive bem, ninguém incomoda a gente. (Brenda)*  
*União, um protege o outro. (Gisele)*  
*Eu gosto de morar aqui, é um lugar bem tranquilo de viver. (Ingrid)*  
*Eu gosto de morar aqui porque é muito povão. (Vera)*

Tais relações não são percebidas de maneira unânime. Enquanto alguns restringem-se à cordialidade e à urbanidade, outros afirmam o apreço à solidariedade, proteção e colaboração na vida diária entre os vizinhos. Nesse sentido, há quem se refira à vizinhança como família, demonstrando o grande investimento afetivo nas relações:

*Até tenho bastante amigo por aqui, sabe? Cada um no seu canto, tem que ser assim. (...) É cada um na sua casa. (Irineu)*

*A gente tem essa relação de vizinho muito família. Todo mundo acode um ao outro, todo mundo tá sempre muito perto um do outro. (Vera)*  
*Ali eu conheci o que é família. Eu nunca mais passei fome, eu nunca mais passei necessidade. (...) Eu nunca tinha visto isso na vida! Arrumei grandes amigos, hoje em dia, minha família está aqui. (Idália)*

As moradias são comumente denominadas de forma a ressaltar sua simplicidade: *casinha, barraquinho, quartinho, pecinha*. E estas residências são compreendidas como locais em permanente construção, reforma, ampliação – sempre por esforços próprios (autoconstrução). Seja para abrigar parentes que passam a residir juntos, ou para proporcionar maior conforto mediante as possibilidades financeiras, a moradia está em permanente transformação. Há, nesse sentido, uma visão de avanço com o passar do tempo, de conquista, adequação e *progresso*.

*Achei aqui um quartinho pequeno e comprei. Consegui barato porque estava no começo, e depois fui aumentando. (Guilherme)*  
*Era um barraquinho bem velhinho, mas aí eu arrumei tudo. (Benício)*  
*Meu irmão correu atrás, conseguiu umas tábuas e montou uma peça ali atrás. (Brenda)*  
*Era só uma casinha, então construímos uma casa maior, mais confortável, e hoje só sobrou as cinzas. Era a pior casa da rua, depois virou a melhor casa da rua. (Gisele)*  
*Conforto a gente faz (...), a gente vai conquistando aos poucos. (Vera)*

É perceptível também a compreensão de que a responsabilidade pela infraestrutura urbana nas ocupações recai sobre os próprios moradores. E parece haver certo orgulho em cada conquista, um sentimento de dignidade e realização. Esta visão afetuosa quanto ao local de moradia não suprime a percepção da precariedade, especialmente no que se refere ao saneamento, iluminação, regularização urbanística em geral. Nas palavras das entrevistadas:

*A gente que se uniu entre os moradores e entre a gente mesmo a gente conseguiu melhorar a nossa causa. Nunca tivemos ajuda do poder público. (Brenda)*

*Na Tiradentes eles têm um transformador que eles conseguiram. A gente vai tentar conseguir um, porque aqui todo mundo fica sem luz. A água fomos nós que conseguimos (...). Foi muito esforço, dia e noite pra conseguir dinheiro, mas conseguimos os canos e mão de obra. (Idália)*

Contudo, as dificuldades da vida diária são contemporizadas, sob uma perspectiva de conformismo, ou resignação. Todos os lugares têm suas dificuldades, apontam. Sendo assim, a experiência de moradia é boa do jeito que está, mesmo que as carências estruturais e materiais sejam percebidas.

*Tem as dificuldades, que acredito que em todo lugar tenha. (...) Eu não vejo muita diferença em morar aqui e em outro lugar (Ingrid).*

*Todo lugar é bom, eu não tenho problema com lugar nenhum, não esquento a cabeça (Benício).*

*O que eu tenho é aqui (Guilherme).*

*Eu vivo bem com o pouco que eu tenho. (...) O pouquinho que eu tenho eu estou feliz (Vera).*

Ainda, vale destacar que o local de residência é visto como um espaço de sossego e *tranquilidade*, palavras estas citadas várias vezes durante as entrevistas, e também de *liberdade*, como pode-se notar nos trechos das entrevistas a seguir:

*Eu gosto de morar em lugar assim que a gente tem uma liberdade, que a gente conversa com todo mundo, vai aqui vai ali, ou não vai em lugar nenhum (Irineu).*

*A gente sai a hora que quer, volta a hora que quer, nunca nos reprimiram. Nossos vizinhos são bons, nunca tivemos incômodo com eles (Brenda).*

Sendo assim, percebe-se que a experiência de se ter uma moradia como referência do viver, qualquer que seja sua condição, já se configura por si só como um fator de realização, de contentamento.

#### **4.3.2 O lugar da moradia a partir da *lógica da necessidade***

No que se refere às trajetórias de mobilidade residencial, nota-se que o principal motivo para que os entrevistados passem a morar nas ocupações foi a falta de condições financeiras para arcarem com o custo do aluguel e tarifas

públicas em áreas urbanizadas. Sendo assim, percebe-se que grande parte dos entrevistados percorreram diversas regiões de Curitiba, da Região Metropolitana e mesmo idas e vindas para outras cidades (do interior do Paraná e outras unidades da federação) até que se fixassem nas ocupações onde residem atualmente.

Este movimento é caracterizado por Alves (2012) como mobilidade residencial<sup>36</sup> decrescente, ou seja, o afastamento progressivo das regiões mais urbanizadas da cidade.

Segundo os entrevistados, valor gasto com a habitação dificultava o acesso a outras necessidades da vida diária, como a alimentação. Sendo assim, restou como alternativa a autoconstrução ou o acesso ao mercado imobiliário informal, sendo o lugar onde é possível pagar, mesmo que a área apresente condições precárias de infraestrutura urbana, saneamento e serviços públicos.

*O dinheiro que a gente tinha acabou, não tinha nem o que comer (Idália). Eu parava num sobrado lá, pagava 750 contos de aluguel. Daí que surgiu essa casinha pra comprar aqui (Irineu). Vim parar aqui pra escapar do aluguel. (...) Pagava 300 reais, mais luz e água ia pra 500 reais. Aí surgiu isso aqui e eu falei: tô indo embora, onde Deus me der um lugar eu tô indo (Benício). Eu estava com dificuldade, pagava 600 reais de aluguel, 100 de água e 120 de luz, e o salário era pouco. (...) Olha, filho, a gente tá passando muita necessidade por causa do aluguel, não acha aluguel menos de 600 reais (Vera).*

É preciso destacar, portanto, a *lógica da necessidade* (ABRAMO, 2007) como motivador para que os entrevistados residam nas ocupações. Diferente de pessoas com rendas mais altas que escolhem a localização de suas casas em busca de amenidades sociais, conforto e segurança (ABRAMO e FARIA, 1998; CARVALHO, 2017), pessoas com baixa renda buscariam construir residências (muitas vezes via autoconstrução) em loteamentos irregulares e áreas desvalorizadas por não conseguirem arcar com custos de aluguel na *cidade formal*. Kowarick (2009, p. 230) observa esse movimento como uma “perda objetiva e subjetiva de status socioeconômico”. Algumas falas dos entrevistados reforçam, portanto, a ideia da *falta de escolha*:

*Acho que todos que estamos aqui não estamos por optar, mas por não termos condições financeiras. O que me trouxe pra ocupação foi o desemprego (Gisele). A gente sabe que a maioria das pessoas que mora num lugar assim realmente precisam (Ingrid). A gente não tinha escolha, e viemos. A gente queria morar na Fazendinha, onde a mãe dele mora, uma área central, mas não temos condições (Brenda). Bem na verdade, a gente não invadiu, a gente ocupou, era um terreno da Prefeitura que ninguém nunca usou e a gente não tinha onde morar (Brenda).*

---

<sup>36</sup> Carvalho (2017, p. 8) define mobilidade residencial como uma “mudança da residência habitual para estabelecer-se em outro lugar, mais ou menos distante do lugar de origem”. Esta natureza de mobilidade marca profundamente a identidade do sujeito, uma vez que a subjetividade é constituída na interação das pessoas com os objetos e lugares em que se situam (BALBIM, 2016).

Carlos, Souza e Sposito (2012) discorrem sobre a moradia em áreas sobrantes como falta de opção, como uma contingência da vida para a população de mais baixa renda, ou mesmo sem renda. Chegam a afirmar que as pessoas ficam prisioneiras nestas áreas, impedidas de circularem ou de se mudarem para outros lugares da cidade por falta de recursos financeiros.

A partir da análise do conjunto de entrevistas, percebe-se que os entrevistados compreendem as ocupações como alternativa para escapar dos custos habitacionais na cidade formal, uma possibilidade de reprodução da vida apesar da disparidade entre a renda e o custo de vida nas regiões urbanizadas.

Neste contexto da falta de condições adequadas de renda, é preciso destacar a precariedade das relações de trabalho que atravessam a vida dos entrevistados. São comuns histórias de descontinuidade nas relações de trabalho, perda súbita dos vínculos empregatícios, saída do campo, problemas de saúde incapacitantes para o trabalho, a aposentadoria como rebaixamento do poder de consumo. Portanto, restam como alternativas o trabalho autônomo, informal e esporádico, o trabalho doméstico, trabalho com materiais recicláveis, a lógica da *viração*<sup>37</sup>.

Cabanes et al. (2011) olham para a esse cenário de desregulamentação do trabalho como tendência na lógica neoliberal do capitalismo, na qual trabalhos informais provisórios, adotados como estratégia em momentos de rupturas (mudanças, separações, demissões), vão se prolongando e convertendo em definitivos pela falta de perspectiva de retorno (ou ingresso) no mercado formal de trabalho. Os autores analisam o contexto de perda das perspectivas de acesso a direitos, como o direito ao trabalho protegido e regulamentado, fazendo com que as pessoas nessa situação passem a tomar com naturalidade a “flexibilização”, individualização e desvalorização da atividade produtiva.

Ainda, o fato de residirem nas ocupações acaba se tornando um obstáculo para o retorno ao mercado de trabalho e a geração de renda. Tanto pelas condições objetivas, como distâncias físicas e dificuldades de acesso às regiões da cidade que concentram as melhores oportunidades, quanto por aspectos subjetivos, como o preconceito de empregadores, como relata a entrevistada:

*Pra arrumar serviço: eu trabalhei a vida inteira, mas depois que eu vim morar pra cá, não consegui serviço mais em lugar nenhum. Porque se eu falar que moro numa comunidade, ou invasão, não te contratam (Brenda).*

Barbosa (2016) descreve esse cenário como uma perversa combinação de distâncias físicas e sociais, que acaba por acentuar a desigualdade social no acesso não só ao trabalho, mas também aos bens culturais, aos serviços públicos e ao lazer. Singer (1998) observa o reduzido nível de consumo das

---

<sup>37</sup> Cabanes et al. (2011, p. 73) definem *viração* como a “negociação cotidiana das condições de existência”. Trata-se, portanto, do trabalho informal e descontinuo, sem proteção ou direitos trabalhistas, que muitas vezes tomam a rua como fonte de renda.

peças que vivem em ocupações urbanas como mais um fator de dificuldade para a geração de renda.

Sendo assim, foram comuns os relatos de famílias que, descartadas do mercado de trabalho (PAOLI in: OLIVEIRA e RIZEK, 2007), passam a depender de programas sociais (transferência de renda – Programa Bolsa Família) como principal fonte de subsistência, como programa de transferência de renda. Ou ainda, na ausência destes benefícios ou de maneira complementar, acabam recorrendo às doações, à solidariedade de familiares e a ações filantrópicas, da caridade de outros setores sociais – ações estas descontínuas e insuficientes, que mesmo sendo relevantes para a sobrevivência da população das periferias, opõe-se à perspectiva do Estado na promoção e garantia dos direitos sociais (CABANES et al., 2011).

Ainda, observa-se que o desmanche das funções do Estado no cenário brasileiro neoliberal, relegando as questões da pobreza a ações assistencialistas, como uma estratégia de manutenção das desigualdades em favor das classes dominantes, da acumulação do capital (OLIVEIRA e RIZEK, 2007). Esta análise não é algo que se apresente nos discursos dos moradores, mas uma contribuição de Oliveira e Rizek (2007) que parece válida para a compreensão do fenômeno.

#### **4.3.3 Moradia digna: percepções sobre as condições básicas de habitação**

Um aspecto importante deste trabalho foi compreender como as representações sociais acerca da moradia apontam para as expectativas dos entrevistados em relação ao direito à habitação.

Nesse sentido, percebe-se que os entrevistados manifestam a intenção de permanecer na área, consolidar a moradia no local. Seja pela aquisição (informal) de moradias em melhores condições, seja pela construção gradual de melhores instalações, no tempo das necessidades e das possibilidades dos moradores.

Para que a experiência habitacional na área melhore, sua principal expectativa está voltada para a melhoria das condições de infraestrutura e saneamento: arruamento definido, água, luz e rede de esgoto. Estas são as condições associadas a se viver com dignidade. Algumas frases ilustrativas neste sentido:

*Graças a Deus eu não tenho do que me queixar como era, e espero que volte a ser. E até melhor, porque agora tem ruas. Espaço ainda infelizmente é pouco, mas vai ser diferente pelo fato de ter rua, uma rua principal como essa. (Gisele)*

*O essencial é água, luz, saneamento básico, um banheiro, que a gente está sem no momento. (Ingrid)*

*Água, luz e saneamento são as condições básicas para se morar com dignidade e honestidade (Vera)*

Além das condições de infraestrutura, também são mencionadas expectativas quanto à ampliação das ofertas de serviços públicos: educação, saúde e segurança pública. Um dos moradores também sinaliza o desejo de que houvesse uma igreja católica no local, para servir de referência para o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Contudo, alternativas de lazer, atividades culturais e esportivas e espaços de encontro não foram citados como requisitos ou expectativas para o lugar de moradia. Mesmo os eventos que são realizados frequentemente nas ocupações, como bingos e saraus, não foram lembrados, demonstrando que lazer e cultura não são considerados como direitos correlatos ao direito à cidade.

Não há, portanto, expectativa dos moradores de sair do local, nem de acessar eventuais programas públicos de habitação que concedam (ou financiem) moradias em outras áreas da cidade. D'Alessio Ferrara (1993) observa que este panorama é comum nas periferias brasileiras:

Se é verdade que a periferia não é homogênea, é também possível admitir para ela certa autossuficiência no modo como gostaria de evoluir, colocando sobre a existência dos recursos básicos de infraestrutura a única condição necessária para o desenvolvimento (D'Alessio Ferrara, 1993, p. 114).

As expectativas em relação ao Estado são imprecisas. Em alguns momentos das entrevistas, afirmou-se o descrédito nos órgãos governamentais para a oferta de programas habitacionais, bem como para promoção de melhorias na área das ocupações. Cabanes et al. (2011) verificam que, no contexto brasileiro atual, é bastante difundida a ideia de que os órgãos públicos não teriam competência e eficácia suficientes para tratar dos problemas sociais. Desta forma, relegando-os a uma condição de clientelismo, no mesmo patamar de organizações não governamentais e pessoas “solidárias”.

Ferrara (2013) observa que, para além da autoconstrução de moradias, forma predominante de consolidação das periferias nas cidades brasileiras, também se tem percebido a autoprovisão de infraestrutura pela ausência da ação do Estado. Contudo, a autora considera que os moradores destas periferias, via de regra, não dispõem dos investimentos, condições técnicas e materiais para prover infraestrutura com qualidade. Desta forma, constrói-se um ambiente urbano precário, com impactos sociais e ambientais.

A autoprovisão da infraestrutura revelou novos elementos para a reflexão do impacto social e ambiental gerados pela ausência de redes públicas, que dependem de investimentos, técnicas, projetos e materiais que não podem ser providos pelos próprios moradores. Sendo assim, a autoconstrução de infraestruturas e a conquista de “melhorias” parciais também explicitam o aspecto privatista e fragmentado da produção do ambiente urbano precário, bem como o papel contraditório do Estado nesse processo (Ferrara, 2013, p 32).

No que tange à propriedade das moradias, percebe-se que esta condição já não fora garantia de segurança e estabilidade em outros momentos das trajetórias habitacionais narradas. Conflitos familiares, rompimentos de vínculos, negócios mal feitos fizeram com que a pretensa segurança de propriedade se



dissolvesse no curso da vida de alguns dos entrevistados, como pode-se perceber nos trechos a seguir:

*Eu gostaria muito de regularizar a gente aqui, construir uma casa melhor aqui. (Vera)*

*Eu gostaria de ficar aqui. Eu sei que esta área tem dono, mas ela já estava desocupada há muitos anos. Então eu gostaria que de alguma forma a gente entrasse em acordo, pagasse. (Vera)*

*Se o governo olhasse pra gente aqui, legalizasse tudo e fizessem saneamento básico, colocasse luz e água, a gente queria pagar. A gente não quer nada de graça. Quando a gente veio pra cá, já sabia que um dia ia ter que pagar. (Idália)*

*Na verdade, onde eu queria morar é num lugar que fosse meu. Sendo meu, pode ser em qualquer lugar. (Ingrid)*

*A gente tem vontade de ter uma moradia digna. Em qualquer lugar que tivesse uma casa que fosse nossa. (Brenda)*

Sendo assim, nota-se reconhecimento da propriedade ainda aparece como aspiração em parte das narrativas – embora seja ignorado nas outras. Ainda, fica evidente que os entrevistados compreendem a necessidade de pagamento para a regularização da moradia. Ou seja, para os entrevistados, a noção de propriedade está diretamente relacionada à capacidade de pagamento, de aquisição da moradia.

De modo geral, considerando as convergências entre as narrativas, percebe-se como representação social de moradia digna: uma casa construída com bons materiais, com água, energia e saneamento, condições de conforto, e, sobretudo, um lugar de afeto, de relações de solidariedade e de *tranquilidade*. Contudo, sabem que não são todas as pessoas, em sociedade, que alcançam essa condição de moradia, e a desigualdade é tratada de forma naturalizada, culpando-se os indivíduos por sua condição e não se percebendo moradia digna como um direito.

#### **4.3.4 Centro: o outro lugar**

A pesquisa buscou identificar experiências e representações sociais de centro urbano para os moradores das ocupações, compreendendo o acesso e circulação nas áreas centrais da cidade como importante expressão do direito à cidade.

Neste sentido, observa-se que, quando perguntados sobre seus acessos às áreas centrais de Curitiba, os entrevistados associavam o conceito de centro a qualquer bairro urbanizado. Fazendinha, Pinheirinho, Portão, Novo Mundo e mesmo outras áreas da Cidade Industrial de Curitiba foram citadas como regiões compreendidas como centrais.

Sendo assim, percebe-se que a centralidade é associada a uma condição econômica, social e política (DAMIANI, CARLOS e SEABRA, 1999). Deste modo, nas representações sociais dos moradores das ocupações, qualquer área

que exerça uma centralidade devido a oferta de comércios e serviços pode ser compreendida como uma área central. Ainda, Irineu, um senhor de oitenta anos, se refere ao centro como *cidade*, como se as regiões não fizessem parte da cidade oficial, fossem uma *outra cidade*, ou ainda, uma *não-cidade*<sup>38</sup>.

Além disso, nota-se que a representação social do centro é dotada de um sentido de funcionalidade. Centro é compreendido como o local de trabalho, de resolver problemas, de ir ao banco e *tirar* documentos. É o lugar de agitação, de grande circulação de pessoas e automóveis, em contraposição ao local de moradia, que é o espaço de sossego e de tranquilidade. Na análise do conjunto de entrevistas, ficou evidente que, se não há trabalho a fazer, não há motivo para ir ao centro:

*Nós não vamos quase pra cidade. Ninguém trabalha. Eu sou aposentado e meu filho também é aposentado, por doença. (Irineu)*  
*Na verdade, a gente não vai. Eu estou desempregada, e só moro eu e meus três filhos. O local que a gente vai que a gente sai daqui pra ir é só no Sítio Cercado, que a gente tem parente. Então pro centro mesmo só se tiver que resolver alguma coisa, mas é muito raro. (Ingrid)*  
*Antes eu saía pra trabalhar. Eu gostava muito do centro, ia muito no centro. Levar dinheiro, ir no banco, me virava. (Guilherme)*  
*la sempre pra trabalhar. Era um grande caos. (Gisele)*

A exceção foi constatada na entrevista com Vera, que reconhece que o pessoal *de dentro* das ocupações não tem por hábito acessar outras regiões da cidade para o lazer. Contudo, ela diz não abrir mão dos acessos ao que chama de *mundo lá de fora*, reafirmando a segregação entre as diferentes áreas da cidade:

*Muita gente daqui de dentro não vai no centro, muita gente que não sabe o que é um shopping. (...) Mas quando a gente conhece um pouco mais lá fora, a gente quer um pouco mais. (...) A gente não deixou de viver o mundo lá de fora. (Vera)*

De todo modo, o que se percebe é que o centro é tomado como um *outro lugar* (CERTEAU, 1996). Não é um espaço com o qual a maioria dos moradores se identifique. Os entrevistados demonstram estarem conformados com isso, como indicam as falas abaixo:

*A gente queria morar na Fazendinha, onde a mãe dele mora, uma área central, mas não temos condições. (Brenda)*  
*Pra morar (no centro) seria uma boa, mas não dá pra gente querer, né? Porque o que eu tenho é aqui. (Guilherme)*  
*Pra falar a verdade eu até gostaria de arranjar outro lugar, mas a gente não acha, né? O salário é pequeno (Benício)*  
*Quem não gostaria (de morar numa região central)? Mas as condições não deixam. O custo de vida lá se torna mais caro. (Idália)*

---

<sup>38</sup> Patrocínio (2015) observa a idealização que se faz das favelas no Rio de Janeiro como espaços *isolados da cidade*. Neste sentido, descreve essa representação como “um espaço exterior à urbe, uma outra cidade, que muitas vezes nega a cidade oficial” (PATROCÍNIO, 2015, p. 11). Na prática, trata-se de espaços desprovidos de infraestrutura e serviços públicos, com condições precárias de habitação, onde a pobreza é naturalizada e há histórica ausência da atuação estatal para a garantia de direitos (KAPAZ, 2017).

Portanto, os relatos evidenciam como o espaço das cidades é produzido de forma desigual, com lugares privilegiados pelo planejamento urbano para acesso exclusivo a quem pode pagar (DAMIANI, CARLOS e SEABRA, 1999) e consequente concentração das diferentes classes sociais em regiões distintas da cidade (VILLAÇA, 2011).

Desta forma, conclui-se que a representação social de centro – que pode ser qualquer bairro urbanizado (como citou-se Fazendinha, Portão, Campo Comprido, entre outros) é de um lugar caro, tanto no que se refere ao custo imobiliário quanto no preço médio dos bens de consumo. Ainda, observa-se a ideia da funcionalidade, uma vez que se considera o centro um lugar ligado à prática do trabalho formal e ao consumo, ao qual têm acesso as pessoas que possuem renda. Sendo assim, parece *um outro lugar*, inatingível para moradia e inacessível para o uso, convivência e acesso em geral.

#### 4.3.5 A desigualdade a partir de uma perspectiva individual

Outra dimensão de análise a ser desenvolvida se refere às representações quanto às desigualdades de acessos à cidade e das condições de moradia.

Desta forma, houve respostas que naturalizaram o fenômeno da desigualdade como uma condição pré-determinada: as pessoas têm diferentes situações financeiras, diferentes oportunidades, afirmam:

*Têm pessoas que já nasceram com condições boas e outras que não tiveram oportunidades. (Ingrid)*

*Isso aí vai da pessoa, do tipo da pessoa. Eu acho, no meu pensamento, que varia muito das pessoas. Têm pessoas que se importam com as coisas, e tem pessoas que ficam no lugar por ficar. Eles não estão nem aí, não se ligam com nada. (Benício)*

*Talvez a situação financeira e outros talvez por comodismo. Uns têm como construir e outros não têm. (Gisele)*

*Eu acho que há essa diferença não só por conta do governo, mas por conta do ser humano em si. Porque tem muito ser humano que não está nem aí. (Vera)*

Para além disso, grande parte dos entrevistados deu a entender que os próprios indivíduos têm responsabilidade na sua situação de pobreza. Disseram que as condições econômicas dependem da iniciativa do sujeito, do interesse em aproveitar oportunidades. Como se a falta de melhores condições de renda e moradia pudessem ser atribuídas à falta de vontade dos indivíduos para superação das dificuldades, falta de empenho e investimento na formação escolar, características de personalidade e comportamentos que levam a uma acomodação com as precariedades.

Nesta direção, chegam a afirmar que as possibilidades de profissionalização e estudo estão disponíveis, dependendo dos esforços individuais para alcança-las. A educação formal é vista, portanto, como uma

forma de ascensão social. Desta forma, aqueles que não querem melhorar sua situação, não têm vontade, não se importam ou se acomodam, tenderiam a permanecer sob dificuldades financeiras. Retomando algumas declarações:

*Então a gente também não pode pôr a culpa totalmente no governo, algumas pessoas fazem seu destino, por assim dizer. Eu penso dessa forma. (Ingrid)*

*Eu acho que a diferença das classes sociais não é só por conta do governo, mas também por conta do próprio ser humano que não se esforça em conhecer, estudar, se informar. Às vezes as pessoas culpam só o governo, mas às vezes as pessoas se ajudam por si só. Às vezes tem mil e uma oportunidades pra ser uma pessoa melhor, mas se o ser humano não quer, aí a culpa não é só do governo, você tem que querer. (Vera)*

Sendo assim, a superação da situação de pobreza também passaria por esforços individuais: “*se você não fizer, ninguém vai vir fazer por você*”, relata um dos entrevistados.

Neste contexto, há quem reconheça sua própria condição de pobreza como resultado de suas escolhas, de uma eventual falta de determinação em *concluir os estudos* - a formação acadêmica aparece nas narrativas como determinante socioeconômico. Outros criticam aqueles que não se estariam se esforçando suficientemente para conquistarem melhor qualidade de vida, mas parecem não se identificar nesta posição. Seguem alguns relatos ilustrativos neste sentido:

*Hoje em dia, sem estudo, infelizmente a gente não é nada (Vera)*  
*Algumas pessoas a gente acredita também que seja falta de interesse mesmo, eu falo por mim. (...) Porque eu acho que oportunidade de educação, de se profissionalizar, a gente tem. Eu comecei a fazer duas faculdades, mas não terminei nenhuma das duas. Talvez se eu tivesse terminado, eu não estaria aqui, estaria num lugar melhor, porque teria a minha profissão e estaria trabalhando, as condições seriam melhores. (Ingrid)*

Esta análise converge com o que Paugam (2008) chama de *desqualificação social*, uma condição estigmatizada da pobreza em sociedade que leva a uma usual situação de resignação, de aceitação das conjunturas por parte das pessoas empobrecidas. No mesmo sentido, Wanderley (2008) considera a naturalização das injustiças como um fenômeno comum na sociedade brasileira.

Mas, se grande parte das afirmações circularam por este cenário de individualismo, também houve algumas manifestações que destoaram da maioria, mais uma vez apontando para a pluralidade das representações e para a singularidade dos sujeitos. Há quem reconheça a existência de classes sociais, o papel do estado na manutenção das desigualdades e o cenário de injustiça com a insuficiência das políticas públicas para promoção da cidadania. Segundo Chauí (1994), resistência e conformismo se manifestam simultaneamente nas relações sociais, em processos dialéticos entre a assimilação de uma cultura dominante, e a capacidade transformadora dos grupos marginalizados. Seguem os relatos que apontam nesta direção:

*É diferença de classes. Tem gente que precisa, tem várias casas da Cohab que deviam ser entregues e nunca foram entregues. (Brenda)*  
*A nossa situação é o seguinte: a gente não tem condições de comprar uma casa, de ter uma moradia digna. Mas direito à moradia é lei! (Brenda).*

*Há muita injustiça no nosso país. Dizem que há muitos programas, mas quem recebe, quem é beneficiário, vê que não é bem a realidade, né? Falta uma organização do governo, porque a gente vê mesmo essa desigualdade social muito grande. (Ingrid)*

Deste modo, também são flagrantes movimentos de resistência, de luta pela melhora nas condições de vida. A partir desta compreensão de sujeitos de direito e do papel do Estado, abrem-se possibilidades de reivindicação, de disputa na esfera política para a efetivação dos direitos.

#### **4.3.6 Poder e convivência: entre o *legal* e o *ilegal***

Apesar de muitas entrevistas exaltarem fatores como união, respeito, amizade, e proteção como características do cotidiano nas ocupações, houve também quem apontasse para situações em que a convivência não fosse tão amistosa. Foram relatos de furtos entre os próprios moradores, conforme citações abaixo, que atentam para dinâmicas de poder e convivência nas quais legalidade e ilegalidade se entrelaçam.

*Porque se deixar aqui a negada leva mesmo, aqui ninguém tem piedade de ninguém não. (Benício)*

*A metade das minhas coisas eu tive que deixar pra fora, sofá, máquina de lavar. No outro dia de manhã já não tinha mais nada, tinham levado tudo. (Brenda)*

Neste contexto, também fica flagrante na fala dos entrevistados a ausência do Estado em várias dimensões: regulação das relações sociais, provimento de infraestrutura urbana, promoção de serviços e políticas públicas. O convívio com a polícia, por exemplo, se dá com base no medo, devido à indistinção nas abordagens e “distribuição de violência menos seletiva” (CABANES et al., 2011, p. 83). Para ilustrar esta percepção:

*A Polícia não pode passar medo pra comunidade, tem que passar segurança. Mas eles falam que aqui só tem ladrão e vagabundo. (Idália)*

Desta forma, percebe-se a representação do Estado como instituição opressora, violenta, destituindo-se seu papel de garantidor de direitos, de participação política e democrática (OLIVEIRA e RIZEK, 2007). A inadequação dos programas sociais às necessidades dos entrevistados (por exemplo, os programas habitacionais para os quais não conseguem se inscrever pela falta de vínculo profissional formal), corroboram para o descrédito dos moradores para com o Estado, de quem não esperam soluções para seus problemas, pois sempre foi ausente. Sendo assim, a mobilização e organização dos próprios

moradores são tidas como as alternativas para conquistarem melhores condições de habitação:

*Antes de acontecer tudo isso (o incêndio) a gente era largado pelo poder público. Ninguém sabia da gente, ninguém vinha aqui. (Brenda)*

*A gente que se uniu entre os moradores e entre a gente mesmo a gente conseguiu melhorar a nossa causa. Nunca tivemos ajuda do poder público. (Brenda)*

*No começo, a Cohab tinha um projeto nesse terreno, iam tirar a gente daqui, jogar a gente pro aluguel social e depois de um ano ia construir e a gente ia voltar. Tinha planta, ia ter parque, prédio, mas é só faz de conta. (Brenda)*

*Mas o problema é a luz, por ser uma área invadida, nós não temos uma central. Minha geladeira eu não consigo ligar, porque a luz é muito fraca. E o saneamento é tudo. Você anda, fossa do vizinho aberta, o esgoto do vizinho passando na frente da sua casa. Na Dona Cida nós não temos isso, nós somos organizados, (Vera)*

*Se eu entro no Minha Casa Minha Vida eu vou passar 35 anos, 40 anos pagando um terreno menor do que o meu e uma casinha pequena. E aqui eu vou fazer do meu jeito, do jeito que eu quero. Meu filho quer um quarto e eu vou fazer. (Vera)*

Telles (in: OLIVEIRA e RIZEK, 2007) observa o fenômeno atual da erosão do papel do Estado como regulador das relações sociais, do esvaziamento das noções de direito e cidadania e dos acessos aos espaços públicos. Deste modo, o Estado é percebido como ausente e opressor pelos grupos empobrecidos, enquanto grupos sociais mais favorecidos estabelecem relações de clientelismo com os entes públicos.

Quando o Estado não se faz presente, outros grupos sociais assumem a função de regulação das relações sociais. Assim, percebe-se a instauração de um poder paralelo nas ocupações urbanas, onde a vida social parece entrelaçada por relações complexas e fronteiras indiscerníveis entre formal e informal, lícito e ilícito, legal e ilegal (TELLES in: OLIVEIRA e RIZEK, 2007). Por exemplo, nas falas dos entrevistados, fica evidente a presença de uma figura de *chefes* nas ocupações, *donos* do espaço, que autorizam a construção de novas casas, intermediam negociações e comercializam as residências abandonadas.

Carlos, Souza e Sposito (2012) observam um cenário comum em ocupações urbanas, nas quais as transações são realizadas por indivíduos ou grupos que assumem um poder normativo e regulador entre os moradores, de maneira paralela ao Estado. “Para todos os efeitos, internamente à favela, a transação é plenamente válida, e o comprador torna-se dono do imóvel” (CARLOS, SOUZA e SPOSITO, 2012, p. 156), afirmam.

Parecem não se tratar das lideranças comunitárias que participam de movimentos sociais por moradia, ou que reivindicam e promovem mobilizações para a melhoria das condições de vida da população. O assunto é tratado com reservas pelos moradores, mas aparentemente se referem a “sabidas e mal conhecidas” relações com o narcotráfico (TELLES in: OLIVEIRA e RIZEK, 2007, p. 204).

Cabanes et al. (2011) apontam para o tráfico de drogas como atividade estruturante das periferias urbanas em todo mundo, com capilaridades espalhadas por toda cidade, e cujo crescimento se associa à precarização do trabalho formal no contexto do neoliberalismo. “A negligência no tratamento do trabalho suscita no mundo inteiro um forte crescimento do narcotráfico”, afirmam (CABANES et al, 2011, p. 24).

De todo modo, fica evidente um acordo tácito de convivência entre os moradores das ocupações em relação aos narcotraficantes. Famílias que residem nas periferias se adaptam à convivência com a regras do tráfico (CABANES et al., 2011). Há, portanto, uma representação social de que, em não se interferindo nas atividades do tráfico, prevalecerá uma relação de respeito e cordialidade, que se sobrepõe aos conflitos entre os traficantes. Ou seja, o silêncio sobre os atos ilícitos nas ocupações é recompensado por uma sensação de segurança, de tranquilidade.

Kowarick (2009, p. 300) define esta relação como uma “autopercepção de vulnerabilidade, conformismo advindo da necessidade de ficar quieto e indignação decorrente da consciência das injustiças”. Contudo, não é o que se percebe nas afirmações dos entrevistados, que aparentam transitar nestas relações com naturalidade, não deixando flagrantes expressões de eventuais medo ou revolta, como se prevalecesse um acordo tácito de convivência:

*Eu não comento nada com ninguém, a gente não pode maltratar, é só: ‘Oi! Oi! Beleza? Beleza!’ (Benício)*

*Quando eu vim morar aqui, todo mundo falava: ‘cuidado, lá é boca quente, um cara mata o outro’. Bom, se mata, estrangula, é porque com certeza deve alguma coisa, porque ninguém vai sair batendo nos outros de graça, não é? (Benício)*

*Tem gente que acha que tem problema com traficante, mas com a gente nunca teve incômodo nenhum. A gente sai a hora que quer, volta a hora que quer, nunca nos reprimiram. (Brenda)*

*Tem pessoas ruins aqui? Tem, mas você sabendo respeitar todo mundo, você convive bem. (...) Mesmo que tenha gente que vende e que usa (drogas ilícitas), mas não usa no bar, na frente de todo mundo, tem respeito. (Vera)*

*No centro tem (tráfico de drogas), nas melhores famílias, mas aqui tem também. Às vezes um morre, um é preso, troca o comando, mas a gente procura ficar neutro, não se meter. (Idália)*

*É bom de morar. A gente não entra ‘nos valentes’, né? A gente não faz nada, aí eles também não se preocupam com a gente. Entre eles sim, volta e volta é um que vai pra bala, mas com a gente não. (Guilherme)*

Contudo, também há situações em que as dinâmicas do narcotráfico levam a consequências extremas. Cabanes et al. (2011) destacam que, neste contexto, motivos corriqueiros, como desconfianças e desentendimentos, podem ter desfechos violentos. Um caso como este foi descrito em apenas uma das entrevistas. Desta forma, não é possível afirmar se tratar de situação pouco usual ou imperceptível à maioria dos entrevistados, ou se a omissão destes casos ao entrevistador faz parte do acordo implícito de silêncio:

*Quando ele saiu lá na rua, meteram fogo em um lá. Aí meu tio saiu correndo, nunca mais veio, esse tempo todo. Falou: ‘tá louco, se eu for*

*lá vão me matar! Matar nada, se o cara morreu é porque com certeza ele devia. (Benício)*

Sendo assim, percebe-se que os moradores das ocupações transitam habilmente nas tênues fronteiras entre *legal* e *ilegal*, sabendo lidar com os seus códigos próprios, mesmo que estas dimensões se embaralhem e se sobreponham nas situações do cotidiano (TELLES in: CABANES et al, 2011).

#### **4.3.7 Vínculos Sociais: isolamento e aproximações**

Outro fator marcante nas narrativas dos entrevistados refere-se ao conceito de *vínculos sociais*, que podem ser compreendidos a partir da obra de Ana Clara Torres Ribeiro (2005, p. 412) como “as relações que se desdobram no cotidiano e no lugar”, elos entre indivíduos e sociedade, que servem de referência para a ação social.

Em relação aos vínculos entre os moradores das ocupações, percebe-se que as relações de amizade aparecem de forma recorrente nas entrevistas como justificativa para o apeço ao local. Houve quem declarasse que não venderia sua casa na ocupação Dona Cida por dinheiro nenhum, enquanto outros afirmam que, mesmo que tivessem condições financeiras para aquisição de imóveis em outro local, não gostariam de deixar seus vizinhos *para trás*. Neste sentido, Abramo e Faria (1998) destacam como as relações de vizinhança comumente são tomadas como estratégias de sobrevivência nas periferias brasileiras.

Outro aspecto a ser destacado neste sentido são os arranjos e rearranjos familiares como um fator importante na definição dos lugares de moradia: parentes que se afastam ou se aproximam em diferentes momentos da vida. Conforme seus relatos:

*Quando deu um mês que estávamos aqui, meu irmão perdeu o serviço, não tinha pra onde ir, e veio pra cá com a mulher e mais cinco filhos. (Brenda)*

*Eu tenho duas famílias. Em Goiás, eu morava com a minha família que me adotou, e aí eu vim pra cá atrás da minha família de sangue. (Ingrid)*  
*Fui porque eu tinha uma filha lá, mas minha filha faleceu, aí eu vim pra cá. Porque já tinha outros filhos pra cá. (Irineu)*  
*(o ex-companheiro) Foi morar com os parentes e tentar dar um jeito na vida. (Idália)*

Os entrevistados declararam uma série de situações que provocaram mobilidade residencial que permeiam sua trajetória e fazem parte de sua experiência habitacional: brigas entre irmãos que levaram um deles a sair de casa, desentendimento com um núcleo familiar que levou à aproximação com outra parte da família, separações conjugais, falecimento. Ainda, o encarceramento, do entrevistado ou de parentes, configura-se como um fator constante na vida de famílias residentes nas periferias urbanas (CABANES et al., 2011).



Cabanes et al. (2011) apontam para as sucessivas recomposições familiares, em agrupamentos e reagrupamentos provisórios, como estratégias de sobrevivência em um contexto onde o Estado não garante as condições básicas de cidadania, e a família acaba sendo o principal fator de proteção social.

Frente a estas reconfigurações familiares, o fator propriedade, tão valorizado no âmbito das políticas públicas<sup>39</sup> (LORENZETTI, 2011), não se converte em uma garantia expressiva de segurança e proteção. São comuns os casos em que as famílias se separam, fazendo com que um de seus membros deixe para trás o direito de propriedade, sequer considerando o Estado como possível mediador das situações de litígio.

Outro fator relevante a questão dos vínculos é o sentimento de isolamento que atravessa a experiência habitacional dos entrevistados. Morar nas ocupações muitas vezes significa romper, ou pelo menos encolher os vínculos de convivência. São familiares que não os visitam pela precariedade das casas e do entorno, pelo medo da violência urbana que se associa à periferia e às ocupações. Alguns relatos neste sentido:

*Eu tenho família, mas eles não vêm aqui nem dar um bom dia. A família que eu tenho, que eu construí está aqui. (Idália)*  
*E a gente ficava muito triste, porque a maioria dos nossos parentes não vinham na nossa casa por causa da situação da gente. Não por briga nem nada, mas porque não tinha uma água pra servir um café. (Brenda)*  
*O pai do meu marido veio do norte do Paraná, mas ele é cadeirante. É um polaco enorme. E não conseguia chegar na nossa casa, porque os corredores não passavam uma cadeira de rodas. (Brenda)*

Além desta dimensão familiar, os entrevistados descrevem a experiência do isolamento em relação aos serviços e equipamentos públicos, à falta de equipamentos estatais e espaços comunitários na área. Estes fatores parecem corroborar para a representação das ocupações como um lugar distante, precário, afastado da malha urbana e dos espaços de encontros. Segundo os entrevistados:

*Antes de acontecer tudo isso (o incêndio) a gente era largado pelo poder público. Ninguém sabia da gente, ninguém vinha aqui. (Brenda)*  
*E você acha que já não precisava de uma escola aqui? Se tivesse uma escola, ia ter bastante criança. Tem uma escola ali pra trás, se tivesse uma aqui não seria bem melhor? Se tivesse uma escola e uma igreja, ia ser bem melhor. (Guilherme)*

Contudo, é preciso reconhecer que não se trata de um isolamento absoluto. Como observa Telles (in: OLIVEIRA e RIZEK, 2007), há uma rede de relações complexas que permeia o cotidiano nas periferias, com a presença de

---

<sup>39</sup> Lorenzetti (2001) observa que, embora a propriedade seja considerada, no âmbito das políticas públicas, como fator de segurança para o morador, não garante as condições adequadas de moradia (como as provisões de infraestrutura, saneamento, cobertura de serviços e equipamentos urbanos). Ainda, a autora reconhece o fator ideológico presente na afirmação da propriedade como ideal de moradia, remontando ao período da ditadura militar para identificar discursos do governo em favor da casa própria como estímulo à estabilidade social.

diversas organizações não governamentais, universidades, igrejas, movimentos políticos e sociais e com o estabelecimento de associações mais ou menos perenes entre os moradores.

Nas ocupações pesquisadas, o que se percebe é, principalmente depois do incêndio que atingiu a ocupação 29 de março em dezembro de 2018, houve um aumento significativo das ONGs, grupos ligados a igrejas e pessoas *de fora* (que não residem nas ocupações) que passaram a frequentar o local para levar doações. Tais movimentos já eram percebidos, de forma mais tímida, antes do incêndio, mas se intensificaram depois do ocorrido, que ganhou repercussão na imprensa e redes sociais e sensibilizou um grande contingente de pessoas:

*A gente está recebendo ajuda de doações. O povo vem aqui pra conhecer e eu acabei conhecendo gente que traz as coisas. O fogão eu ganhei do CRAS. Também ganhei sofá e geladeira. Minha cunhada também conseguiu doação no face (facebook), isso sem eu correr atrás de nada. Ganhei tudo **de fora**: micro-ondas, até conversor digital! Até sobra coisa, panela, louça, aí eu passo pra frente. (Brenda)*

Entretanto, as doações, por mais bem-intencionadas que sejam (ou pareçam), estabelecem relações materiais e simbólicas de dependência. Neste sentido, a filantropia opera como uma destituição de direitos e da liberdade, como se os moradores das periferias não fossem capazes de superar suas adversidades pela ação política. A caridade não é capaz de provocar as transformações nas estruturas sociais que mantém as elites políticas e econômicas no controle do mercado financeiro e imobiliário (PAOLI in: OLIVEIRA e RIZEK, 2007).

Ainda, cabe destacar o papel da religião como um importante fator de identificação, estabelecimento de vínculos e promoção tanto de aproximações quanto de isolamentos. Nesse sentido, observa-se nas falas dos entrevistados tanto o sentido de comunidade que se estabelece junto aos semelhantes, mas também o potencial afastamento aos que professam sua fé em diferentes religiões.

Cabanes et al. (2011) definem como “caminho religioso” o processo pelo qual moradores das ocupações se aproximam das igrejas como forma de desempenhar um papel social. Nesse sentido, a igreja acaba se tornando um lugar de pertença e visibilidade. Os autores identificam que é um fenômeno muito recorrente nas periferias urbanas brasileiras. Em algumas destas igrejas, há de fato a perspectiva da ação coletiva, o sentido de comunidade.

Contudo, em outras, a noção de *salvação* é individualizada: a submissão e obediência aos dogmas garantiriam uma condição de vida melhor ao sujeito. Deste modo, esvazia-se a dimensão da ação política e coletiva como estratégia para se alcançar maior qualidade de vida.

*Eu tenho uns irmãos adventistas também, gente boa. Todo mundo é gente boa, mas os adventistas nem se fala, porque é da mesma Igreja. (...) Eu estou quase sempre o dia inteiro com a bíblia na mão, procurando me entender bem com as palavras de Jesus Cristo. (Irineu)*

*Falta uma igreja. Eu sou católico, então eu tenho que ir no Sabará, lá perto do postinho, ou então lá em cima pra ir na missa. (...) (Aqui) tem igreja de crente. (...) Não são que nem o católico. (Guilherme)  
E depois você se troca de lugar, e hoje eu nem sou mais sócio de igreja. Quando eu estava no Porto Belo, eu era da (Paróquia) São Rafael, mas eu saí de lá e agora eu vou só no domingo na missa. (Guilherme)*

Com base nos relatos dos entrevistados, percebe-se que seriam necessários mais elementos para se perceber o papel das religiões no cotidiano das ocupações pesquisadas.

Por fim, outro vínculo que foi apontado de forma sutil nas entrevistas e conversas informais refere-se a suas relações com movimentos sociais pelo direito à habitação nas dinâmicas do cotidiano. O Movimento Popular por Moradia organizou as ocupações desde 2012 e seus representantes se fizeram presentes quando da tentativa de reintegração de posse em outubro de 2018. Essas aproximações e distanciamentos não indicam necessariamente fraturas no relacionamento entre movimentos e moradores, mas sim o caráter fluido da atuação destes coletivos.

Contudo, sua presença só pareceu significativa nas falas das pessoas que se identificaram como lideranças comunitárias. Ao que tudo indica, essa relação não atinge de forma significativa o cotidiano dos demais moradores – mesmo sendo este conjunto de ocupações um dos grupos mais atuantes da cidade em manifestações (protestos, reivindicações, conflitos) pelo direito à habitação (FARIA et al., 2017). E não parece se tratar de uma questão referente ao tempo de residência nas ocupações, já que mesmo moradores mais antigos não trouxeram em suas narrativas aspectos relacionados ao Movimento.

#### **4.3.8 Preconceito e estigmas: sentimento de inferiorização pelos *lá de fora***

Outro ponto recorrente nas entrevistas foi a percepção que os entrevistados têm em relação ao preconceito e *estigmas*<sup>40</sup> com os quais são associados por pessoas que não residem nas ocupações. Neste sentido, foi bastante comum nas entrevistas se remeterem às *peças lá de fora*, aquelas que não vivem seu cotidiano, não compartilham das suas lutas.

Os moradores sentem que as *peças lá de fora* os enxergam como bandidos, vagabundos, em uma associação entre a pobreza, informalidade (do trabalho e da situação habitacional) e crime. Carlos, Souza e Sposito (2012) também observam a usual criminalização das populações de baixa renda por ocuparem áreas tidas como ilegais.

Segundo os autores, é comum que se impute à população residente em ocupações a culpa pelos problemas urbanos existentes no local, como a

---

<sup>40</sup> Estigma pode ser definido como: “cicatriz, como aquilo que marca, denota claramente o processo de qualificação e desqualificação do indivíduo na lógica da exclusão” (Wanderley, 2008, p. 24).

violência, degradação ambiental, sem que se questione “os motivos que levaram as pessoas a morar nesses locais, nem a falta de outras possibilidades, incluindo uma política de habitação que atendesse à maior parte da população” (CARLOS, SOUZA e SPOSITO, 2012, p. 116).

Deste modo, a análise converge com o que Kowarick (2009, p. 273) chama de uma “trilogia barraco-pobreza-violência”, um preconceito que faz com que habitantes das redondezas e empregadores estabeleçam um olhar discriminatório para os moradores de ocupações. Nas palavras do autor, trata-se de:

Um imaginário social que associa camadas pobres a um modo e condição de vida que estaria nas raízes crescentes da violência (...). Esta associação é uma marca das representações que sempre se fizeram acerca da pobreza, que precisava ser domesticada e moralizada nos seus hábitos, costumes e comportamentos (Kowarick, 2009, p. 91).

É interessante notar que os próprios entrevistados parecem assumir essa clivagem que opõe trabalhadores e bandidos (CABANES et al., 2011), ou, em suas palavras, *peças de família* e *peças ruins*. Sendo assim, admitem que existem pessoas que desenvolvem atividades ilícitas nas ocupações, que *estragam* o local, mas defendem que *não se pode generalizar* porque a maioria das famílias não se envolvem com estas atividades. Recuperam-se alguns trechos das entrevistas significativos neste sentido:

*Isso acontece muito: generalizar. Pegam todo mundo e colocam numa panela só. Na verdade, isso é ruim de morar aqui. (...) Aqui só tem ladrão, prostituta e vagabundo. É o que o povo lá de fora fala. Mas tem um monte de criança, até mais do que lá fora. Tem idoso, cadeirante, famílias. (Idália)*

*Não vou dizer que não tem (pessoas envolvidas com criminalidade, tráfico), tem, que nem tem em todo lugar. Só que o que acontece? O povo julga demais porque, no olhar deles, estamos numa área que não é nossa. (Brenda)*

*A gente é muito mal enxergado por conta dos outros, de pessoas que estragam a nossa vila aqui. A TETO que conheceu a gente antes de acontecer tudo isso (o incêndio em dezembro de 2018), que foi a única que vinha aqui antes, conhecia boa parte da gente, eles sabem que aqui a maioria das pessoas, vou dizer, 90%, são pessoas de família. (Brenda)*

Este olhar depreciativo também fica flagrante na opinião pública acerca das manifestações por melhores condições de moradia. Kowarick (2009) considera que, ao se considerar o pobre como criminoso, nega-se sua condição de sujeito de direitos, desresponsabilizando-se o Estado da promoção de condições de cidadania. Paugam (2008, p. 71) denomina este fenômeno como um processo de “desqualificação social”.

Sendo assim, compreende-se o rechaço de *peças que têm sua casa própria* em relação às reivindicações dos moradores das ocupações, como se o pagamento das tarifas públicas fosse requisito para o acesso a direitos:

*Um dia nós fizemos manifestação na BR e falaram: “ah, não pagam luz, não pagam nada e estão querendo pedir alguma coisa?!” Isso é preconceito! (Brenda)*

*Aqueles que mais falam da gente é quem tem sua casa própria, seu carro na garagem, tem a vida ganha. (Brenda)*

Kowarick (2009, p. 288) ainda discorre sobre o sentimento de humilhação que usualmente acomete as populações periféricas: “na favela, além de todas as carências urbanas e sociais, sobre ela despenca a pecha de covil de criminosos”. Sendo assim, compreende-se porque há quem esconda sua condição habitacional para manter vínculos sociais fora das ocupações, como se pode constatar na afirmação a seguir:

*Na escola ninguém sabe que eu moro na favela. O pessoal ainda acha que eu moro no (bairro) Novo Mundo. Porque eles têm uma visão de pobre muito miserável, eles acham que quem mora na favela é miserável. (Vera)*

Para tentar a superação destes estigmas, as lideranças locais propõem uma mudança de nomenclatura ao se referirem ao seu lugar de moradia: passam a adotar o nome de comunidade, por entenderem ser um conceito mais palatável socialmente, que conta como uma representação positiva de união, enquanto favela e invasão denotam uma situação irregular, à margem da lei.

*Agora estamos conversando aqui pra não chamar mais de favela, nem de invasão. O certo é ocupação. Agora cessou favela, agora é comunidade. Porque até o jeito que você fala faz diferença. (Brenda)*

Carlos, Souza e Sposito (2012) observam o uso do termo comunidade como estratégia de construção de uma imagem que favoreça a autoestima coletiva, ao invés de reforçar a estigmatização. Este sentido sobrepõe-se à usual crítica que se faz ao termo nos meios técnico e científico, apontando-se para uma possível ocultação dos conflitos internos e diferenças subjetivas entre os moradores de uma área. A mudança, contudo, parece ainda não ter sido assimilada pelo conjunto dos entrevistados, que muitas vezes se referiram ao local como favela.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral compreender as representações sociais de moradores de ocupações na região do Sabará – CIC sobre suas condições de moradia, suas aspirações quanto à habitação e a forma com que as desigualdades impactam em seu cotidiano.

Para se chegar a esta compreensão, buscou-se analisar as marcas da segregação socioespacial na produção do espaço em tais ocupações e identificar os fatores históricos que contribuem para esta segregação. Ainda, buscou-se analisar o conteúdo das entrevistas realizadas com moradores das ocupações para identificar como as dinâmicas da segregação atravessam sua experiência habitacional.

No que se refere à área onde as ocupações estão localizadas: verificou-se que a CIC fora planejada pelo poder público com vistas ao deslocamento e atração de atividade industrial, em uma aliança entre profissionais do urbanismo e interesses privados de elites econômicas locais (OLIVEIRA, 2000). Contudo, a despeito do planejamento, percebeu-se que um grande número de conjuntos habitacionais, loteamentos populares e ocupações irregulares se estabeleceram no local (PILOTTO, 2010), sem que a região fosse dotada da infraestrutura e serviços públicos necessários para esta população.

Considerando que o espaço é um produto da ação humana, em uma relação dialética, é preciso localizar este processo de produção em um momento histórico, com as características da sociedade que o produz (CARLOS, SOUZA e SPOSITO, 2012). No contexto de uma sociedade capitalista, cujo modo de produção e acumulação é marcado pelas desigualdades, percebe-se que a produção do espaço nas cidades brasileiras é comumente marcada por uma série de contradições. Entre elas, a sobreposição do valor de troca ao valor de uso do espaço, privilegiando os interesses econômicos frente à necessidade da utilização do espaço pela população para reprodução da vida, para os encontros.

No caso da produção do espaço urbano em Curitiba, e mais especificamente na região do CIC, não se foge à regra. Enquanto o Estado e elites econômicas atuam para resguardar as melhores áreas da cidade para usufruto de quem possa pagar por elas, sobra para a população mais pobre os lugares residuais, afastados dos centros comerciais, de serviços públicos e de lazer, carentes de infraestrutura e saneamento, precários nas condições habitacionais.

No caso das ocupações Nova Primavera, Tiradentes, 29 de março e Dona Cida, percebe-se um acentuado processo de espoliação, ou seja, de perda contínua das condições objetivas e subjetivas de status socioeconômico (KOWARICK, 2009). Os moradores, sem recursos para adquirirem a propriedade de imóveis no mercado formal, acabam compelidos a residir em uma

área onde não apenas as moradias, mas também a infraestrutura é autoconstruída, com todas as dificuldades técnicas e de disponibilidade de recursos.

Deste modo, verifica-se que a população residente nestas ocupações sofre um processo de inclusão precária na sociedade, ou seja, fazem parte das dinâmicas da sociedade, não estão apartadas, mas ocupam um lugar de pobreza, de privação material e de oportunidades, de violação de direitos (MARTINS, 1997). Ao se considerar o caráter subjetivo que estas limitações operam, pode-se tomar este processo como uma forma de exclusão – não da cidade, mas do usufruto de direitos e dos acessos (SAWAIA, 2008).

Este cenário de privações se opõe ao que Lefebvre (2001) preconiza como direito à cidade, o uso pleno e inteiro da cidade por seus habitantes, servindo-se do emprego do tempo e dos espaços para os encontros e trocas, para a reprodução da vida (LEFEBVRE, 2001). Deste modo, a realização das entrevistas buscou proporcionar a compreensão de como os moradores das ocupações percebem sua experiência habitacional, seus acessos a cidade e relações sociais, suas perspectivas de moradia no futuro.

Partiu-se, portanto, de uma compreensão da Teoria das Representações Sociais como superação da dicotomia entre o individual e o coletivo, uma vez que o trabalho de Moscovici (2004) aponta para construções, proposições e explicações da realidade que são forjadas no cotidiano e nas relações entre sujeitos e sociedade. Deste modo, propicia-se o avanço da Psicologia Social para uma condição de diálogo com outras áreas do conhecimento, com uma visão dialética entre teoria e prática, permitindo assim sua contribuição no olhar intersetorial para a cidade.

A partir das entrevistas e da observação resultante da aproximação do pesquisador com o público das ocupações, verificou-se a hipótese de que tais representações sociais teriam influência significativa nas formas e objetivos das reivindicações destes moradores pela efetivação do direito à cidade.

Nesse sentido, pode-se verificar como representações sociais entre os moradores: a moradia é entendida como uma responsabilidade individual e não um direito. Considera-se que a habitação é digna quando possui fatores básicos, como saneamento, água e luz, além das relações de solidariedade e afeto entre vizinhos. Também se preza pela condição de conforto e pela infraestrutura urbana.

As áreas urbanizadas da cidade são tidas como centro, e o acesso a estas regiões é considerado um privilégio de quem trabalha (principalmente no mercado formal), e que tem renda para consumir nestes locais. Neste contexto, não se considera o acesso como direito, e não se têm no governo a expectativa de mudança de cenário. Tampouco as contradições do modo de produção capitalista aparecem nas representações sociais como causas dessa desigualdade de acessos.

Sendo assim, notou-se que, de fato, a segregação e as desigualdades atravessam de forma relevante as representações sociais dos entrevistados quanto à habitação e à cidade. Eles reconhecem sua condição de pobreza, como também percebem que outras regiões da cidade possuem condições de infraestrutura superiores, melhores acessos a serviços públicos, espaços de lazer e de encontros, maior concentração de empregos e de oportunidades de geração de renda.

Contudo, compreendem as ocupações como sua única possibilidade de moradia, por não poderem pagar pela aquisição nem mesmo pelo aluguel de imóveis nas áreas regularizadas da cidade. Portanto, na visão dos moradores, estar ali não se trata de uma preferência, mas sim de uma necessidade, da falta de opção.

De todo modo, na maioria das vezes parecem resignados e conformados com a alternativa que lhes sobrou, assumindo que não há expectativas de passarem (ou voltarem) a residir em regiões mais centrais, mais urbanizadas. Foram recorrentes os relatos de que *são felizes com pouco, qualquer lugar para eles está bom, ou não se importam com as carências materiais*. Sendo assim, manifestam em vários momentos os aspectos positivos de se viver nas ocupações, ressaltando principalmente as relações de amizade e solidariedade entre os vizinhos, que tornam o espaço um lugar de sossego, referência e liberdade.

Os aspectos desfavoráveis da experiência habitacional nas ocupações (principalmente no que diz respeito ao saneamento e iluminação, segurança e serviços públicos – fatores que demonstram o quanto o espaço é produzido de maneira desigual na cidade) foram comumente contemporizados nas entrevistas, como se fossem problemas comuns a outras áreas da cidade. *Dificuldades existem em todos os lugares*, dizem.

É importante constatar que as desigualdades de condições socioeconômicas presentes na sociedade são tomadas com naturalidade por grande parte dos entrevistados, como se fossem circunstâncias naturais da vida, fortuitas. *Algumas pessoas têm mais oportunidades e outras menos*, afirmam.

Nesse sentido, observa-se a prevalência, em determinados momentos, da dimensão do espaço concebido (SCHMID, 2012; MATIAS, 2016; LUNA, 2017), ou seja, como as pessoas usualmente naturalizam as desigualdades que se estabelecem no espaço (e a partir dele), e não conseguem perceber os processos de dominação, segregação e exclusão que sustentam (e se sustentam) nestas relações.

Ainda, observa-se que parece não haver, entre a população pesquisada, a expectativa de uma significativa ascensão social por meio do trabalho. O trabalho individualizado, precarizado, que não permite previsibilidade nem estabilidade é marca da fase atual do capitalismo (CABANES et al., 2011), e é a tônica da geração de renda nas ocupações pesquisadas, onde prevalece a lógica da *viração* como modo de sobrevivência.



Muitas vezes dependentes de benefícios assistenciais, de transferência de renda, de trabalhos esporádicos e informais, o máximo que os entrevistados parecem almejar é uma lenta e gradual utilização de seus poucos recursos para a promoção de melhorias em suas unidades habitacionais, como a ampliação de um quarto, a reforma em uma cozinha, ou a construção de um banheiro.

Tampouco se espera alguma solução para os problemas habitacionais por parte do Estado. Primeiro, porque se compreende a atuação estatal muito mais forte do ponto de vista da repressão do que da promoção de direitos. Os moradores relatam a ausência de agentes públicos de saúde e assistência social para atenção a suas demandas, ao mesmo tempo que a polícia é percebida como uma presença ostensiva e violenta no cotidiano das ocupações.

Também porque se reconhece a inadequação das políticas habitacionais que historicamente foram promovidas no Brasil. A exigência de financiamentos de longo prazo para acesso aos programas, a estandardização das unidades habitacionais, a baixa qualidade construtiva e a falta de participação dos beneficiários nas escolhas relativas à moradia são fatores constatados pelos moradores das ocupações, que, por isso, não demonstram desejo de serem atendidos por programas de habitação do governo.

E, além disso, porque há uma representação presente nos discursos de que o fato de não pagarem tarifas públicas, ou de não terem a propriedade de suas casas reconhecida do ponto de vista jurídico, rebaixaria os moradores das ocupações a uma condição de não atendimento pelo poder público – uma condição de *subcidadania*, como classifica Ribeiro (2005). Desta forma, estabelece-se uma relação clientelista com o poder público, a espera de algum benefício eventual, de ajuda para o provimento de alguma benfeitoria, mas não uma efetiva relação de participação política e garantia de direitos.

Contudo, não se pode resumir as percepções desta pesquisa ao aspecto do conformismo, ou da indiferença dos entrevistados em relação à habitação. As dinâmicas e relações nas ocupações são complexas e as experiências de moradia se mostraram muitas vezes singulares e contraditórias. Afinal, Sá (1996) observa que Moscovici não considera o consenso como característica fundamental das representações sociais. Ainda, Jovchelovitch (in: ARRUDA, 1998) destaca a importância da pluralidade e do reconhecimento das contradições no estudo destas representações.

Moura e Ultramari (1994) declaram que só o fato de sobreviver às agruras do cotidiano<sup>41</sup> nas periferias das cidades brasileiras já se constitui como um ato legítimo de resistência. Trata-se, na maioria das vezes, de uma resistência silenciosa, como definem Carlos, Souza e Sposito (2012), ou, como observa

---

<sup>41</sup> Exemplos destas agruras não faltam nos relatos dos entrevistados: dificuldades na vida diária como a falta de água e luz para as tarefas domésticas, a convivência com a falta de saneamento, as situações de violência urbana enfrentadas, as carências materiais, estigmas e preconceitos sofridos, o isolamento e rompimento de vínculos familiares são algumas das adversidades enfrentadas por eles diariamente.

Chauí (1994, p. 63), não são necessariamente ações *deliberadas* de resistência, mas “práticas dotadas de uma lógica que as transforma em atos de resistência”.

Neste sentido, o que se percebe é que os moradores das ocupações reproduzem representações difundidas socialmente, como a ideia de que as áreas centrais são inacessíveis para eles para moradia, de que não há solução habitacional possível por parte do poder público, e de que as desigualdades são naturalizadas, insuperáveis.

Mas, ao mesmo tempo, parece que se recusam a aceitar a precariedade das condições de moradia e, portanto, se dispõem a mobilizar esforços para melhorá-las (vide a construção coletiva de casas, ruas e valetas, a instalação de postes de luz, geradores, encanamento).

Desta forma, é notório o desejo dos moradores permanecerem na área das ocupações. O desejo de uma melhor condição habitacional passa, portanto, pela ampliação das moradias, realização de reformas, aquisição de mobiliário e, principalmente, pelo provimento de infraestrutura e saneamento no local – seja por ação do poder público, na qual têm pouca esperança, ou pela autoconstrução.

Sendo assim, a despeito de um recorrente discurso técnico, científico, geralmente alinhado aos interesses do mercado, que aponta para a remoção das famílias das áreas *irregulares* como o caminho para melhora de suas condições de vida (CARLOS, SOUZA e SPOSITO, 2012) – *racionalidade técnica* esta que é duramente criticada por Lefebvre (2001). Afinal, como aponta Villaça (1986), não há um padrão ideal de habitação a ser conquistado – o que existe é a luta constante da classe trabalhadora pela conquista de melhores condições de vida dentro das condições políticas, sociais e econômicas de cada tempo.

Outra potência que se manifesta no cotidiano das ocupações são as táticas de reprodução da vida que evidenciam uma hábil utilização do tempo e dos espaços (CERTEAU, 2007). Refere-se aqui às recorrentes mobilizações dos moradores para transformação do espaço nas ocupações: a praça em construção vira palco para uma festa, uma casa é convertida em cozinha comunitária para servir a um evento, outra é transformada em banheiro para atender ao público de um sarau, um terreno ganha uma tenda (e depois uma casa de madeira) para armazenar doações que serão distribuídas, rifas e bingos são organizados para arrecadar recursos em prol da aquisição de equipamentos para uso público.

Mesmo após o incêndio, no final de 2018, que se constituiu como um momento trágico para os moradores (já que muitos perderam grande parte de seus bens e foram causados inúmeros transtornos), a mobilização e organização dos moradores acabaram sendo fatores preponderantes para a reconstrução do espaço. O evento, que causou grande comoção popular, fortaleceu parcerias, aproximou novos públicos das ocupações e provocou o trabalho coletivo para repensar as condições de habitação no local.

Esta apropriação dos espaços e dos tempos, servindo ao uso de seus habitantes, parece convergir com o que Lefebvre (2001) preconiza como direito ao que considera a *cidade ideal*: “seria a cidade efêmera, perpétua obra dos habitantes, eles mesmo móveis e mobilizados para/por essa obra. O tempo aí retoma seu lugar, o primeiro lugar” (LEFEBVRE, 2001, p. 133). Deste modo, a vida nas ocupações parece se reproduzir em *brechas espaciais*: movimentos próprios dos moradores, que escapam do controle dos agentes que detêm o poder econômico e político em outras escalas (CARLOS, SOUZA e SPOSITO, 2012).

Nesse sentido, se, segundo Lefebvre (2001), habitar é participar da vida social, percebe-se que ao lançarem mão destas brechas, a população residente nas ocupações se aproxima, em certa medida, da efetivação do direito à cidade. Isso não significa dizer outras dimensões não são importantes para a efetivação deste direito, como regularização urbanística, as condições de infraestrutura, o acesso a serviços públicos e a participação política. Os moradores reconhecem tais fatores (ou pelo menos a maioria deles) como imprescindíveis, mas a experiência habitacional não se resume às carências. Há luta mesmo sob a opressão das precariedades, das faltas de acesso, da repressão (OLIVEIRA e RIZEK, 2007).

É desta luta que pode emergir a transformação das relações sociais, uma nova forma de se viver a cidade que permita a utilização dos tempos e espaços em função da reprodução da vida, e não apenas da sobrevivência. Pois, como aponta Lefebvre (2001), são as classes contra as quais a segregação é essencialmente dirigida que são capazes da realização de práticas revolucionárias para a solução dos problemas urbanos.

Por fim, cabe destacar que este trabalho, por seu caráter exploratório, atravessa uma série de questões relevantes, que não foram alvo de aprofundamento para não provocarem a difusão do objeto de pesquisa, mas que evidenciam novos problemas para futuras investigações.

A intenção aqui presente foi perceber os efeitos das representações sociais sobre cidade e habitação nas aspirações e reivindicações dos moradores das ocupações por melhores condições de moradia. Sendo assim, uma nova e interessante questão de pesquisa refere-se ao processo de consolidação destas representações: que fatos na trajetória de desposseções (VARGAS, 2006) dos sujeitos contribuíram para que construíssem sua compreensão quanto à moradia e cidade, de modo que passassem a intencionar a permanência nas ocupações? Como as transformações no mundo do trabalho, nas relações produtivas influenciaram na formação dessas representações?

Por exemplo: durante as entrevistas e conversas informais, foram relatadas experiências de demissões, de pessoas que não conseguiam mais trabalhos, mesmo que informais, devido à distância em relação aos centros comerciais e ao preconceito de possíveis empregadores para com moradores de ocupações. Sendo assim, tais situações impactam na diminuição, ou até na perda de perspectivas de melhoria nas condições habitacionais?

Ainda, como os meios de comunicação de massa, que Jovchelovitch aponta como um importante fator para a formação das representações sociais (in: ARRUDA, 1998), corroboraram para a conformação das aspirações habitacionais destes moradores? E as políticas públicas, os programas de habitação, da forma que foram produzidos e com as quais estas pessoas tomaram contato, também tiveram relevância neste processo?

Além disso, quais são as representações sociais de outros grupos em relação ao problema habitacional verificado nesta região? Como pensam os moradores de regiões vizinhas em relação às ocupações? E outros setores da sociedade, pessoas residentes em áreas mais valorizadas da cidade?

Afinal, a despeito das distâncias físicas e simbólicas que afastam as ocupações da malha urbana, o isolamento não é absoluto, existe uma rede de relações que se estabelece entre os moradores e outros grupos sociais. Principalmente depois do incêndio que ocorreu na ocupação 29 de março em dezembro de 2018, nota-se no local a intensificação do trânsito de pessoas relacionadas a movimentos sociais, imprensa, pesquisadores, grupos ligados a universidades, organizações não governamentais, inclusive de cunho religioso.

Aliás, a presença das igrejas e a importância da religião nas áreas periféricas do país são um ponto levantado por Cabanes et. al (2011) e que foi apenas tangenciado nas entrevistas. Sendo assim, mais uma questão para futuras investigações seria a manifestação dos grupos religiosos nas ocupações. Como estas relações contribuem (ou não) para a mobilização, o sentido de comunidade, e os processos coletivos? Deste modo, seria a participação em grupos religiosos um fator que pode contribuir com efetivação do direito à cidade e à moradia?

Outra questão que aponta para futuras pesquisas diz respeito aos fenômenos de violência urbana. Destaca-se o que Telles (in: Oliveira e Rizek, 2007) chama de sabidas e mal conhecidas capilaridades do tráfico de drogas nas práticas urbanas. O assunto foi abordado com reservas nas entrevistas, geralmente de forma parcimoniosa, como sinal do acordo tácito de convivência entre os entrevistados e operadores do tráfico.

Sendo assim, cabe refletir se o aprofundamento da compreensão quanto a estas relações é possível, útil à sociedade e ético na preservação da vida dos moradores. Não se trata aqui de estigmatizar ou criminalizar a pobreza (e o modo de vida das pessoas pobres) associando-a à violência urbana, mas, pelo contrário, de entender como estas relações são abrangentes a toda sociedade.

Mais um aspecto que pode ser tomado para futuras investigações é a atuação dos movimentos sociais no cotidiano das ocupações. Segundo Damiani, Carlos e Seabra (1999) os grupos organizados configuram-se como potentes espaços de participação política, um elemento fundamental para as disputas de interesses na frágil democracia brasileira, com vistas não apenas à garantia dos direitos de cidadania já estabelecidos (mas não efetivados), como à criação de novos direitos para uma organização social mais justa. Martins (1997) também

destaca a dimensão da legitimidade destes movimentos<sup>42</sup>, que se constituem, para o autor, como importantes contrapontos ao poder dominante.

Contudo, os movimentos sociais de luta por moradia só apareceram nas entrevistas das lideranças das ocupações, não aparecendo como um tema relevante para a maioria dos entrevistados. As instituições formais, como associações ou organizações, não parecem, portanto, fazer parte efetivamente do cotidiano da população. Com a pobreza naturalizada, não se aponta para a organização política como caminho para a efetivação de direitos.

Embora pudessem configurar como grande potência para as reivindicações por melhorias no espaço, ou por outras ações do poder público, a ação dos movimentos sociais aparenta ser intermitente: eles aparecem quando há algum risco iminente, como uma ação judicial, mas não são vistos como uma alternativa concreta para a promoção de condições dignas de moradia.

Cabe verificar, portanto, se fenômenos nacionais e mundiais, como as transformações no modo de produção capitalista e a indeterminação política, poderiam ter provocado a dispersão dos movimentos sociais, e se esta seria de fato irremediável (OLIVEIRA e RIZEK, 2007).

Sendo assim, conclui-se, em última análise, que a questão habitacional diz muito das dinâmicas sociais que se estabelecem na cidade. Deste modo, as ocupações urbanas constituem-se em como um objeto de pesquisa instigante, uma vez que evidenciam uma série de contradições decorrentes da produção desigual do espaço sob a lógica do sistema capitalista. Neste sentido, ressalta-se a validade da Teoria das Representações Sociais como viés de análise, pois o reconhecimento destas representações permite uma compreensão dos fenômenos urbanos sustentada na vida das pessoas que habitam a cidade.

---

<sup>42</sup> O autor se refere especificamente o MST, mas a análise parece apropriada também a outros movimentos representativos, que opõem “a legitimidade de seus direitos sociais à legalidade iníqua que sustenta os interesses econômicos especulativos das oligarquias políticas” (MARTINS, 1997, p. 59).

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro; FARIA, Teresa Cristina. **Mobilidade Residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário**. In: Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais [ABEP]; 1998; Caxambu, MG. Belo Horizonte: ABEP; 1998. p. 421 – 457.

ABRAMO, Pedro. **A cidade Com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais v. 9 n. 2 / novembro 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n2p25>> Acesso em 01/07/2018.

ALBUQUERQUE, Aline Figueiredo de. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade-modelo”**. (2007) Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALMEIDA, D. **A casa almada: a experiência do reassentamento involuntário**. (2015) Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). USP, São Paulo.

ALVES, Glória da Anunciação. **A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). A Produção do Espaço Urbano: Agente e Processos, Escalas e Desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

ARRUDA, Ângela (org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BALBIM, Renato. Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: Ipea - ITDP, 2016.

BARBOSA, Jorge Luis. **O significado da mobilidade na construção democrática da cidade**. In: BALBIM, Renato. Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: Ipea - ITDP, 2016.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BERTOL, Laura Esmanhoto. **Terra e Habitação: o problema e o falso problema**. As políticas de obscurecimento do preço da terra na política habitacional em Curitiba. (2013) Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). FAU-USP, São Paulo.

BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema**. In: MARICATO, Ermínia. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

BONDUKI, Nabil Georges; ROLNIK, Raquel. **Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho**. São Paulo: FAUUSP - Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979.

CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele S.; TELLES, Vera da Silva (orgs). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas, et al.. **Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas; GUARESCHI, Pedrinho A. (orgs.). **Paradigmas em Psicologia Social: A Perspectiva Latino-Americana**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARDOSO, Adauto Lucio; JAENISCH, Samuel Thomas. **Mercado imobiliário e política habitacional nos governos Lula e Dilma: entre o mercado financeiro e a produção habitacional subsidiada**. XVII Enanpur: São Paulo, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço e Indústria – 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1990.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: Agente e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, Márcia Cardim de. **Mobilidade residencial de famílias de baixa renda e estruturação interna da cidade**. São Paulo: XVII Enanpur, 2017.

CEFURIA. **Ocupação Tiradentes resiste e ameaça de despejo**. Publicado em 30 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.cefuria.org.br/2015/04/30/ocupacao-tiradentes-contr-a-ameaca-de-despejo/> - Acesso em 02/08/2018.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996 – 6ª ed.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2007 – 13ª ed.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CRUZ NETO, Otávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (coord.) Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade - 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (orgs). **O Espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

D'ALESSIO FERRARA, Lucrécia. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. São Paulo: Edusp, 1993.

DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. **A Identidade em Psicologia Social: dos processos identitários às representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

DIAS, Paola Lisboa Côdo. **Sob a “lente do espaço vivido”: a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea**. (2015) Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FARIA, José Ricardo Vargas de; POLLI, Simone Aparecida; FRÓES, Ana Claudia Stangarlin; SOUZA, Mayara Vieira de. **Protestos por Moradia e Política de Habitação em Curitiba: lutas por regularização fundiária e produção habitacional**. XVII Enanpur: São Paulo, 2017.

FERRARA, Luciana Nicolau. **Urbanização da natureza: da autoprovisão de infraestrutura aos projetos de recuperação ambiental nos mananciais do sul da metrópole paulistana**. (2013) Tese (Doutorado – Área de concentração: Tecnologia da Arquitetura) – FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, José Sette Whitaker (coord.). **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano**. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

FORTUNATO, Rafaela. **A sustentabilidade na habitação de interesse social: Estudos de caso em reassentamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida no Núcleo Urbano Central da Região Metropolitana de Curitiba - municípios de Curitiba e Fazenda Rio Grande** (2014). Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa**. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 116, p. 21-39, Julho de 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002&lng=en&nrm=iso). Acesso em 02/08/2018.

FREITAS, Rosiane Correia de. **Defensores recebem cinzas de casas destruídas**. Plural (online), 16 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/posse-publica-celebra-luta-pela-terra-em-curitiba/> - Acesso em 11/02/2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Teresinha Maria. Habitação e sustentabilidade urbana. Revista INVI, Santiago, Chile. v. 24, n.º 65, 2009. Disponível em: <http://www.revistainvi.uchile.cl/index.php/INVI/article/view/71/454> - Acesso em 02/08/2018.



GONÇALVES, Raquel Garcia; SIMÃO, Karina Machado de Castro; PAIVA, Ricardo Viana de; RAMOS, Viviane Silva. **Sobre conflitos urbanos, territórios e poder: a disputa pela incerteza**. XVII Enanpur: São Paulo, 2017.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **O social na psicologia e a psicologia social: A emergência do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 2016 (3ª ed.).

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010

GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em Representações Sociais** (5ª ed.). Petrópolis: Vozes, 1999.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais**. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em Representações Sociais** (5ª ed.). Petrópolis: Vozes, 1999.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Representações sociais: avanços teóricos e epistemológicos**. *Temas em Psicologia da SBP* – 2000, Vol. 8 n.º 3, p. 249-256.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HOLANDA, Aline Gomes. **Desenho Urbano e Participação Comunitária: Estratégias de Resistência e Mobilização**. 2018. 89 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

HOSHINO, Camilla. **MTST ocupa quarto terreno na Cidade Industrial de Curitiba**. *Brasil de Fato* (online), 17 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/17/por-moradia-digna-familias-ocupam-terreno-na-cidade-industrial-de-curitiba/> - Acesso em 02/08/2018.

JODELET, Denise. **Os processos psicossociais da exclusão**. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* – 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais**. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em Representações Sociais** (5ª ed.). Petrópolis: Vozes, 1999.

JURBERG, Marise Bezerra. **Individualismo e coletivismo na psicologia social: uma questão paradigmática**. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas; e GUARESCHI, Pedrinho A. (orgs). Petrópolis: Vozes, 2000.

KAPAZ, Tainá de Paula. **A não-cidade do Rio de Janeiro. Diáspora Urbana**. 15 de outubro de 2017. Disponível em: <http://diasporaurbana.com.br/2017/10/a-nao-cidade-do-rio-de-janeiro/> Acesso em 30/07/2019.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: Sobre a vulnerabilidade econômica e civil**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001
- LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4ª edição. Paris, França: Éditions Anthropos, 2006.
- LELIS, Natália. Ocupações Urbanas: a poética territorial da política. In: **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.** (online). Recife, v. 18, n. 3, p. 428-444. Set – Dez/2016.
- LIMA, Paulo Rolando de. **O planejamento e a gestão urbana gerando risco: Acidentes de trânsito no Bairro CIC – Cidade Industrial de Curitiba entre 2005 e 2008**. (2009) Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), UFPR, Curitiba.
- LORENZETTI, Maria Sílvia Barros. **A questão habitacional no Brasil**. Brasília; Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em: [http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1469/questao\\_habitacional\\_lorenzetti.pdf?sequence=3](http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1469/questao_habitacional_lorenzetti.pdf?sequence=3) – Acesso em 02/01/2019.
- LUNA, Luis Alberto. Representação e produção do espaço: duas conceituações analisadas por Henri Lefebvre. *Diaphonía*. v. 3, n. 1, p. 21-31, 2017.
- LUCCA, Heloisa Pires de. **Retorno à Favela: experiências vividas por mulheres removidas e reassentadas em um conjunto habitacional da cidade de São Paulo** (2008). Dissertação (Mestrado em Serviço Social) PUC-SP, São Paulo.
- MANZINI, E.J. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: Seminário Internacional Sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos: A pesquisa qualitativa em debate. Bauru: USC, 2004.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M: **Fundamentos de Metodologia Científica – 5ª ed.** São Paulo, Atlas, 2003.
- MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e Representações Sociais: as dinâmicas da mente**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MARONI, Amnérís. **Psicanálise e ciências sociais: tecendo novos caminhos de pesquisa**. *J. psicanal.*, São Paulo , v. 39, n. 71, p. 231-246, dez. 2006. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-58352006000200014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000200014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 22/02/2018.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MATIAS, Keidy Narely Costa. Henri Lefebvre e a dialética da tríade: a produção social do espaço. **Novos rumos sociológicos**. v. 4, n. 6, p. 155-165, 2016.
- MELLO, Sílvia Leser de. **A Violência Urbana e a exclusão dos jovens**. In: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social – 8ª ed.** Petrópolis: Vozes, 2008.

MELO, Laís. **Ocupação 29 de março: reconstrução a partir das cinzas**. Brasil de Fato (online), 25 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/25/ocupacao-29-de-marco-reconstrucao-a-partir-das-cinzas/> - Acesso em 11/02/2019.

MIGUEL, Hélio. **Vila destruída pelo fogo evidencia drama habitacional em Curitiba**. Democracia Popular (online), 09 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://democraciapopular.org.br/noticia/gazeta-do-povo-vila-destruida-pelo-fogo-evidencia-drama-habitacional-em-curitiba?fbclid=IwAR3zeetaujZD6BLMcyu2Qz4GznibS9uvBLXXeNemhn2HjyJSa-Jd02O8IbA> - Acesso em 11/02/2019.

MILANO, J. Z.; BONADIO, M. G. **Centro versus periferia: a produção periférica de habitação social na “cidade modelo” brasileira**. Cuadernos de Vivienda Y Urbanismo. ISSN 2027-2103. Vol. 6, No. 11, Janeiro/Junho 2013: 140-155. Disponível em: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cvyu/article/viewFile/5513/4514> Acesso em 20/02/2018.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2004 - 2ª ed.

MOSTAGI, Nicole Cerci et al. Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. **Interações (Campo Grande)**. Campo Grande, v. 20, n.1, p. 111-124, Jan.2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-70122019000100111&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000100111&lng=en&nrm=iso). Acesso em 14/09/2019.

MOURA, Rosa; ULTRAMARI Clovis (orgs). **Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: Ipardes, 1994.

NERI, Bruna Clézia Madeira. **Representações sociais e extrema pobreza: travessias de (r)existência**. Dissertação de Mestrado. Orientador: Pedrinho A. Guareschi. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o Mito da Cidade Modelo**. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs). **A era da indeterminação**. Boitempo: São Paulo, 2007.

PADILHA, Paula Zarth. **Retratos da luta pela moradia em Curitiba**. Terra sem Males (online), 26 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.terrasemmalas.com.br/retratos-da-luta-pela-moradia/> - Acesso em 02/08/2018.

PADILHA, Paula Zarth. **Famílias da ocupação Dona Cida se mobilizam contra ameaça de despejo em Curitiba**. Brasil de Fato (online), 25 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/25/familias-da->

ocupacao-dona-cida-se-mobilizam-contra-ameaca-de-despejo-em-curitiba/ - Acesso em 11/02/2019.

PAOLI, Maria Célia. O mundo do Indistinto: Sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs). **A era da indeterminação**. Boitempo: São Paulo, 2007.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. A “não-cidade”: a favela vista pelos cronistas do início do século XX. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, Vol. 03, nº. 03, p. 8-25, out-mar. 2014/2015.

PAUGAM, Serge. **O enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social**. In: SAWAIA, Bader (org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social – 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PAULA, Alexandre da Silva de; KODATO, Sérgio. Psicologia e Representações Sociais: uma aproximação histórica. **Revista de Psicologia da IMED, 8(2): 200-207, 2016**.

PEREIRA, Luisa Rauter. Uma história do conceito político de povo no Brasil: Revolução e historicização da linguagem política. In: **Revista de Historia Social y de las Menatlidades**. V. 15, n.º 1, 2011: p. 95-124. Departamento de História. Unviersidad de Santiago de Chile.

PICHETTI, Lucian. **Gaeco cumpre mandados relacionados a mortes na Vila Corbélia**. CBN Curitiba (online), 18 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://cbncuritiba.com/pm-confirma-que-policiais-atiraram-na-vila-corbélia/>- Acesso em 11/02/2019.

PILOTTO, Angela Seixas. **Área metropolitana de Curitiba: um estudo a partir do espaço intra-urbano** (2010). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). FAUUSP – São Paulo.

POLLI, Simone Aparecida. **Curitiba, metrópole corporativa: fronteiras da desigualdade**. (2006) Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

POLLI, Simone Aparecida; FARIA, José Ricardo Vargas de; SOUZA, Maurini de; GUSSO, Ramon José (orgs.). **Conflitos urbanos em Curitiba**. Curitiba: Appris, 2019.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**. Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422. Set./Dez. 2005.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Cidade e Cidadania: Inclusão Urbana e Justiça Social**. In: MOYSÉS, Aristides (coord). Cidade, segregação urbana e planejamento. Goiânia: Ed. da UCG, 2005.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, Ângela Moulin Penalva; MEDEIROS, Mariana; LUFT, Rosangela M. **Direito à Moradia: um direito social em construção no Brasil - a experiência do aluguel social no Rio de Janeiro**. Planejamento e Políticas Públicas, v. 46, p. 217, 2016.

SANTOS, Viviane Vidal Pereira dos. **Viver em condomínios verticais do programa Minha Casa Minha Vida na periferia de Curitiba-PR: pós-ocupação, trajetórias e sociabilidade**. (2017) Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, 2017.

SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social** – 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCHMID, Christian. Schmid, C. (2012). A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma Dialética Tridimensional. **GEOSP Espaço E Tempo (Online)**, (32), p. 89-109, 2012.

SILVA, Armando. **Imaginários urbanos**. Bogotá, Colômbia: Convenio Andres Bello, 2001.

SILVA, Madianita Nunes da ; PEREIRA, G. F. Pobreza urbana e degradação ambiental: algumas reflexões sobre Curitiba, Brasil. **Cuadernos de Vivienda y Urbanismo** (Instituto Javeriano de Vivienda y Urbanismo), v. 4, 2011: p. 122-135.

SILVA, Madianita Nunes da. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba**. (2012). Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização** – 14ª ed. São Paulo: Contexto, 1998

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: Agente e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos** – 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA SILVA, Jaílson de (et al.) **Um olhar possível sobre o conceito de mobilidade e os casos da Favela da Maré e do Complexo do Alemão**. In: BALBIM, Renato. **Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano**. Brasília: Ipea - ITDP, 2016.

STREY, Marlene Neves (et al.). **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TELLES, V. S. Linha de sombra, tecendo as tramas da cidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs). **A era da indeterminação**. Boitempo: São Paulo, 2007.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

TOMAINIK, E. A.; CHAVES FILHO, M.M.F.; LUCAS, S.M. **Ocupação do espaço, exclusão e representações: uma contribuição da psicologia social aos estudos ambientais**. In ZANELLA, AV., et al., org. Psicologia e práticas sociais [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 237-250. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/886qz/pdf/zanella-9788599662878-23.pdf>. Acesso em 22/02/2018.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade**. Lua Nova, São Paulo, n. 87, p. 139-165, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452012000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452012000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 22/02/2018.

ULBRICH, Giselle. **Confusão e confronto marcam protestos no Contorno Sul**. Tribuna (online), 11 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/protesto-fecha-contorno-sul-br-376-vespera-feriado-curitiba/> - Acesso em 11/02/2018.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. **Construção social da moradia de risco; trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juiz de Fora/MG** (2006). Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VASCO, Kelly Maria Christine Mengarda. **O Programa Minha Casa Minha Vida como ferramenta para intervenção nas favelas de Curitiba: o caso da Vila Santos Andrade** (2016). Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Mobilidade cotidiana, segregação urbana e exclusão**. In: BALBIM, Renato. Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: Ipea - ITDP, 2016.

VASCONCELOS, Frédi. **Ocupação 29 de março: O primeiro dia depois de perder tudo**. Brasil de Fato (online), 08 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/08/ocupacao-29-de-marco-o-primeiro-dia-depois-de-perder-tudo/> - Acesso em 11/02/2019.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global Editora, 1986.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel - FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

VILLACA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estud. av.**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, abril, 2011.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Campinas: Temáticas, 22 (44): 203- 220, ago./dez 2014.

WANDERLEY, Mariangela B. **Refletindo sobre a noção de exclusão**. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social – 8ª ed.* Petrópolis: Vozes, 2008.

## APÊNDICE 1

### ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Este roteiro deverá servir como ponto de apoio para a entrevista, a fim de incentivar o desenvolvimento da narrativa dos entrevistados quanto à sua trajetória e perspectivas relacionadas à questão habitacional. Desta forma, será resguardada aos participantes a possibilidade de ampliação dos temas propostos, de acordo com o que for mais significativo em seus pontos de vista.

**Pergunta 1:** Como você veio morar aqui? Em que outros lugares você já morou?

**Pergunta 2:** Como é morar aqui? O que você gosta e o que não gosta?

**Pergunta 3:** Você ou alguém da sua família vai à área central da cidade com alguma frequência? Para que (estudo, trabalho, lazer)? E como é essa experiência?

**Pergunta 4:** Você gostaria de morar na área central da cidade? Como você considera que seria residir nestas áreas? Por quê?

**Pergunta 5:** Que fatores são importantes na sua moradia para se viver com qualidade?

**Pergunta 6:** Que fatores são importantes no seu bairro ou entorno para se viver com qualidade?

**Pergunta 7:** Na sua opinião, por que existem desigualdades nas condições de moradia?